
**LEVANTAMENTOS E ESTUDOS SOBRE O MODO DE
VIDA ATUAL DAS COMUNIDADES REMANEJADAS
DO ENTORNO DO RESERVATÓRIO DE
SOBRADINHO**



Relatório Parcial 3

Contrato CTNE-92.2010.6580.00

Março, 2013

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. APLICAÇÃO DA METODOLOGIA CONCEBIDA E OPERACIONALIZAÇÃO DA COLETA DE DADOS DO TERRITÓRIO 3.....	10
3. DESCRIÇÃO DO SISTEMA E DOS RESULTADOS POR SEGMENTO ESTUDADO ...	16
3.1. Segmento História, Arquitetura e Urbanismo, Patrimônio Histórico Artístico e Cultural..	16
3.1.1. Introdução.....	16
3.1.2. Metodologia.....	21
3.1.3. Diagnóstico dos Municípios	23
3.1.3.1. Barra	23
3.1.3.2. Itaguaçu da Bahia	39
3.1.3.3. Xique-Xique	45
3.2. Segmento Economia.....	65
3.2.1. Metodologia específica para os segmentos Economia e Sociologia	65
3.2.2. Área de Interesse	68
3.2.3. Socioeconomia Regional	71
3.2.4. Caracterização do território 3 e Índices dos Municípios	92
3.2.5. Índice de Desenvolvimento	94
3.2.6. Histórico da Criação dos Municípios do Território 3.....	98
3.2.7. População dos Municípios do território 3.....	102
3.2.8. Dinâmica Demográfica.....	106
3.2.9. Aspectos econômicos dos municípios do território 3.....	107
3.2.10. Questão Fundiária.....	112
3.2.11. Caracterização do Uso e Ocupação do Solo.....	113
3.2.12. Principais Destinações e Formas de Transporte dos Produtos Agropecuários.....	116
3.2.13. PIB e Distribuição do PIB	117
3.2.14. Comportamento Global da renda.....	118
3.2.15. Serviços Básicos e Bens de Consumo Durável Existentes nas Residências/Propriedades dos Municípios	120
3.2.16. Arrecadação de Tributos em cada Município.....	121

3.2.17. Royalties da CHESF.....	123
3.2.18. Valores recebidos pelos Municípios.....	124
3.2.19. Aspectos Econômicos das Comunidades e Famílias Remanejadas.....	125
3.2.20. O Histórico da Composição das Famílias Remanejadas	129
3.2.21. Informações das Residências/Propriedades das Famílias Remanejadas	131
3.2.22. Posse das Residências/Propriedades.....	132
3.2.23. Número de Cômodos das Residências	133
3.2.24. Propriedades Agropecuárias	134
3.2.25. Benfeitorias, Serviços Básicos e Bens de Consumo Durável Existentes nas Residências/Propriedades	135
3.2.26. Atividade Econômica das Famílias Remanejadas	138
3.2.27. Condição de Vida das Famílias Remanejadas.....	141
3.2.28. Impacto da UHE Sobradinho.....	142
3.2.29. Transformações Sociais e Consequências Referidas pelos Reassentados.....	148
3.2.30. Relações de Convivência das Comunidades com a Natureza e os Recursos Ambientais	152
3.2.31. Levantamento de Locais Potenciais para Ocorrência de Contaminação do Nível Freático	153
3.2.32. Informações de Lideranças Comunitárias	154
3.2.32. Mudanças Trazidas pela UHE Sobradinho na Visão das Famílias	155
3.2.33. Diálogo entre as Comunidades e a Administração da UHE Sobradinho	156
3.3. Abordagem Sociológica dos Municípios de Barra, Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique. O Território-3	156
3.3.1. Caracterização Geral dos Municípios do Território-3.....	157
3.3.2. Reflexões Teóricas e Conceituais.....	161
3.3.3. Resultados das Oficinas Seminário no Território-3	165
3.3.4. Considerações Sobre a Organização Social no Território-3.....	175
3.4. Segmento Pesca	181
3.4.1. Objetivo	181
3.4.2. Objetivos Específicos	181
3.4.3. Público Alvo neste Volume.....	182

3.4.4. Metodologia.....	182
3.4.5. Resultados e Discussão.....	184
3.4.6. Pesca.....	185
3.4.7. Comportamento da Atividade de Pesca na Família.....	187
3.4.8. Organização dos Pescadores.....	187
3.4.9. Histórico da Formação das Colônias.....	187
3.4.10. Resultados da Pesquisa Referente à Organização dos Pescadores.....	188
3.4.11. Características da pesca e da produção pesqueira.....	192
3.4.12. Resultados da Pesquisa Referente a Características da Pesca (petrechos) e da Produção Pesqueira.....	192
3.4.13. Características da Produção Pesqueira.....	200
3.4.14. Características das Embarcações.....	209
3.4.15. Resultados da Pesquisa Referente a Características das Embarcações.....	209
3.4.16. Comercialização e Mercado.....	214
3.4.17. Resultados da Pesquisa Referente à Comercialização e Mercado.....	214
3.4.18. Política Pública.....	219
3.4.19. Infraestrutura de Conservação, Beneficiamento e Transporte.....	219
3.4.20. Resultados da Pesquisa Referente à Infraestrutura de Conservação, Beneficiamento e Transporte.....	220
3.4.21. Piscicultura.....	227
3.4.22. Instituições de Apoio a Pesca e Piscicultura.....	238
3.4.23. Consequências da UHE Sobradinho.....	239
4. ANÁLISES DOS RESULTADOS E CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES.....	243
4.1. Consolidação das Proposições para os Segmentos História, Arquitetura e Urbanismo....	243
4.2 Vetores de Desenvolvimento e proposições Genéricas para o Desenvolvimento Econômico.....	244
4.2.1 Algumas medidas necessárias para combater os entraves ao desenvolvimento econômico a serem implementadas pelos gestores governamentais.....	250
4.2.2. Sugestões de melhorias manifestadas nas Oficinas-Seminário a serem reivindicadas junto aos gestores governamentais.....	251
4.3. Segmento Sociologia.....	251
4.4. Segmento Pesca.....	254



BRASILENCORP

ENGENHARIA, MEIO AMBIENTE E GESTÃO CORPORATIVA LTDA.

5 BIBLIOGRAFIA..... 259

APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o 3º Relatório Parcial referente ao Projeto de Avaliação do Modo de Vida das Populações Remanejadas do entorno do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, objeto do Contrato CTNE-92.2010.6580.00, firmado entre a CHESF e a BRASILENCORP.

Além desta “Apresentação”, mais cinco Capítulos compõem o trabalho objeto deste documento.

O capítulo 1 (“Introdução”) no qual são apresentadas informações retrospectivas a respeito do histórico de implantação do Empreendimento, da área inundada dos oito Municípios que tiveram populações relocadas (Sento Sé, Sobradinho, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Barra), com ênfase para o enfoque da área correspondente ao denominado Território 3, formado pelos municípios de Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique e Barra, objeto deste Relatório.

No Capítulo 2, são abordados os aspectos relacionados à aplicação da metodologia apresentada no Plano de Trabalho Consolidado, tanto para a obtenção das informações secundárias, quanto para a coleta de informações primárias em decorrência da pesquisa realizada em base amostral, segundo critério previamente aprovado, junto às comunidades, às suas lideranças e a pessoas de diferenciado conhecimento da realidade acerca da evolução do processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Sobradinho e dos seus desdobramentos e reflexos, até o presente momento (denominados “Expertos”).

Também no Capítulo 2, está registrado o conteúdo, estruturação e a descrição do trabalho prévio de mobilização de representantes das comunidades para a realização das Oficinas-Seminário, que se constituíram em elementos adicionais relevantes de aprofundamento de debates e análises que subsidiaram a sedimentação das bases para a consolidação de acervo de informações e análises relacionadas ao objeto do estudo.

No Capítulo 3, constam desde a descrição do processo de desenvolvimento do Sistema segundo arquitetura de Banco de Dados, para dar ensejo ao processamento das informações coletadas e

produção dos diversos relatórios de saída, a partir da digitação dos dados contidos nos formulários de coleta de campo junto às comunidades visitadas, as lideranças entrevistadas e os “expertos”, até a explicitação dos resultados obtidos a partir das tabelas, quadros e até ilustrações fotográficas obtidas, complementando a consolidação dos dados das pesquisas de dados para cada um dos segmentos estudados (Economia, Sociologia, Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, Patrimônio Arquitetônico e Urbanismo e a Atividade Pesqueira).

No capítulo 4, constam as análises dos resultados consolidados para cada um dos segmentos estudados, abordando os diversos elementos de reflexão do comportamento das variáveis que foram escolhidas para traduzir o Modo de Vida das populações estudadas para o Território 3, nos três referenciais de tempo definidos (1971, 1982 e 2012) e nos diversos segmentos focalizados, bem como a consolidação de Proposições oriundas das pesquisas e dos posicionamentos expressos pelas comunidades consultadas.

1. INTRODUÇÃO

A Usina Hidrelétrica de Sobradinho teve o seu processo de concepção e implantação desenvolvido entre os anos de 1973 e 1979 quando ocorreu o início das operações do Empreendimento, o qual agregou ao parque gerador hidrelétrico da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) uma capacidade instalada de 1.050.000 KW.

Além da significativa capacidade instalada, para o que conta com um conjunto de 6 turbinas de fabricação soviética da marca Leningradsky Metallichesky Zavod (LMZ) com capacidade nominal de 178.000 KW (cada) a implantação do Empreendimento originou um lago artificial com capacidade de acumulação de 34 (trinta e quatro) bilhões de metros cúbicos d'água, o que lhe confere a condição de se constituir no segundo maior lago artificial da América Latina.

Aliada à condição de relevante fonte de geração de energia elétrica pela CHESF ao Sistema Elétrico Nacional, a UHE contribui ainda de forma significativa como instrumento de regularização da vazão do Rio São Francisco, assegurando uma vazão média de 2.060 m³/s e com isto vindo a se constituir em um dos pilares da maior importância para a garantia da acumulação d'água e geração de energia por todo o parque gerador da CHESF com reflexos positivos em todo o Sistema Elétrico Brasileiro.

De outra parte a implantação da UHE Sobradinho, resultou na inundação de uma área de cerca de 4.214 km², deixando submersas extensões de terra situadas nos municípios ribeirinhos de Sento Sé, Sobradinho, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Barra, provocando por consequência a relocação de um contingente populacional que se estima em cerca de 11.000 famílias, dentre as quais dimensiona-se, a partir de informações secundárias complementadas por consultas diretas a lideranças e expertos”, que cerca de 7.000 (sete mil) famílias relocadas tenham permanecido nas áreas do entorno do reservatório e estão distribuídas entre os oito municípios anteriormente referidos. O diferencial de 4.000 famílias estima-se que tenha tido como destinos alternativos, a migração para outras regiões do país além da transferência para o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (posteriormente transformado em município), implantado a cerca de 1.000 quilômetros rio acima, nas proximidades do município de Bom Jesus da Lapa ainda no Estado da Bahia.

Em linha com o Plano de Trabalho Consolidado apresentado em Março passado e aprovado pela CHESF, que este 3º Relatório Parcial se dedica a aplicar a metodologia anteriormente formulada e que será objeto de relato no Capítulo seguinte a partir da abordagem de cada aspecto relevante dos diversos segmentos analisados, refletido na aferição e comparação do comportamento dos diversos indicadores escolhidos para espelhar o desempenho de cada segmento a partir dos dados passíveis de obtenção nos três estágios do tempo escolhidos para o exercício do estudo (1971, 1982 e 2012).

Conforme definido no retrorreferido Plano de Trabalho Consolidado, o Universo pesquisado e analisado neste 3º Relatório Parcial se insere na área delimitada pelos dois municípios componentes do denominado território 3, nomeadamente os municípios de Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique e Barra.

2. APLICAÇÃO DA METODOLOGIA CONCEBIDA E OPERACIONALIZAÇÃO DA COLETA DE DADOS DO TERRITÓRIO 3

Retomando concisamente a estrutura metodológica concebida para o desenvolvimento do estudo objeto do presente Projeto, apresenta-se a seguir os principais elementos de estruturação e direcionamento do trabalho:

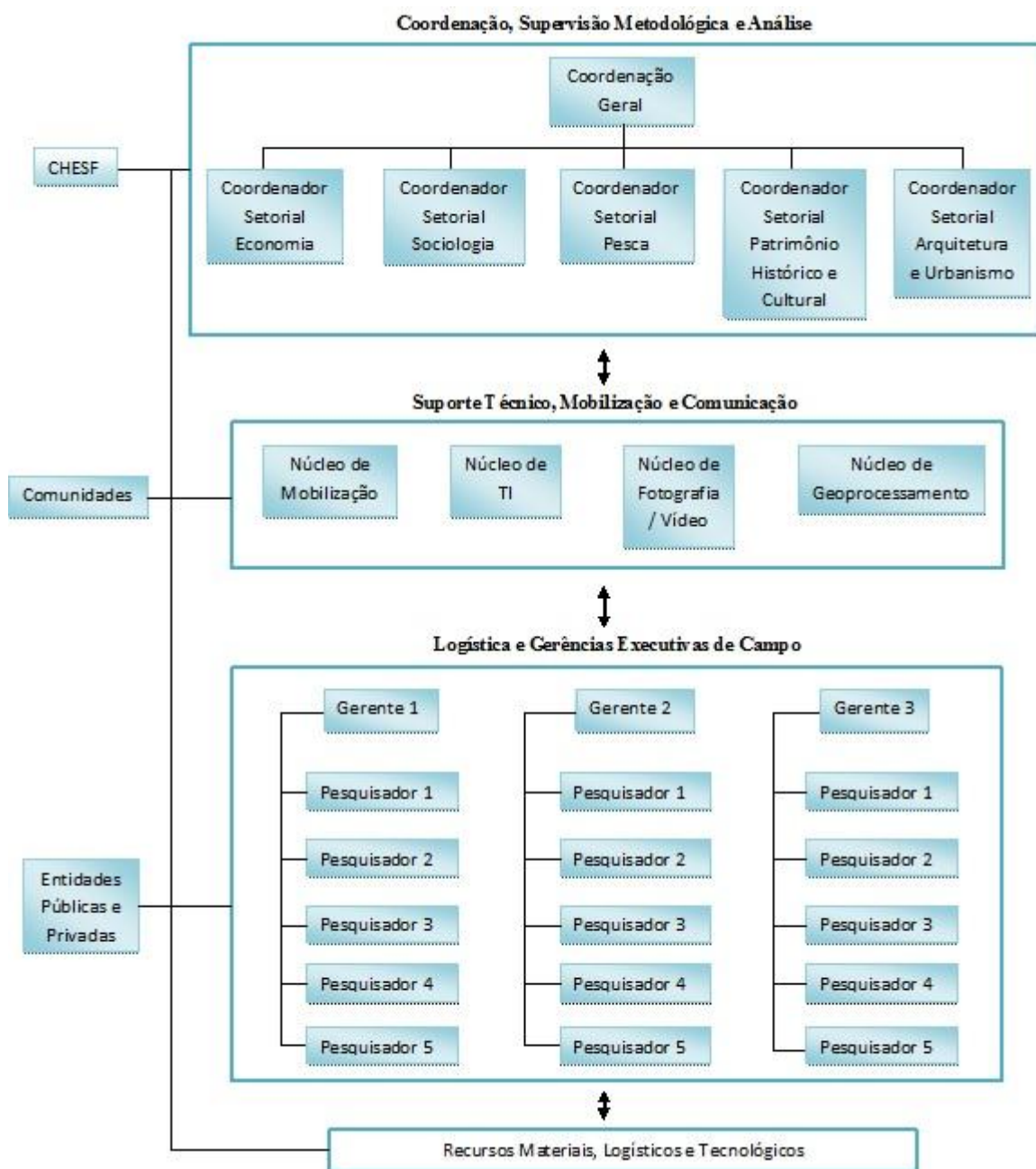
- A) Conceituação e Explicitação dos Elementos definidores do tema central do Estudo (“Modo de Vida”);
- B) Concepção preliminar dos formulários de coleta de informações primárias a serem coletadas no campo, junto às comunidades a serem pesquisadas em base amostral (com tamanho da amostra equivalente a 10% do Universo), as lideranças e os “expertos”;
- C) Mapeamento e pesquisa do elenco de informações secundárias a serem levantadas em cada um dos Segmentos a serem estudados (Economia, Sociologia, Patrimônio Histórico e Cultural, Patrimônio Arquitetônico e Urbanismo e Pesca);
- D) Concepção das cinco formas de captação de informações primárias:
 - 1) Junto às lideranças das comunidades, através de um Evento estruturado denominado Oficina-Seminário, no qual em processo interativo foi apresentado pela CHESF e a BRASILENCORP o arcabouço metodológico e a forma de evolução do Projeto e obtenção dos seus resultados e de outra parte, foram obtidas contribuições relevantes para subsidiar o trabalho em termos de externalização dos principais pontos negativos e positivos decorrentes da implantação da UHE Sobradinho além de serem indicados pelos representantes, às localidades/comunidades onde deveriam ser procedidas as pesquisas;
 - 2) Aplicação, durante as oficinas, da técnica de investigação qualitativa denominada de "Grupo Focal", utilizada para fins de identificação da percepção geral e coletiva dos atores locais que compõem os diversos segmentos sociais dos municípios abordados no Estudo. Esta técnica teve como objetivo principal a coleta de dados por meio de interações grupais, com base na discussão de um tema específico sugerido por

pesquisador/coordenador da área temática. O grupo focal também foi utilizado como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais do grupo pesquisado. A metodologia consistiu em dividir o público da oficina em três grupos, contemplando ao máximo as representações dos diversos seguimentos sociais presentes. Para facilitar o entendimento e a interação dos participantes, cada grupo abordou um tema específico¹, o qual foi analisado e discutido a luz do universo temporal estabelecido pela pesquisa (antes-1971, durante-1982, depois-2012). Através de cada tema sugerido, buscou-se estabelecer uma relação direta com uma determinada área/segmento de pesquisa, e uma relação indireta com as demais áreas. Ao fim, foi possível construir uma base de dados qualitativa que permitiu identificar qual a visão geral que os atores sociais pesquisados possuem sobre o processo de construção da barragem a luz de um tema específico. Também possibilitou utilizar os dados coletados no grupo multifocal, para trabalhar uma análise comparativa entre os processos internos apresentados pelo grupo e os resultados obtidos nas entrevistas aplicadas individualmente. Além de proporcionar a identificação de opiniões coletivas, difíceis de coletar através dos questionários, o resultado das oficinas possibilitou referendar ou conflitar os resultados obtidos com as duas técnicas de pesquisa. Tanto o conflito, quanto a compatibilidade de informação, serviu como elemento de análise.

- 3) A Coleta de informações pelos pesquisadores selecionados e capacitados pela BRASILENCORP, junto a cada localidade / Comunidade previamente identificada, através da aplicação de formulários específicos. Vale salientar que todos os pesquisadores foram recrutados, selecionados em cada município, tendo em vista facilitar o processo de integração do pesquisador com a comunidade e se apropriar positivamente do conhecimento da realidade local por parte do pesquisador;

¹ Os temas abordados foram os seguintes: grupo-1 - "relações das pessoas com o Rio"; grupo-2 - "relações das pessoas com a cidade"; o grupo-3 - "relações entre as pessoas".

-
- 4) A coleta de informações junto às lideranças das comunidades o que foi realizado pelos Gerentes Executivos de Campo, que coordenaram as Equipes de Pesquisadores;
- 5) A coleta de informações junto aos “Expertos”, grupo constituído por pessoas da comunidade que tenham vivenciado o processo histórico de implantação do Empreendimento e que detenham diferenciado conhecimento a respeito do assunto em estudo, que foi realizada por Consultores Supervisores de cada Segmento do Estudo, através de entrevistas realizadas durante a permanência em campo destes Consultores e subsequentes subsídios fornecidos pelos “expertos”, o que contou com apoio complementar de Profissional contratado pela BRASILENCORP (Sr Luiz Mariano) e que além de ser morador da área há mais de vinte anos participou como ex-funcionário da CHESF, hoje aposentado, de diversas etapas relevantes do processo de implantação da UHE Sobradinho.
- E) A estrutura organizacional concebida e implementada pela BRASILENCORP para dar suporte e gerenciar a implantação do Projeto é ilustrada no organograma apresentado a seguir:



F) Visita prévia que teve como objetivo a interação com os principais interlocutores seja da Prefeitura, colônia de Pescadores para absorção de conhecimentos preliminares sobre a realidade local, seja do Empreendimento e seu processo de implantação e, seja dos aspectos relacionados à logística de operacionalização da Oficina-Seminário e uma pré-localização das localidades a serem pesquisadas, identificação preliminar de lideranças,

- “expertos“ e mapeamento de lideranças a serem mobilizadas para participar da Oficina-Seminário;
- G) Mobilização Prévia dos representantes dos diversos segmentos da Comunidade para participação nas Oficinas-Seminário;
- H) Seleção e Capacitação dos Pesquisadores;
- I) Reprodução dos exemplares dos formulários de coleta para aplicação nas Pesquisas dos diversos segmentos, seja nas comunidades, junto às lideranças ou junto aos “expertos“
- J) Concepção prévia da estrutura metodológica das Oficinas-Seminário:
- Introdução/Abertura pela Representante da CHESF;
 - Exposição da linha metodológica do Projeto pelo Coordenador do Projeto pela BRASILENCORP (Engenheiro Paulo Gonçalves Filho) cujo conteúdo consta no Anexo 3
 - Concepção metodológica da Estrutura de evolução da dinâmica Oficina-Seminário (Composição dos Grupos Temáticos, Debates, Contribuições, Preparação de mapa-Diagnóstico por cada Equipe, Apresentação da Posição de cada Grupo por Representante designado).
- K) Realização das Oficinas-Seminário:
- Barra: 22/01/2013
 - Xique-Xique: 23/01/2013
 - Itaguaçu da Bahia: 24/01/2013
- L) Contatos dos Consultores com Grupo de “Expertos”;
- M) Realização das pesquisas de Campo pelos Pesquisadores junto às diversas comunidades pré-definidas em cada município do Território 3:
- N) Desenvolvimento do Sistema segundo plataforma de Banco de Dados e preparação;

-
- O) Digitação e Consistência dos Dados obtidos nos formulários de Pesquisa para processamento e obtenção dos Relatórios de Saída para cada Segmento do Estudo

3. DESCRIÇÃO DO SISTEMA E DOS RESULTADOS POR SEGMENTO ESTUDADO

3.1. Segmento História, Arquitetura e Urbanismo, Patrimônio Histórico Artístico e Cultural.

3.1.1. Introdução

Esse terceiro relatório tem como objetivo apontar os conhecimentos históricos e culturais produzidos sobre os municípios de Barra, Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique todos no Estado da Bahia, relativo ao terceiro território definido pelo projeto. O relatório foi embasado no levantamento de dados secundários coletados nos documentos históricos dos Municípios do Entorno da UHE de Sobradinho centrado na análise de livros e documentos sobre a História; Arquitetura e Urbanismo; Patrimônio Histórico Artístico e Cultural desses municípios estudados, como também de dados primários colhidos através de entrevistas, livros, e questionários junto à comunidade, além da observação visual realizada durante a visita de campo pela equipe dos monumentos de cada município e que serão apresentados em forma de anexos por meio de arquivos impressos e digitais.

Essas informações nos permitiram estruturar o processo de captação de informações primárias e secundárias voltadas para expressar o “Modo de Vida” das comunidades objeto do estudo nos três recortes temporais definidos (1971, 1982 e 2012), em cada segmento de “per si”, de forma a propiciar inicialmente uma análise setorial e subsequentemente uma análise integrada, dando subsídios para entendermos a ocupação e a realocação, quando for o caso, das comunidades estudadas no Vale do São Francisco.

Ao longo da história, o Vale do São Francisco foi palco de inúmeros conflitos entre os grandes proprietários de terras. A posse da terra e o controle político local eram os principais elementos causadores dos conflitos na região. Entretanto, o uso da água não gerava problemas porque as atividades econômicas desenvolvidas no vale, até então, não exigiam o aproveitamento da água de forma tão intensa como bem ocorre atualmente. Apesar da estreita relação que moradores da região tinham com o rio, o uso da água para o consumo doméstico, pecuária, cultura de vazante, pesca e navegação era muito modesto. Com a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, houve o primeiro impacto quanto ao uso da água do São Francisco. Era o progresso que estava chegando para valer e inevitavelmente teria de alterar tudo; o exemplo

mais marcante foi a inundação de pelo menos quatro cidades históricas situadas nas margens do rio: Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Sento Sé, área que deu lugar ao lago de Sobradinho.

A mudança, dramática para grande parte das populações da região, afetou grupos populacionais expressivos - barranqueiros (relacionados à pesca, agricultura de margem de rio e outras atividades ribeirinhas, demonstraram interesse de serem realocados próximos às margens do novo lago, desconhecendo que o solo não seria adequado para a antiga prática agricultável deles e, além disso, uma alteração no ecossistema aquático no lago iria modificar também sua atividade pesqueira) e, os catingueiros (ocupavam um solo árido e estéril, dependiam de uma pecuária extensiva com fragilidade econômica, pois as pastagens eram precárias mesmo em estações chuvosas; perderiam as veredas e vazantes, que iriam desaparecer com a construção da barragem).

A energia elétrica causou um profundo impacto econômico e cultural nos barrancos do Velho Chico e de seus tributários, e nos centros urbanos da região nordestina. Entre os efeitos estão os grandes projetos de agricultura irrigada. A Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), que foi criada para promover o aproveitamento múltiplo e integrado dos recursos naturais da bacia, realizou estudos e iniciou obras no vale. Foi extinta em 1967 pelo regime militar e sucedida pela Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale), que por sua vez foi substituída, em 1974, pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) - atualmente denominada Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – concentrando sua atuação no estímulo à agricultura irrigada. A lavoura com irrigação era praticada no Vale do São Francisco desde o final do século XIX e se expandiu na década de 1950, com a introdução de rodas d'água na "região das quedas" e, posteriormente, de pequenos conjuntos motobombas nos cultivos de cebola. O governo federal criou a Companhia de Navegação do São Francisco (Franave) que, no início da década de 1960, construiu moderna frota de comboios empurrados, mas a instabilidade do leito fluvial e crescimento do uso do transporte rodoviário impediram os resultados esperados.

Com a disponibilidade de energia elétrica e o crescimento dos plantios irrigados, a paisagem social da bacia sanfranciscana sofre novas modificações. Na descrição do engenheiro agrônomo José Theodomiro de Araújo, "as cidades voltam a crescer, estradas são abertas. As lutas pela

terra retomam o antigo fragor e reabrem velhas contendas judiciais. É outra gente que chega e introduz novas relações de trabalho. O agricultor já não é o plantador de feijão e mandioca nas áreas de vazante, e sim um empresário que produz arroz, soja, cana, que utilizam inseticidas e adubos químicos. Os velhos engenhos de aguardente são grandes destilarias modernas. O pescador não é mais o pachorrento caboclo, de anzol ou tarrafa, mas se organiza em colônias, e o peixe sai em frigorífico, ao invés de seco e prensado com sal. As lanchas motorizadas ultrapassam os barcos a vela e já é difícil encontrar os barqueiros de calo no peito, de tanto varejar na borda dos rios. Até o vaqueiro não precisa mais usar o gibão e a perneira, porque tange o gado em campo limpo, coberto de colônia".

A represa de Sobradinho, considerada o maior lago artificial da América Latina, ocupando uma área de 4.214 Km² com terras, na sua maioria, áridas, sujeitas a secas periódicas e dependendo exclusivamente das águas do Rio São Francisco, apresentava áreas agricultáveis apenas nas “vazantes” e nas ilhas. A população que vivia nas margens desse rio, os chamados ribeirinhos habitantes das localidades nas margens do rio São Francisco e os beraderos ou barranqueiros, indivíduos que, além de viver nas margens do rio, tira dele diretamente seu sustento e, mantém relações efetivas com ele.

Segundo análise de Ghislaine Duqué no seu livro – A experiência de Sobradinho: problemas fundiários colocados pelas grandes barragens, a socióloga que acompanhou o processo de transferência das pessoas comenta:

“... tratava-se de uma população de pequenos produtores, vivendo numa economia essencialmente de subsistência, com fracas relações com o mercado (ou seja, comercializando nas feiras locais um modesto “excedente”, que servia apenas para comparar os artigos de primeira necessidade que eles não podiam produzir). Esses pequenos produtores conseguiam manter suas famílias, combinando as atividades agrícolas nas terras de vazante e de sequeiro (aproveitando a estiagem para as primeiras e o “inverno” para as segundas), a pesca e os cuidados de um pequeno criatório. Inútil dizer que todos os membros da família participavam dessas atividades, cada um segundo sua força física ou seu tempo ajustado com os afazeres domésticos. (...) Alguns conseguiam completar a modesta renda familiar com atividades artesanais ou extrativas e tarefas eventuais assalariadas.” 1984-p. 30.

Essa extensão do lago levou a se atentar para a profecia de Antonio Conselheiro de que "o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão", e trazendo com o chamado progresso, a interferência humana na transformação ambiental de forma a permitir a concretização da profecia. A inundação das cidades do Vale do São Francisco mostra bem essa mudança trazendo inspirações para poetas e compositores que retratam o desalento da população atingida por esse processo. A canção **Sobradinho** de Sá e Guarabyra é uma dessas produções como veremos abaixo:

“O homem chega e já desfaz a natureza,
tira gente e põe represa, diz que tudo vai
mudar; o São Francisco lá pra cima da
Bahia, diz que, dia menos dia, vai subir
bem devagar,e, passo a passo, vai
cumprindo a profecia do Beato que dizia
que o sertão ia alagar!

“O sertão vai virar mar!”

Dá no coração o medo que, algum dia, o
mar também vire sertão!

Adeus Remanso, Casa Nova, Sento Sé,

Pilão Arcado, vem o rio te engolir!

Debaixo d'água lá se vai a vida inteira,

por cima da cocheira o “gaiola” vai

subir!

Vai ter barragem no alto de Sobradinho

e o povo vai-se embora com medo de se

afogar!

Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão

Arcado, Sobradinho, adeus, adeus!”...

A letra da música mostra e nos faz sentir bem o drama da população enfrentado durante a instalação das barragens implantadas no curso do Rio São Francisco, apontando que as águas do Rio São Francisco guardam cidades como Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado, que foram alagadas durante suas construções, causando um conjunto de perdas irreparáveis de seus patrimônios materiais e imateriais, deixando um sentimento de saudade e de perda durante esse deslocamento de suas especificidades históricas e culturais e, portanto, identitárias

, seja em relação aos bens tangíveis, seja em relação aos bens intangíveis. Essas pessoas perderam tudo o que possuíam suas casas, povoados, seu modo de alimentar os familiares, locais de trabalho, seus laços afetivos (parentes, amigos, vizinhos), até mesmo seus entes queridos enterrados em cemitérios que foram deixados para trás. Junto com suas histórias desaparecidas, a população amargou prejuízos com o desmoronamento e alagamento dos prédios públicos, igrejas, equipamentos urbanos e seus povoados que guardavam tradições que eram passadas de pais para filhos.

Apontaremos nas páginas seguintes deste relatório os resultados de nossa pesquisa, que foi feitas a partir do levantamento de informações primárias e secundárias.

3.1.2. Metodologia

➤ **História, Arquitetura e Urbanismo, Patrimônio Histórico Artístico e Cultural**

Conforme formulação contida no plano de Trabalho, a área de estudo foi dividida, metodologicamente, em três territórios considerando a dimensão espacial da área e do contingente a ser estudado, agrupando os municípios de acordo com a proximidade entre os mesmos, como segue: Território 1: Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho; Território 2: Pilão Arcado e Remanso e; Território 3: Barra, Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique. Para este relatório dedicaremos especial atenção aos municípios do terceiro território.

A cidade possui diversos aspectos que interagem de maneira concomitante, tais como a memória, a identidade, o desenvolvimento urbano, o patrimônio cultural, formando assim um contexto que nos permite contar suas diversas Histórias. Sendo assim, os acontecimentos, suas manifestações e materializações não podem ser vistos isoladamente e dissociados para o desenvolvimento desta pesquisa.

Por esta razão, as áreas propostas no Termo de Referência divididas em História, Infraestrutura e Patrimônio Cultural foram unidas em uma só vertente para melhor desempenho na coleta de dados, análise de campo e diagnóstico.

Os objetivos específicos definiram as ações executadas para atender o objetivo geral comum a todas as áreas temáticas. Estes foram alcançados através de três segmentos: Levantamento de dados primários, levantamento de dados secundários e entrevistas específicas junto às comunidades e lideranças, obtendo-se assim informações para poder se caracterizar:

1. A História do Povoamento do Sertão – Dinâmica Demográfica;
2. A Identificação das comunidades ribeirinhas, de pescadores, agricultores, indígenas e quilombolas;
3. A Identificação e cadastro conforme Portarias do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN, Material (edifícios, monumentos, praças) e Imaterial (saberes e fazeres, grupos folclóricos, grupos fanáticos religiosos, terreiros de candomblé...), ou seja, do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural e Paisagístico, etc.
4. O Registro e análise de vídeos, mapas, fotografias e gravações com entrevistas e acontecimentos relacionados ao modo de vida das comunidades relocadas;

5. Elaboração e implantação do Banco de Dados (áreas específicas, acervo fotográfico etc.);
6. Coleção em volume isolado, anexo do Relatório Final, originários de questionários aplicados em pesquisa de campo;
7. Registro das relações de convivência das comunidades com a cidade e a nova dinâmica de vida desenvolvida após a relocação;
8. Levantamento dos aspectos físicos de infraestrutura urbana, tais como conjuntos habitacionais construídos para absorver as famílias transferidas, habitação, edifícios públicos e suas tipologias e o processo de expansão que os mesmos vêm apresentando no contexto urbano de cada município, relacionando-os ao modo de vida das comunidades com a cidade.
9. Levantamento de dados referentes aos equipamentos de infraestrutura disponíveis, tais como vias urbanas (pavimentadas e/ou não), iluminação pública e domiciliar, abastecimento d'água e esgotamento sanitário, sistema viário intermunicipal, sistema de telecomunicações eventualmente disponível à época e atualmente, etc., e;
10. Confecção de mapas.

Com base na descrição exaustiva de todas as atividades e da abordagem metodológica adotada para que se coletassem as informações secundárias e, principalmente, as primárias que compõem a pesquisa em cada Segmento especializado, a elaboração dos Formulários de Coleta de Campo, emergiu com naturalidade, no qual são explicitados os conteúdos de cada Segmento/Tema objeto da Pesquisa de Campo da (História, Economia, Sociologia, Pesca, Patrimônio Histórico e Cultural, Arquitetura e Urbanismo) buscando manter fidelidade às diretrizes traçadas para sua concepção e elaboração dos questionários e procedimentos usados nas entrevistas, ou seja, de se constituírem em elementos acessíveis ao entendimento da comunidade, e ao mesmo tempo serem práticos, objetivos, e que tomassem o menor tempo possível do entrevistado, permitindo a sua cooperação máxima.

3.1.3. Diagnóstico dos Municípios

3.1.3.1. Barra

➤ **Histórico**

O município de Barra no estado da Bahia está localizado a cerca de 690 km da capital Salvador no encontro do Rio São Francisco com o Rio Grande, possui uma população de 49.325 habitantes e território de 11.413 km², segundo o IBGE. As principais atividades econômicas da cidade são a agropecuária e a indústria. Pela sua divisão administrativa, Barra é constituída por três distritos: Barra, Ibiraba e Ibarité. Além dos indígenas, que habitavam o local desde tempos imensuráveis, o município de Barra tem as origens do seu povoamento e habitação ainda no século XVI. Ao longo dos anos Barra mudou várias vezes de nome, teve somente em 1931 o nome alterado de Barra do Rio Grande para Barra, que perdura ainda hoje.

O território do atual município da Barra estava inserido nas posses da Casa Real da Torre, empreendimento de particulares ligados a Coroa portuguesa, que data ainda do século XVI e que ocupa, explorando, paulatinamente o sertão baiano, principalmente pelo curso do Rio São Francisco, expandindo a criação de gado. Data de 1670 a instalação e um curral neste local, ainda neste século, com a chegada dos religiosos, foram erigidas igrejas e capelas nas fazendas de gado locais, dando maior impulso ao desenvolvimento urbano. Em 1752 é elevada a categoria de freguesia com o nome Barra do Rio Grande, somente em 1931 o município teve sua designação estabelecida como Barra. Durante toda a sua história são recorrentes os conflitos entre indígenas e colonos, sendo estes primeiros repelidos paulatinamente para as áreas periféricas do município, da interação entre estes é que se constituiu a diversidade populacional e cultural do local atualmente. A origem do nome de Barra está relacionada com a existência de uma barra em frente à cidade, formada pelo Rio Grande.

➤ **Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.**

O município de Barra possui um vasto patrimônio material, que reflete a sua antiguidade e relevância. Ao longo de três séculos, desde que os primeiros colonizadores chegaram ao Rio Grande, se iniciou o processo de urbanização. O colonizador que ali se instalava foi

desenvolvendo suas atividades, e as manifestações artísticas e culturais, sob as mais variadas formas. Podemos observar hoje essas manifestações perpetuadas nas construções, apesar dos prejuízos causados pelas enchentes provocadas pelo rio São Francisco que destruíram esse patrimônio, por isso a causa de não se encontrar, apesar de ser uma cidade antiga, edifícios dos séculos XVII e XVIII. Os remanescentes foram construídos nos séculos XIX e XX, a maioria em alvenaria de tijolos maciços/adobe.

Segundo o inventário de proteção do acervo cultural da Bahia – IPAC, Barra é possuidora de considerável patrimônio arquitetônico constituindo diversos monumentos de valor histórico local e nacional entre eles estão a Igreja do Bom Jesus dos Navegantes (1808), Igreja Matriz - Catedral de São Francisco das Chagas (1859), Palacete da Rua dos Mariani - Prefeitura antiga (1904), Mercado Municipal (1917), Palacete Pinto (1919), Chalé dos Mariani - Camandaroba (1921), Chalé Irineu Simões - Casa da Cultura Avelino Freitas (início do século XX), Casa da Fazenda Torrinha (1874), Casa da Fazenda Boqueirão (1843). Um ponto importante destacado no acervo patrimonial de Barra são as estátuas de bronze construídas entre 1959 a 1974, pelo natural de Barra conhecido como Dom Martins de Oliveira. O próprio encontro do Rio São Francisco com o Rio Grande também se constituem em acervo patrimonial ambiental local.



Foto 1: Localização da Catedral de S. F. das Chagas e do Colégio da Imaculada Conceição.
Fonte: Prefeitura de Barra

A Catedral de São Francisco das Chagas, localizada na Praça Nizan Guerreiro foi construída em meados do século XIX. Sua planta retangular e simétrica assim como os elementos presentes em sua fachada remetem ao estilo neoclássico, com vãos em arco pleno, frontão escalonado e cúpulas cobrindo as duas torres sineiras. Seu programa é composto por: coro, sacristias, batistério, tribuna e dois salões. Esta catedral está inventariada sob o número 02708-1.0-001 pelo IPAC.



Foto 2: Mercado Municipal. Imagem cedida pela Prefeitura de Barra.

O Mercado Público, foi construído em 1917, como registrado em seu frontispício. Sua planta é retangular, com os armazém abrindo para a rua e os box para o interior do edifício. Sua fachada possui elementos ecléticos, como pináculos, frisos, frontão, arco pleno entre outros. Este edifício se encontra inventariado sob o número 02708-1.2-004 pelo IPAC.



Foto 3: Rua dos Marianis. Fonte: desconhecida.

A Rua dos Marianes é uma das principais da cidade da Barra, onde se localizam edifícios que são referências para a cidade como a Prefeitura e o Palácio Episcopal.



Foto 4: Festa do Humaitá, 1957. Fonte: Prefeitura de Barra.

A Festa do Humaitá acontece entre os dias 15 e 24 de junho, relacionada as festas juninas, nesta celebração a cidade homenageia os soldados da Barra que participaram da guerra do Paraguai.

Barra conta com personalidades que ajudam a escrever e contar a história do município.



Foto 5: Bispo Dom Luiz Flávio Cappio. Fonte: Reuters



Foto 6: Sr. Sócrates Teixeira do Nascimento (Historiador).



Foto 7: Sr José Teixeira Machado da Silva (Gerard).

O Bispo Dom Flávio ficou nacionalmente conhecido pela sua iniciativa de manter greve de fome em 2005 contra o projeto de transposição do Rio São Francisco. Este, teve sua ordenação como bispo em 1997 e antes disso já participava ativamente em obras sociais e religiosas no município.

O Historiador auto-didata Sócrates além de autor de vários livros, também detém o conhecimento de vários fatos importantes da história da formação do município.



Imagem 1: Imagem da publicação de divulgação do Mestre Santeiro e sua obra de multiplicação que ocorre em espaço que se divide entre centro religioso, residência e oficina. Fonte: Brasilencorp, 2013.

O mestre santeiro e Pai de Santo Gerard retrata em suas esculturas o produto do sincretismo religioso entre a cultura negra do candomblé e a européia do catolicismo. Este ministra aulas em cursos que oferece em seu próprio atelier para interessados da comunidade.

➤ **Urbanismo e Infraestrutura**



Foto 8: Foto aérea de Barra. Fonte: Prefeitura. Legenda: 1. Rio S. Francisco; 2. Rio Grande; 3. Praça Barão de Cotejipe.

A cidade estabeleceu seu crescimento a partir do Rio Grande, onde se encontram outros edifícios de referência como a Igreja de Bom Jesus dos Navegantes, a Casa dos Marianes, o Mercado Público e outros casarões remanescentes do período áureo econômico e político de Barra.



Foto 9: Fotografia via satélite da Barra. Fonte: Googleearth. Legenda; 1. Praça Barão de Cotejipe; 2. Palácio Episcopal; 3. Prefeitura; 4. Catedral de São Francisco das Chagas; 5. Mercado Público Municipal.

Na fotografia de satélite pode ser confirmada este crescimento onde a Rua dos Marianes estabelece um limite entre a parte mais irregular e mais antiga da cidade e a parte mais recente, que possui um traçado urbano ortogonal, como a tendência de planejamento urbano do século XX influenciou o desenho de inúmeras cidades na Europa e nas Américas.



Foto 10: Foto Panorâmica da Praça Barão de Cotejipe. A seta indica o Palácio Episcopal. Fonte: Brasilencorp, 2013.

A cidade se encontra organizada no sentido urbanístico. Vias largas com meio-fio e calçadas, boa arborização. Boas construções. Parece haver uma boa ordem social, com alguma

movimentação financeira para dar suporte a toda a estrutura socioeconômica (boas casas, veículos, lojas e serviços) encontrada na cidade. Em conversa com moradores e gestores locais pôde-se perceber que a agricultura, pesca e festas sazonais são fonte de boa parte da renda da população.



Foto 11: Foto Panorâmica da Praça Barão de Cotejipe. A seta indica o Palácio Episcopal. Fonte: Prefeitura, década de 1950.

A Rua dos Marianes é uma das referências da cidade, onde se situam os edifícios mais significativos da cidade, nela se localizam o edifício da Prefeitura, o Palácio Episcopal, o Sobrado n 1817, que já abrigou a prefeitura e a Praça Barão de Cotejipe. Esta rua se encontra revestida em paralelepípedo e possui diversos tipos de mobiliário urbano como bancos, luminárias, lixeiras placas de sinalização, bicicletário.



Foto 12: A sinalização e o bicicletário compõem o mobiliário urbano localizado na Rua dos Marianes. Fonte: Brasilencorp, 2013.

O casario em alvenaria mais antigo remonta ao final do séc XIX , início do séc XX. Algumas construções parecem indicar data mais antiga pela tecnologia e materiais empregados (ver foto). Como uma casa onde as esquadrias moldam o vão nas paredes onde estão revelando uma técnica tipicamente colonial de fazer os encaixes e caixilhos.



Foto 13: Casario da cidade. Fortes características do fim do período Eclético na arquitetura.

A história da cidade aponta para fins do séc. XVIII como sendo a época da formação da cidade. De fato casas e edifícios públicos com fortes aspirações ecléticas demonstram isso (ver fotos). As plantas, aberturas, composições de fachada e volumetria confirmam esta realidade arquitetônica. Além dos mais a quantidade e localização de tais exemplares demonstram uma organização espacial que revelam as origens da cidade e sua formação: o mercado público, o salão paroquial e casa do bispo e a igreja matriz. Estes prédios são bastante significativos e estão localizados em partes originadoras da cidade.



Foto 14: Mercado Público.

Mercado municipal, datado de 1917. Outrora forte ponto de atração pública. Era aqui que se negociava “de tudo”, segundo a população, quando no cais principal logo na frente se atracavam os vapores. A feira livre ainda existe, bem reduzida ao lado do mercado, mas no passado se estendia por mais de uma quadra ao lado e na beira do rio, na rampa de acesso. Hoje o mercado, em reforma, está quase todo desativado.



Foto 15: Trecho vizinho ao mercado usado como feira livre. O resto da feira nem se compara ao período de pujança econômica dos vapores.



Foto 16: Detalhe da fachada do Mercado Municipal destacando sua data de construção em 1917.

Conforme dito a cidade revela uma boa estrutura espacial. Ruas largas e bem tratadas paisagisticamente (não se detectou por projeto ou intencionalmente) servem bem a população para tráfego e passeio.



Foto 17: Prédio usado pelo Exército. Arquitetura eclética de fins do séc. XIX (estimado).

Os espaços amplos em torno de pátios e praças demonstram um interesse em humanizar a cidade e seu uso. Parece haver, de algum modo, a intenção de criar visualizações em relação a certos prédios (não se sabe se por imitar outros centros urbanos ou por contrato de projeto). Espaços religiosos e públicos são formadores do espaço urbano principal e ainda usados como centros de atração da população.



Foto 18: “Orla” com seus vários pontos de subida a partir do rio.

A rua que margeia o rio Grande (orla) parece ser a formadora do centro urbano, ao passo que fazendas e sítios foram se unindo ao especo. Todo o comércio principal parece ter crescido a partir da orla e seu cais principal. Outrora o rio São Francisco parece ter exercido uma profunda influência econômica e cultural na cidade. Hoje serve mais como via de transporte e escoamento de alguma produção.



Foto 19: “Orla” com seus vários pontos de subida a partir do rio.



Foto 20: Construção com data mais antiga. Características e tecnologia construtivas tipicamente coloniais.

Existem, distribuídos pela cidade, outros imóveis de relevância e beleza arquitetônica revelando algum momento de pujança financeira e social. Estes denotam uma boa relação com outros centros urbanos e troca de informações e vivências (conversas com os moradores revelam que os vapores tiveram papel preponderante nestas trocas socioculturais e econômicas).



Foto 21: Casario datado do início do séc. XX – perceber a sinalização nas calçadas.



Foto 22: Vista de casarão vizinho à casa paroquial, onde vive o bispo da região.

Novamente o destaque para a possibilidade de perspectiva de observação de prédios de importância. Não se pôde provar que esta situação foi proposital, mas alguns fatores como largura da avenida e frente para um amplo espaço aberto salientam isso.



Foto 23: Casarão convertido em Centro Cultural. Além desse há outras associações culturais, o que revela uma boa movimentação neste sentido dentro da cidade.

O crescimento urbano desordenado começa a vitimar o desenho urbano da cidade. Nos subúrbios e lugares mais afastados o tal crescimento gera construções que não respeitam o arruamento e outras condições mínimas de urbanidade, como recuos e tamanhos de lotes e subdivisões dos mesmos.



Foto 24: Antiga estação telegráfica, hoje usada como sede da administração municipal.

Digno de nota também é o prédio usado pela prefeitura: o antigo prédio da estação telegráfica. Prédio de estética de fins do Período Eclético início do Moderno (Protomodernismo), mas que preserva esquadrias e pisos originais. Apesar das visíveis reformas e intervenções o prédio mantém sua imponência e beleza.



Foto 25: Rua comercial pedestrianizada. Bom indicativo de sobrevivência financeira da cidade.

O São João é forte atrativo de turistas e dividendos para o município de modo que há um grande preparo para a festividade na cidade. Até onde o urbanismo ou espaço urbano é afetado por tal empresa não se pode pressupor, mas eventos de porte (pelo menos informado pela população e gestores públicos) demandam uma estrutura urbana de recepção e manutenção da população flutuante com qualidade e em quantidade.

Quadro 1: Aspectos da relação da comunidade de Barra com a cidade. Informações colhidas durante as oficinas.

ANTES DE 1971	DURANTE (1982)	DEPOIS (2012)
Vapores; Passagem para o sul (SP, Brasília...); Enchentes em 1909, 1929, 1949, 1991; Chuvas constantes; Grande ligação com o Rio, a frente da cidade é para o Rio; Agricultura de subsistência nas ilhas; Força cultural: festas artistas, artesanos, danças,	Aumento da quantidade de pescadores e ausência de fiscalização; Ausência de enchentes e consequentemente diminuição de peixes; Rio da integração Nacional; Diminuição das chuvas e da agricultura;	Degradação do Rio (assoreamento, sem peixe, sem praia, as ilhas não se deslocam); Áreas favelizadas, bolsas do governo tiraram a significação da pesca; Todos os filhos da Barra retornam nas festas juninas;

3.1.3.2. Itaguaçu da Bahia

➤ Histórico

Itaguaçu da Bahia teve sua formação também originária da expansão da criação de gado de forma extensiva, principalmente no século XIX. Uma peculiaridade de Itaguaçu da Bahia é que os moradores locais por muito tempo conservaram formas diferenciadas de se expressar, quase formando um dialeto próprio que aos poucos foi se perdendo, mais ainda é utilizado em regiões mais periféricas. Em 1911 Itaguaçu da Bahia foi elevada a categoria de distrito de Chique Chique, posteriormente grafado Xique Xique.

O município está localizado a cerca de 480 km da capital salvador as margens do Rio São Francisco, e possui uma população de 13.209 de habitantes e território de 4.451 km², segundo o IBGE. Itaguaçu da Bahia, antes denominada Tiririca, tem sua economia, a priori, movimentada

pela criação de animais bovinos, equinos e caprinos principalmente e pelo comércio de trocas ainda hoje. Emancipada em 1989, antes pertencia ao município de Xique-Xique.

➤ **Patrimônio Histórico Artístico e Cultural**

Conforma dito, o município é fruto de uma emancipação de área rural. Devido a este fato são poucas as construções de relevância arquitetônica. Não há um patrimônio de destaque. Percebe-se que há um “centro” mais antigo, que talvez servisse de entreposto de abastecimento dos produtos da região, e este acabou por virar o núcleo de crescimento principal. Na rua de saída da cidade (de conexão com a autoestrada) há o núcleo administrativo.

Recém-construído o “bairro” tem o prédio da prefeitura, o hospital e uma comunidade inteira de casas construídas para abrigar grupos de baixa renda. Mas nada a ver com o reservatório ou CHESF.

Os patrimônios culturais imateriais evidenciados em Itaguaçu da Bahia foram as danças, entre elas o Terno de Reis, reisado, são Gonçalo, xaxado, cantigas de roda, capoeira (quilombolas), quadrilhas, festa da cigana. As maiorias dessas danças acontecem em todas as cidades ribeirinhas do Rio São Francisco e que não acontecem mais.

O terno de reisado era geralmente no mês de dezembro e se estende até o dia 06 de janeiro (Reis); formado por rapazes e moças com trajes característicos que conduziam o estandarte, lanternas de bambu revestidas de papel seda de diversas cores contendo uma vela no seu interior que iluminava por onde o cortejo passava.



Foto 26: Apresentação de “Reisado” na Comunidade quilombola de Barreiros.

A Dança de São Gonçalo um ritual muito interessante que ainda encontra-se em Pilão Arcado. Três homens e doze mulheres fazem parte desta dança. Que é formada por doze rodas, e mais uma de agrado que é a roda dos dançadores. Geralmente a dança é feita na porta da Igreja Católica ou num terreiro da casa de algum devoto do santo.

Os dançadores, como são chamados, usam um arco de cipós enfeitados com papel seda, entrelaçados uns nos outros, durante o ritual da dança segurando as extremidades de seus arcos os dançadores desenvolvem coreografias ritmadas. Formando com seus arcos imagens de cobra, lagarta, meia lua, etc., tudo ao som da zabumba, do pandeiro, da sanfona, do violão e do cavaquinho.

Cantigas de roda, cirandas ou brincadeiras de roda são brincadeiras infantis, onde tipicamente as crianças formam uma roda de mãos dadas e cantam melodias folclóricas, podendo executar ou não coreografias acerca da letra da música. São uma grande expressão folclórica, e acredita-se que pode ter origem em músicas modificadas de um autor popular ou nascido anonimamente na população. São melodias simples, tonais, com âmbito geralmente de uma oitava e sem modulações. O compasso mais utilizado é o binário. Entre as cantigas de roda mais conhecidas estão Roda pião, Escravos de Jó, Rosa juvenil, Sapo Cururu, O cravo e a rosa, Ciranda-Cirandinha e Atirei o pau no gato.

Em outras palavras, Cantigas de Roda é um tipo de canção infantil popular relacionada às brincadeiras de roda. Nesse sentido carregam uma melodia de ritmo limpo e rápido,

favorecendo a imediata assimilação. Estão incluídas nas tradições orais em inúmeras culturas. No Brasil, fazem parte do folclore brasileiro, incorporando elementos das culturas africana, europeia (principalmente portuguesa e espanhola) e indígena.

Atreladas ao ato de brincar, as cantigas de roda consistem em formar um grupo com várias crianças (ou adultos), dar as mãos e cantar uma música com características próprias, com melodia e ritmo equivalentes à cultura local, letras de fácil compreensão, temas referentes à realidade da criança ou ao seu imaginário, e geralmente com coreografias. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Cantiga_de_roda, acesso dia 09/02/13, às 20:35h).

➤ **Arquitetura, Urbanismo e Infraestrutura.**



Imagem 2: Imagem satélite de Itaguaçu da Bahia. Fonte: *Googleearth.com*.

A cidade se divide em duas regiões (1 e 2) distintas conforme explicado acima. Estas são caracterizadas basicamente por comércio e administração, além de moradias e pequenos serviços. Urbanisticamente foi a cidade mais maltratada (não se sabe se por abandono ou falta de recursos). Suas condições são atestadas pela falta de calçamento total ou parcial em muitas vias, mesmo em locais principais, a limpeza deixa a desejar e parece haver bastantes obras públicas, de interferência urbana, incompletas.



Foto 27: Mercado público e junção principal. Cidade revelando maus tratos e intervenções incompletas.



Foto 28: Rua de Itaguaçu. Algumas ruas estão em melhor estado, em especial as que ficam próximas do núcleo urbano mais antigo.

O desenho urbano tem vários núcleos, o que talvez se explique no fato da cidade crescer a partir de uma área rural, a partir da qual vários pontos devem ter sido de alguma importância social ou econômica.



Foto 29: Prédio da prefeitura da cidade. Grande largo urbano aparentemente usado para grandes eventos e ajuntamentos.



Foto 30: Casario / Comércio mais antigo: construções em "adobão" – blocos de barro com argamassa de barro (adobe). Casas mais antigas estão no núcleo urbano da igreja matriz.



Foto 31: Bairro construído pela administração pública para alocação de famílias carentes. Este fica no lado mais recente da cidade: o setor administrativo.

No município também se insere a comunidade Quilombola de Barreiros. Esta preserva bem as características originais, goza de boa organização social e cultural e de intervenções governamentais relevantes.



Foto 32: Comunidade quilombola de Barreiros – casa “das mais antigas” em adobe.

Quadro 2: Aspectos da relação da comunidade de Itaguaçu da Bahia com a cidade. Informações colhidas durante as oficinas.

ANTES DE 1971	DURANTE (1982)	DEPOIS (2012)
<p>Antes era distrito de Xique-Xique. Fundação do município em 1989; Era a terra da mandioca Relação de pesca com o rio Verde; Terno de Reis, reisado, são Gonçalo, xaxado, cantigas de roda, capoeira (quilombolas), quadrilhas, festa da cigana; Olho D´água (lugar de memória da cidade) Casas de bloco de adobe (tijolo maciço cru)</p>	<p>Comunidades foram relocadas para povoados que distam cerca de 100 km do centro de Itaguaçu (muque, Maravilha, Almas...); O Rio Verde acabou devido às irrigações, não houve relação com a implantação da usina de Sobradinho;</p>	<p>Existência de roças além da casa da cidade; Cidade boa vivem da roça, mas não se pesca mais; Vivem da mandioca; Proposta: duas casas de farinha, estudo da alteração climática do município (suas causas e consequências); Menos chuva</p>

3.1.3.3. Xique-Xique

➤ Histórico

A região onde hoje localiza-se o município de Xique –Xique era habitada primitivamente pelos índios massacarás, pontás, aracajás e amoipiras.

A colonização na região é registrada já no século XVI por volta da década de 1540 quando sertanistas, a procura de ouro, desbravaram o Vale do São Francisco criando fazendas à

margem do rio em terras das famílias Casa da Ponte e Mestre de Campo Guedes de Brito. Durante a administração do Governador Tomé de Souza passou por esta região uma expedição exploradora. Na segunda metade do século XVI se inicia o arraial “Xique-Xique” situado na Ilha de Miradouro nome oriundo da expressão popular “daqui miro o ouro nas serras”, edificando-se ali a capela de “Santa Ana”.

Antes de terminar o século XVII um grupo de garimpeiro da Serra do Assuruá, instalou-se na ilha do Miradouro nascendo ali o 1º núcleo de populacional habitado por europeus. Os habitantes da Ilha do Miradouro foram-se transferindo para o local, construindo-se ali a capela de “Senhor do Bonfim” em terra firme, à margem da Ipoeira, na fazenda “Praia”, de propriedade de Sebastião José de Carvalho. Criou-se a freguesia em 1714 quando o arcebispo da Bahia Dom Sebastião Monteiro da Vide assinou um ato que elevava a capela de Chique-Chique à categoria de freguesia. Em pouco tempo a comunidade era um arraial em franco crescimento.

Em 1832, elevou-se à vila a sede distrital e pela Lei Estadual nº 2.082, de 13 de junho de 1928, a vila foi elevada à cidade.

Quando o Brasil separou-se politicamente de Portugal, a área que se tornaria município de Chique-Chique contribuía com a economia do império do Brasil, principalmente com a produção de ouro e pedras preciosas dos garimpos da serra do Assuruá.

O conselho provincial da Bahia achou por bem criar o município em 06 de julho de 1832, desmembrando-o de Jacobina com o nome do Senhor do Bonfim e Bom Jesus de Chique-Chique, em 23 de outubro de 1837.

Chique-Chique ganhou o título de cidade em 12 de junho de 1928 em ato assinado pelo governador vital.

O município de Chique-Chique foi emancipado no período da história brasileira conhecida como “Período das Regências”, Chique-Chique teve um diretório municipal do partido liberal, outro do partido conservador além de um regimento da Guarda Nacional.

Desde a emancipação de 06 de junho de 1832 ou a instalação oficial do município com o nome de Senhor do Bonfim e Bom Jesus de Chique-Chique em 23 de outubro de 1834, o município foi administrado pelo poder legislativo. Os vereadores eram em números de 7 e seu mandato era de 2 anos. Quem fosse escolhido pelos colegas para presidente da mesa-diretora da câmara municipal era o responsável pela direção geral do município.

Em 1853 foi criada a Comarca de Chique-Chique extinta em 1879 restaurada em 1915.

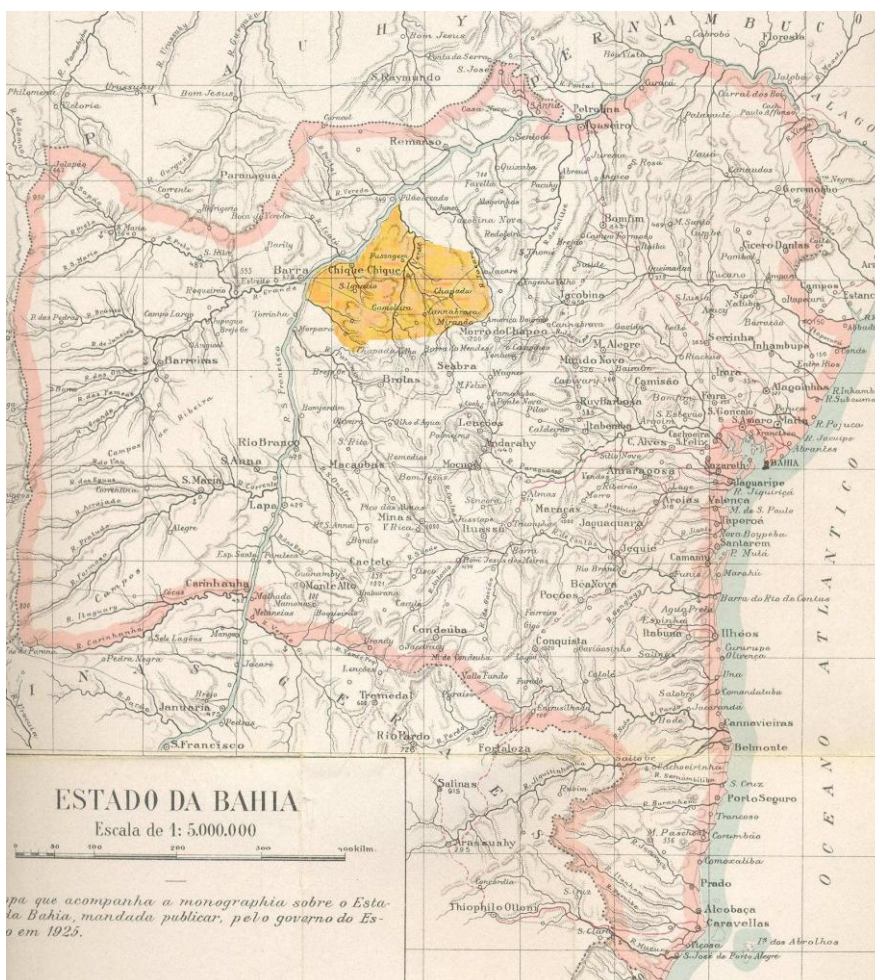


Imagem 3: Mapa da Bahia, 1925.

Dimensões aproximadas do município de Xique-Xique no século XIX. Mapa do Estado da Bahia. In SAMPAIO, Theodoro. *O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e comércio*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925. Imagem retirada da tese de doutorado de Elisângela Oliveira Ferreira, 2008, pág. 20.

O conselheiro Luís Viana foi promotor de justiça da Comarca de Chique-Chique, entre 1872 e 1878, e um dos proprietários tricentenária fazenda Carnaíba, localizada a sudeste da sede municipal. A partir da proclamação da república, em 1889, e da constituição republicana em fevereiro de 1891, é instituída a figura do intendente que em passa a ser chamado de prefeito. O primeiro intendente municipal de Chique-Chique foi o coronel Gustavo Magalhães Costa. Antes de 1928 (quando a vila foi elevada a cidade), foram intendentes: João Martins Santiago, Ciro Medeiros Borges, José Adolfo de Campo Magalhães, Manoel Teixeira de Carvalho, e outros.

Pela grande quantidade de cactos do tipo xique-xique encontrados nos primeiros povoados deu-se a origem do nome da cidade Chique-Chique que foi alterado pelo decreto-lei estadual nº 141, de 31-12-1943 para Xique-Xique, retificado pelo decreto estadual nº 12978, de 01-06-1944.

O Porto Fluvial de Xique-Xique é um dos mais importantes do Rio São Francisco, formado pelas calmas águas do Lago Ipueira, com extensão de mais de 13 km de comprimento e 600 metros de largura.

Nos dias de feira livre na cidade o porto, mesmo amplo e confortável, fica pequeno para o grande número de barcas que ali ancoram. O porto ainda hoje mostra a sua importância na vida do povo xiquexiquense, que sempre foi utilizado para o comércio de mercadorias. O transporte utilizado era vapor Mata machado.

“Era o mais possante e o mais veloz de todos os vapores com capacidade para carregar até 75 toneladas de peso e pertencia à frota da Viação Baiana. Tinha o casco achatado, o que fazia que raramente encalhasse nos bancos de areia. Era confiado aos melhores comandantes, porque só quem queria viajar nele eram as personagens importantes dos pais e as famílias nobres da carreira do rio. Foi o sexto vapor a navegar no rio São Francisco tendo chegado a Pirapora (MG) em 1906 e encontrado o vapor Saldanha Marinho ali ancorado. Esse encontro dos vapores é tido como o marco inicial da navegação a vapor no Rio São Francisco. Nesse ano de 1906 o Rio São Francisco teve

uma grande cheia e alcançou 7 metros acima do seu leito normal.” Blog do Juarez Morais, acessado em 08/02/13, às 21; 48h.

O município de Xique-Xique não sofreu interferência direta com a instalação de sobradinho, o único local que pudemos perceber essa interferência foi em Marreca Velha que foi inundada parcialmente e que os moradores transferidos para Marreca Nova estão retornando para a antiga cidade para continuar sua vida, é uma comunidade de quilombolas que ainda mantém viva suas atividades no local. Os moradores não mencionam nenhuma grande mudança com a instalação da usina.

➤ **Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.**

O reisado é uma manifestação popular que encanta a população. É uma tradição muito antiga, passada de pai pra filho. Em Xique-Xique o Reisado era muito aguardado no início de cada ano, de uns anos pra cá essa tradição estava esquecida na cidade. Em 2007 um grupo formado por Reinaldo Povão, o jovem Flávio e Dona Maria Passú colocou em prática a busca pela Revitalização do Reisado de Xique-Xique, uma festa popular esquecida durante muitos anos que veio a tona pelo esforço e ajuda dos moradores do Bairro da Ponta da Ilha e o apoio Cultural da Prefeitura de Xique-Xique. As pesquisas do Reisado foram passadas através de Dona Mariazinha do Bairro de Ponta da Ilha, foi ela quem deu informações ao grupo quanto à história da Folia e Cultura de Reis, repassando ao grupo o nome dos personagens, as roupas, as músicas dos "bichos", coreografia e tudo que envolve o São Gonçalo, foi ai então o inicio, Resurgimento e Resgate de uma tradição de anos e anos que por algum tempo estava esquecida na cidade de Xique-Xique.

O grupo começou a se apresentar nas escolas de nossa cidade, o resgate do Reisado foi criando força e em 2010 em reunião com Jorge Meira, o grupo resolveu se apresentar pelo interior, praças, ruas e em casas do nosso município. Segundo Reinado Povão, a inspiração veio do compositor e escritor Xiquexiquense Nizaldo Costa, que quando entrevistado no Programa "Espaço Aberto" de Jorge Meira, falava dos tempos de Reisado em Xique-Xique, que despertou

o interesse do grupo que hoje divulga essa manifestação cultural na região. (Dados retirados do site <http://xiquesampa.blogspot.com.br/2011/04/reinaldo-povao-historia-da.html>, dia 08/02/13 às 22:35h).



Fotos 33 e 34: Samba de Roda da Pisada.

É contagiante o batuque da caixa, o som da viola, do triângulo, do pandeiro e o pisar dos pés. O samba de roda constitui-se numa manifestação cultural de grande expressividade para os povos ribeirinhos desta região. Por meio de manifestações como estas, a sua cultura vem se perpetuando entre as diversas gerações, sobrevivendo dentro de uma memória coletiva que tem buscado a construção de novos espaços simbólicos para a afirmação da afrodescendência e reversão da condição de inferioridade imposta pela escravização. Traz-se uma abordagem sobre este samba de roda e suas marcas identitárias, considerando todo um simbolismo de uma ancestralidade que na maioria das vezes tem resistido ao preconceito étnico-racial e se impõe enquanto memória e história na formação das identidades culturais do lugar, para além dos estereótipos. (ARAÚJO, Nerivaldo Alves, 2011, pág.1)



Fotos 35, 36 e 37: Apresentação do “Terno de Reis”. Xique-Xique, 2013.

A Igreja de Sant’Anna, localizada na Ilha do Miradouro, em Xique-Xique, é, segundo a tradição, o mais antigo templo da região do médio São Francisco.



Foto 38: Igreja de Nossa Senhora da Santana



Foto 39: Mercado Público - Ilha do Miradouro.

È considerada pela população como um bem de importante valor histórico e cultural para as comunidades ribeirinhas do São Francisco, sendo o mais antigo templo da região, encontrando-se em processo de tombamento estadual. Como a cidade vive em função do porto, observa-se forte presença dos armazéns e do mercado público, representando esta ligação.



Foto 40: Cais do Rio São Francisco



Foto 41: Cais do Rio São Francisco



Fotos 42 e 43: Patrimônio Ambiental: Curva do Rio

➤ **Arquitetura, Urbanismo e Infraestrutura.**

Assim como Barra, Xique-xique também tem sua história e formação ligada ao rio São Francisco. A relação com a água é evidente na conformação urbana e distribuição espacial do comércio, serviços e órgãos públicos administrativos.



Foto 44: A foto de satélite de Xique-Xique. Fonte: *Googleearth*, 2013. Legenda: 1.Mercado de peixe;2. Igreja; 3. Praça.;4. Prefeitura.

A arquitetura em Xique-xique também remonta ao período de maior pujança econômica da região, que parece ocorrer e meados do séc. XIX e início do séc. XX, quando sua conformação urbana passou, fruto das observações in loco, sobrepujar a rural.



Foto 45: Instalações do porto. Fonte: *Googleearth*, 2013.

Pouca coisa antes disso foi encontrada erguida no núcleo principal da cidade. A Zona portuária, onde de início foi comércio abundante e cadeia pública passou a ser usado como prostíbulos e

hoje em total abandono. Esta rua dá de frente com o rio, mas não é possível vê-lo ao circular por ela.



Foto 46: “Muralha” construída para contenção de enchentes. Hoje obsoleta e servindo para subcomércio e abandono.

Assim como em Barra, a cidade passou por um período, o dos vapores – Rio São Francisco usado como via econômica local e nacional, de forte troca socioeconômica e cultural, de modo que vemos reflexos de centros urbanos maiores no desenho das casas, mas ainda algumas características típicas de cidade de interior, como terraços abertos para rua (aspectos tipicamente suburbanos em cidades maiores, durante o período arquitetônico do “Eclétismo”).



Foto 47: Largo e praça da igreja matriz. Pode-se visualizar o rio ao fundo, bem como entender parte do provável processo de crescimento da cidade, conforme comentado.

Alguns exemplares construídos são dignos de nota como o prédio da prefeitura, um bom exemplo de arquitetura moderna, o mercado público, um eclético tardio, quase protorracionalista, e o conjunto do casario (em total abandono) da zona de prostituição durante o período de maior movimento do porto, onde ainda se encontram restos da cadeia pública.



Foto 48: Detalhe do prédio da cadeia pública, hoje abandonado.

Na cidade encontram-se ainda bons exemplos de arquitetura em casas e órgãos públicos. De um modo geral a cidade apresenta boas construções que remontam seu período de maior efervescência social e econômica.



Foto 49: Rua na “orla”:

Do lado direito da rua da orla o casario do antigo comércio à beira do rio e em apoio ao mercado e feira livre que se formava a partir do cais principal. Do lado esquerdo as ocupações de pequeno comércio e serviços, que já invadem a calçada com suas cobertas “puxadinhas”. Área insalubre e violenta. Durante a noite o local é deserto.



Foto 50: Mercado público, com pequena feira livre ao lado.

O Mercado Público já foi o maior polo atrativo da população na cidade. Ainda resiste como centro comercial.



Foto 51: Feira livre e comércio formal ao fundo.

A região do mercado público ainda é caracterizada pelo comércio. Podem-se observar neste largo as casas de comércio antigas. Sofreu sucessivas e questionáveis intervenções.



Foto 52: Vista do largo principal que forma o conjunto urbano com a prefeitura e a igreja matriz.



Foto 53: Vista da estrutura de base da antiga rampa do cais principal.

No ponto plano se formava uma grande feira livre com a finalidade de receber os vapores e outras embarcações que eram grande atrativo na cidade.



Foto 54: Processo de “favelização” da parte da muralha subutilizada de frente para o rio.



Foto 55: Assentamento em Marreca Nova:

Este assentamento foi executado pelo poder público, em associação com os moradores, para relocar população atingida por enchentes na beira do rio. Proposta urbanística moderna: arruamento largo e ortogonal, criando grandes alamedas e avenidas que se cruzam em rotatórias. Diante da atual população os espaços estão amplos e perdidos.

Dois tipos de casas entregues à população, que tinha de pagar pelo modelo escolhido: a de cumeeira perpendicular ao paramento, localmente chamada de “igrejinha”, maior e com mais cômodos (05 no total: dois quartos, sala, cozinha e banheiro) e a outra com cumeeira paralela ao paramento, com 04 cômodos.

Há na área rural da cidade uma comunidade chamada “Marreca Nova” que é fruto de uma das relocações de um grupo proveniente da beira do rio, cerca de 40 km adiante. Este deslocamento se deu por causa de enchentes e pouco se fala sobre causas associadas ao Reservatório de Sobradinho (a não ser a diminuição da quantidade e qualidade do pescado). Esta comunidade foi construída pelo poder público. Há escola e demais instalações locais úteis a existência do grupo. Já começam a surgir comercio e serviço (resultado da permanência da população). No entanto digno de nota é fato de que boa parte da comunidade voltou ao antigo local de morada: a localidade de Marreca, agora chamada de “velha”.



Foto 56: Rua em Marreca Velha.

Marreca Velha foi um local com previsão não confirmada de inundação e para o qual, em especial os mais velhos voltaram. Bem tratado urbanisticamente, o local goza de alguma infraestrutura urbana e intervenções da municipalidade. A comunidade está toda paralela ao rio e dele tira sua renda.

Como a inundação não chegou aos locais previstos a comunidade se preservou. Este fato fez com que houvesse o retorno de muitos, em especial os mais velhos, ao local de origem. Marreca Velha é mais isolada (cerca de 50 km de Xique-xique), mas muito bem organizada socialmente.



Foto 57: Algumas casas ainda preservam a tecnologia construtiva típica em taipa de mão.

Há intervenção do poder público (a rua principal é calçada, há contadores de energia e um reservatório para viabilizar água para as casas) e os moradores parecem ter uma boa relação com o espaço: apesar da baixa condição econômica não percebemos indicativos de miséria e abandono estatal. As casas começam a ser refeitas em alvenaria de tijolos, mas uma boa parte ainda preserva a conformação original de taipa, com fortes indicativos de atuação cultural negra. Toda paralela ao rio a comunidade parece ir crescendo em direção ao interior em ruas paralelas, com conexões perpendiculares.

Um dado curioso: como estamos em período de “defeso” (onde a pesca é proibida e há uma “bolsa” do governo para o subsidio das famílias) uma grande quantidade de fabricantes de redes de pesca estava em plena atividade. Redes que serviriam aos locais e a outros locais, tão distantes quanto à Argentina.

Xique-xique parece ter o mesmo tipo de desenvolvimento urbano que Barra: o rio foi sua principal fonte de sustento e agrupamento urbano. Associado à igreja matriz são os dois principais indicativos de crescimento urbano, com o casario mais antigo próximo e em alinhamento originário destes. Ainda hoje a comunidade parece viver, em sentido urbano, em função deste desenho.

Como em toda formação urbana a desorganização de crescimento populacional associado a baixos indicativos administrativos (dentre outros fatores) começam a fazer com áreas no entorno da cidade comecem a crescer sem ordem e respeito à evolução urbana da cidade. No porto principal, hora abandonado e subutilizado, por exemplo, começa a surgir, do lado do rio uma “favela” (para usar termos citadinos e preconceituosos, mas facilmente compreensíveis) encostada à muralha.



Foto 58: Tratamento do pescado na beira do rio – Marreca velha.



Foto 59: Fabrico de redes de pesca em Marreca Velha.

Esta muralha, em sentido urbano e arquitetônico, é o atual grande entrave construído da cidade. Feita sob os auspícios de “proteger a cidade de inundações”, quando já havia um dique para tal, devido às ocorrências em 1979, acabou por se tornar uma barreira intransponível com relação ao rio. A mencionada construção tira a visão do transeunte, ao nível da rua que caracterizava a “orla”, do rio. Não há brisa, cheiro ou visão do rio, fazendo com que esta relação se desfaça com o passar do tempo.

Resultado: em conversas com jovens e mais velhos constatou-se que a memória do rio só existe na cabeça de quem viveu pré-muralha! Mais curioso ainda é a existência de uma sem número de embarcações de transporte humano (visto o rio não ter mais a sua importância econômica do passado) no cais principal o que denota um grande movimento de tais embarcações em algum lugar no rio e Xique-xique parece apenas servir de estaleiro ou “estacionamento”.

Quadro 3: Aspectos da relação da comunidade de Xique-Xique com a cidade. Informações colhidas durante as oficinas.

ANTES DE 1971	DURANTE (1982)	DEPOIS (2012)
<p>Existência dos Vapores até 1978; Acesso direto ao rio;</p> <p>Festa de Reis, São João, Penitentes (semana santa)...</p> <p>Enchentes em 1909, 1929, 1949, 1991;</p> <p>1975: Projeto de irrigação da agricultura desenvolveu bastante a cidade.</p>	<p>Construção do cais e conseqüente falta de acesso e utilização do rio pela população;</p> <p>Mudança de Marreca velha para nova, porém não inundou e alguns retornaram a antiga comunidade;</p> <p>Construção de Marreca nova mal acabada, só com as casas de alvenaria, longe do rio.</p>	<p>Criação da colônia de pescadores Z-37;</p> <p>Diminuição da quantidade de peixes;</p> <p>Aumento da quantidade de pescadores;</p> <p>Festa principal: Festa da cidade em 13 de junho;</p> <p>Lenda da serpente do Miradouro: cobra embaixo da igreja.</p>

3.2. Segmento Economia

3.2.1. Metodologia específica para os segmentos Economia e Sociologia

No Capítulo 3 deste Relatório Parcial 3 é explicitada a aplicação da Metodologia concebida e a operacionalização da coleta de dados do Território 3.

A análise dos resultados deste Segmento se serviu dos métodos e técnicas mencionados nesse capítulo e foi realizada a partir das informações colhidas através desses métodos e técnicas.

Explicitam-se, a seguir, de modo sucinto, as fontes específicas utilizadas.

➤ Revisão e Análise Documental

Implicou na recompilação da documentação pertinente, física e virtual. Aqui se incluíram documentos, relatórios e publicações associadas ao objeto de análise, indicadores e outras informações relevantes que pudessem ser de utilidade no diagnóstico do modo de vida atual das comunidades remanejadas.

A análise de documentos orientou e completou os dados obtidos através da observação, das entrevistas e das outras técnicas de pesquisa utilizadas para obtenção de informações. Em particular, os dados coletados para a análise documental possibilitaram a validação das informações obtidas durante as Oficinas - Seminário e as Entrevistas com as Famílias e Lideranças das Comunidades.

Por outra parte, também a análise documental permitiu organizar uma base de informações que puderam ser comparadas e atualizadas, com a complementação de informações colhidas através das outras técnicas de pesquisa. O objetivo da análise documental, neste caso, buscou principalmente a análise de conteúdo e a expressão desse conteúdo.

A análise documental também teve por objetivo dar forma adequada e representar convenientemente a informação contida nos documentos, através de procedimentos de transformação, com o propósito de armazenar e possibilitar a recuperação dessa informação aos interessados, de modo que estes obtenham o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental se constituiu assim em elemento de alimentação de um banco de dados.

Os principais documentos consultados e analisados constam a seguir:

CHESF, *Especificações Técnicas DEMG Nº 009/2010*, Setembro 2010.

CHESF - *Informações Sobre Comunidades Remanescentes de Quilombolas e Populações Tradicionais no Entorno do Reservatório de Sobradinho*, Relatório Técnico, Julho 2007.

CHESF - *Reservatório de Sobradinho. Reassentamento de Populações: Dados e Informações*. Biblioteca Municipal de Sobradinho: Sobradinho, 2008.

EDCARLOS MENDES e GUIOMAR GERMANI, *Desterritorialização sob as Águas de Sobradinho: Ganhos e Desenganos*, RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador – BA, Dezembro de 2010.

FADE / UFPE - *Usina Hidroelétrica de Sobradinho – Estudo Ambiental*, Março de 2003.

IBGE - *Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010*.

IBGE – *Censos Agropecuários* de 1995 e 2006.

IBGE e PNUD - *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*.

NEOCORP LTDA. - *Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial da Usina Hidrelétrica de Sobradinho (Ba) Pacuera*, Quinto Relatório Técnico, Volume I – Textos, Dezembro 2009.

OBSERVATÓRIO SÓCIO-AMBIENTAL DE BARRAGENS – UFRJ

<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/12/sobradinho#>

Portal da Transparência

www.portaldatransparencia.gov.br

Prefeitura Municipal de Xique-Xique

www.xique-xique.ba.gov.br

Prefeitura Municipal de Barra

www.barra.ba.gov.br

Wikipédia

www.wikipedia.org

www.aneel.gov.br

www.icmbio.gov.br/cenap

www.sei.ba.gov.br

www.portalcampoformoso.com.br

www.sobradinhobahia.com/natureza.html

➤ **Informações de Fontes Primárias**

A pesquisa de campo realizada junto a fontes primárias de informação nos municípios de Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique e Barra foi relevante para a obtenção de resultados sobre os aspectos econômicos do modo de vida das comunidades remanejadas do entorno do reservatório de Sobradinho.

Obtiveram-se informações junto às famílias remanejadas, as lideranças comunitárias, agentes institucionais e expertos; mas também foi significativo o aporte de informação obtido nas oficinas – seminário celebradas em cada um dos municípios.

3.2.2. Área de Interesse

➤ **Localização**

O reservatório do Sobradinho está localizado na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, terceira bacia hidrográfica do Brasil quando considerada a área e a única totalmente em território brasileiro, com uma área de drenagem de 639.219 km² (7,5% do país). A bacia abrange terras de 504 municípios distribuídos em sete Unidades da Federação: Bahia (48,2%), Minas Gerais (36,8%), Pernambuco (10,9%), Alagoas (2,2%), Sergipe (1,2%), Goiás (0,5%) e Distrito Federal (0,2%) (CHESF, 2009).

O reservatório da UHE Sobradinho está localizado no trecho considerado Submédio da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, distante 748 km da foz do rio São Francisco, no norte do estado da Bahia, cerca de 40 km a montante das cidades de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) e, aproximadamente, a 470 km do complexo hidroenergético de Paulo Afonso.

➤ **Principais Vias de Acesso**

A região de interesse possui como principais rodovias de acesso as BR's 324/407/210 pelo lado da Bahia, perfazendo uma distância de 520 km da capital Salvador e pelo lado de Pernambuco as BR's 232/428/210 a uma distância de 860 km da cidade de Recife.

➤ **Descrição do Empreendimento**

A barragem de Sobradinho foi construída com o objetivo de propiciar a regularização de cheias; entretanto, no ano de 1975, devido à situação energética do Brasil, o empreendimento foi incorporado à matriz de geração de energia elétrica do país, o que representou um acréscimo de 1.050 MW de capacidade instalada para a CHESF (CRUZ, 2008).

O reservatório de Sobradinho tem cerca de 320 km de extensão, com uma superfície de espelho d'água de 4.214 km² e uma capacidade de armazenamento de 34,1 bilhões de metros cúbicos em sua cota nominal de 392,50 m, constituindo-se no terceiro maior lago artificial do mundo, e segundo do Brasil, garantindo assim, através de uma depleção de até 12 m, juntamente com o reservatório de Três Marias / CEMIG, uma vazão regularizada de 2.060 m³/s nos períodos de estiagem, permitindo a operação de todas as usinas da CHESF situadas ao longo do rio São Francisco.

A energia gerada é transmitida por uma subestação elevadora com 09 transformadores monofásicos de 133,3 MVA cada um, que elevam a tensão de 13,8 KV para 500 KV. A partir daí a conexão com o sistema de transmissão da CHESF é efetuada por meio da subestação seccionadora de Sobradinho 500/230KV (CHESF, 2009).

Além da função de geração de energia elétrica, a UHE Sobradinho concorre como principal fonte de regularização dos recursos hídricos da região.

A construção da Usina se iniciou em 1973 e o enchimento ocorreu em fevereiro de 1977. A primeira unidade geradora entrou em operação em setembro de 1979 e a última em novembro de 1982 (CHESF, 1982 **apud** CRUZ, 2008).

Para a construção do reservatório foram inundadas partes dos Municípios de Casa Nova, Santo Sé, Pilão Arcado, Remanso e Xique-Xique, todos no estado da Bahia e localizados na Região Econômica Sertão do São Francisco (SIDE GEO, 2009).

Municípios Inundados: Juazeiro, Santo Sé e Xique-Xique na margem direita do rio; e Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado, na margem esquerda. URBANO: As cidades de Casa Nova, Santo Sé, Remanso e Pilão Arcado foram submersas com a formação do lago.

Constata-se uma controvérsia entre os registros da CHESF no que tange ao número de pessoas remanejadas em decorrência da implantação da UHE Sobradinho (60.000) e os números informados pelas organizações sindicais de trabalhadores rurais (72.000), sem que este fato produza repercussões significativas para os resultados globais do presente trabalho.

Deslocamentos Compulsórios: Pankaru e Kariri-Xoco.

Início das obras: Junho de 1973

Período de construção: 1973-1979

Início da operação: Novembro de 1979

Área alagada: 4.214 km²

➤ **Justificativa do Empreendimento**

O aproveitamento hidrelétrico de Sobradinho possui, além da função de geração de energia elétrica, a de principal fonte de regularização dos recursos hídricos da região.

Por assumir o papel de principal regularizador da vazão do rio São Francisco, o reservatório da Usina Hidroelétrica de Sobradinho tem um papel fundamental na oferta de energia para toda a região Norte–Nordeste do Brasil. Sua grande capacidade de armazenamento possibilita às usinas instaladas ao longo do rio São Francisco condições de fornecer energia para a região, nos períodos, às vezes longos, onde a vazão do rio cai significativamente.

O dimensionamento e a operação do reservatório e da usina permitem também um controle de cheias eficaz, protegendo as cidades à jusante da barragem.

Do ponto de vista elétrico, a Usina de Sobradinho tem uma função importantíssima no controle da tensão e na estabilidade da interligação Norte-Nordeste, proporcionando maior capacidade de intercâmbio de energia entre essas regiões e, conseqüentemente, melhor aproveitamento dos seus recursos eletroenergéticos. Para esse fim, tem um papel relevante a possibilidade de operar máquinas dessa Usina como compensadores síncronos.

Vale ainda ressaltar a importância da Usina, ao longo de toda a jornada diária, para a operação do sistema elétrico que supre a região sudoeste do estado da Bahia.

3.2.3. Socioeconomia Regional

➤ Contextualização do Meio

A Usina Hidrelétrica e o reservatório artificial de Sobradinho se estendem entre os limites territoriais dos municípios de Remanso, Casa Nova, Sobradinho, Sento Sé, Xique-Xique, Barra, Pilão Arcado e Itaguaçu da Bahia e abrangem uma área de 4.214 Km² de extensão.

Cinco destas cidades ficaram nacionalmente conhecidas em razão da famosa música cantada por Sá e Guarabyra, Sobradinho - *"O Sertão vai virar mar, dá no coração, o medo que algum dia o mar também vire Sertão... adeus Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, Sobradinho ...adeus ...adeus..."* e por terem sido relocadas para dar origem ao reservatório de Sobradinho para possibilitar o controle da vazão do rio São Francisco, a fim de assegurar a produção de energia das principais Usinas do Nordeste, quais sejam as do Complexo de Paulo Afonso, Itaparica e Xingó.

Os municípios em estudo são favorecidos pela presença do rio São Francisco, devido às suas localizações ribeirinhas e têm como traços predominantes fatores de uniformidade como o clima semiárido, caracterizadas por chuvas escassas e mal distribuídas.

➤ **O Empreendimento Sobradinho e a região do Submédio São Francisco**

A pesquisa documental sobre as alterações na região decorrentes da implantação da Usina Hidrelétrica de Sobradinho permite constatar a ocorrência de profundas mudanças no modo de vida e de produção dos indivíduos, geradas por uma expressiva intervenção do Estado. Em consequência, a economia passou a se desenvolver em novas bases, nas quais a agricultura perdeu suas características tradicionais e foi substituída pela crescente mecanização das áreas irrigadas, ocasionando dessa forma o aumento de produtividade e de riqueza para a região, embora de forma concentrada.

Em análises da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE na década de 70, sobre a economia da região Nordeste, o semiárido era caracterizado com um sistema complexo de pecuária e uma agricultura de baixo rendimento. Observa-se, entretanto, que a agricultura era a atividade principal dos trabalhadores e a pecuária, com maior significado econômico, era praticamente restrita aos proprietários de terra.

No decorrer dos anos algumas características socioeconômicas foram alteradas, mas alguns contrastes internos prevalecem na região. Ocorreu uma mudança no perfil agrícola nordestino a partir da década de 70 e essas alterações implicaram na estagnação da produtividade dos cultivos tradicionais relacionados à sua porção semiárida.

No final da década de 80, a região acentuou seu crescimento econômico em ritmo significativo, em relação à década anterior. O avanço dos perímetros irrigados foi assinalado pelo intenso auxílio do setor público. O setor privado expandiu as suas terras irrigadas, o que gerou lavoura com especialização em cultivos de elevado valor comercial e motivou grande aumento do consumo urbano-industrial. Ocorre nesse período a instalação de indústrias desses segmentos, o que contribuiu no crescimento da oferta de empregos e na demanda por ampliação da rede de serviços urbanos, necessária para absorver um recém-chegado contingente populacional.

O perfil mercadológico dos produtos cultivados atualmente visa à exportação, em um sistema inovador, o que contrasta com o padrão dominante até a década de 70 (SUDENE, 2008).

Entende-se, dessa forma, que o crescimento da renda local está vinculado ao mercado externo e que os fatores regionais não têm, por si só, o poder de regular o crescimento econômico local.

Entretanto, mesmo por se tratar de uma região que está ampliando as atividades agrícolas modernas em torno da fruticultura de exportação, há uma conjuntura de excessiva concentração de posse de terras.

A manutenção de baixos níveis salariais ocorre por conta de existir um contingente de trabalhadores disponíveis, nas áreas da caatinga, dispostos a se transferirem para onde possam se empregar e receber o salário mínimo. A grande oferta de mão de obra diminui os salários gerais.

Em linhas gerais, a economia da região é norteadada pela agricultura, pesca e pecuária (caprinos e ovinos). Mesmo com potencial de exploração turística, esse setor não representa significância na economia local.

Apesar de 58% de sua área estar situada no semiárido brasileiro, na região foram identificadas 139 espécies de peixes, sendo as mais comuns: surubim, dourado, piaú, cascudo, curimatã e traíra.

Ao longo da margem do reservatório, intensamente alterada pela ação antrópica, desenvolvem-se culturas diversificadas que aproveitam o regime de vazante, como a de cebola, melão, mandioca, tomate, entre outros cultivos, além de serem destinadas outras porções à pastagem. Nas áreas mais afastadas da margem do reservatório há espécies remanescentes da vegetação nativa de pequeno porte, herbáceas e caatinga, também já alteradas pelo desmatamento para o plantio e extensão da pecuária. Uma parcela das lavouras é irrigada de forma artificial. Essas áreas concentram-se em maior proporção no extremo leste do reservatório, entre os municípios de Casa Nova e Petrolina, onde se localiza, na margem esquerda do rio São Francisco, o distrito de irrigação Senador Nilo Coelho.

A importância do reservatório artificial no contexto regional é notória pela dimensão e por estar relacionado à manutenção de atividades econômicas que se utilizam da água represada e do regime de vazante. Essas atividades desenvolvidas na área marginal estão, em grande parte,

inseridas nos limites das Áreas de Preservação Permanente estabelecidos pela Resolução do CONAMA nº 302/02. Os problemas ambientais atuais são decorrentes do gerenciamento inadequado dos recursos ambientais locais e da inexistência ou ineficiência de políticas estruturadoras da integração de atividades econômicas com mecanismos de manutenção da qualidade ambiental. A região enfrenta problemas como desmatamento, queimadas, assoreamento e poluição das águas do reservatório por agroquímicos utilizados principalmente nas culturas de cebola.

Na vizinhança da área de interesse do presente estudo situam-se os municípios de Petrolina e Juazeiro (Pernambuco e Bahia, respectivamente), polos de agricultura irrigada e centros comerciais de grande relevância na região.

Dentre as políticas públicas existentes na região, destacam-se os investimentos em Projetos de irrigação, como o da criação do distrito de irrigação Senador Nilo Coelho. Conforme SOUZA et al. (2001), o Projeto tem uma área de 15.000 ha em operação, com 1.457 lotes para área de colonização, que respondem por 60% da área irrigável, além de 132 lotes para a área empresarial, com 40% desta mesma área.

Outros Projetos e programas de irrigação, revitalização, recursos pesqueiros e educação ambiental são desenvolvidos pela CODEVASF na região.

O Programa para construção de cisternas para as populações rurais – Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que visa proporcionar o aproveitamento da água da chuva, tem ações em todo o semiárido e é coordenada pela Articulação do Semiárido (ASA), uma coalizão de mais de 750 entidades e organizações da sociedade civil. A escassez hídrica na região tem gerado muita discussão e mobilizado a sociedade organizada, no que tange ao questionamento sobre os tipos de políticas públicas direcionadas para solucionar esse problema.

CARMELO FILHO (2005) salienta que o processo de irrigação no vale do São Francisco prioriza a fruticultura destinada à exportação em detrimento de investimentos em produtos como milho, feijão, cebola e mandioca que são base da alimentação regional. Para este autor, as políticas do Estado de desenvolvimento enfrentaram grande influência de empresas do setor,

inclusive internacionais, que controlam grandes parcelas de terras irrigadas e não proporcionam melhores condições de vida aos ribeirinhos da região.

➤ **Estrutura Fundiária, Ocupação e Uso do Solo.**

Considera-se a unidade geoambiental como zona de potencialidade baixa a média, por sofrer influência das condições climáticas, a qual fragiliza as atividades agrícolas e, conseqüentemente, as atividades agropecuárias. Essas áreas possuem a seguinte estrutura fundiária:

- 90% dos estabelecimentos possuem menos de 50 ha.
- 9% dos estabelecimentos possuem entre 50 e 500 ha;
- 1% com mais de 500 ha.

A concentração fundiária pode ser mensurada pelo coeficiente de Gini², que expressa a variação da concentração entre os valores extremos de 0 e 1. Assim, o valor 0 corresponde à completa igualdade entre os atributos e o valor 1, à desigualdade extrema entre eles, com a concentração total dos atributos em apenas 1 elemento.

Pode-se observar que a concentração fundiária é elevada no Submédio São Francisco. Os índices são superiores aos que foram encontrados, no mesmo período, para o estado da Bahia nos anos de 1978 e 1992, que são, respectivamente, 0,836 e 0,808. (INCRA, 2001).

Conforme SILVA & MENDES (1998), a microrregião do Submédio São Francisco, no decorrer dos quinquênios a partir de 1970, apresentou decréscimo no índice de Gini, fato que não se repetiu entre os anos de 1980 e 1985, período de crescimento da concentração fundiária.

² O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini e publicada no documento "Variabilità e mutabilità" (italiano: "variabilidade e mutabilidade"), em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição.

Quadro 4 - Coeficiente de Gini referente à concentração fundiária na microrregião do Submédio São Francisco (BA).

Ano	1970	1975	1980	1985
Índice de Gini	0,914	0,900	0,899	0,904

Fonte: SILVA & MENDES (1998).

Com maior percentual populacional acumulado em áreas rurais, a população necessita do acesso a terra para a produção de riqueza e geração de renda, um instrumento de inclusão.

A pequena propriedade continua predominante na região em busca de novas orientações políticas, econômicas e técnicas que assegurem a melhoria de vida dos seus donos e das suas famílias.

Ressalta-se que o lago possibilita a sobrevivência da população ribeirinha de baixa renda, a irrigação em pequenas propriedades e a criação de gado.

Como uma importante região produtiva do Brasil, em que a fruticultura para a exportação se constitui em uma de suas atividades econômicas mais importantes, a região destaca-se, no panorama agrícola nordestino e nacional, como uma exceção fortuita e bem sucedida no interior. Além de moradores locais a região atrai famílias residentes nas áreas rurais de sequeiro que migram em busca de trabalho nos períodos de estiagem.

A importância de residir em áreas próximas ao lago vincula-se de forma intrínseca quanto à questão de identidade territorial e sua identificação com um núcleo social, o sentimento de pertencimento e reconhecimento como ser social. Esse sentimento pode ser verificado em observação ao legado cultural da população e seu percurso histórico.

Para uma melhor compreensão da atual situação fundiária da área em estudo, faz-se necessária uma análise da formação e distribuição territorial da região.

A posse da terra nordestina ocorreu historicamente de forma concentrada e desigual, com a imprecisão dos limites fundiários estabelecidos (SABOURIN, SILVA & CARON, 1999). Esta elevada concentração da propriedade privada da terra é uma herança das tradicionais atividades

econômicas - como a pecuária extensiva que era vinculada aos grandes proprietários e precisava de largas extensões de terra.

Dessa forma, os processos de apropriação de largas porções de terras fizeram com que os sertões ficassem sob o domínio de uma ínfima população e proliferaram figuras como o dependente agrícola, o colono de terras aforadas e/ou arrendadas e o posseiro sem títulos (FAORO, 1997).

Dessa forma, os autores acima citados atribuem a estrutura fundiária como um dos entraves ao desenvolvimento sustentável da região Nordeste.

Ressalta-se que o processo de concentração fundiária é a fase anterior à da penetração da agricultura capitalizada. Esta se desenvolve, sobretudo pelo meio de unidades produtivas de porte médio (entre 100 e 1000 ha), geralmente agrupadas em cooperativas. O processo de intensificação de atividades agrícolas teve como uma de suas características o surgimento de novas unidades de exploração agrícola.

No entanto, na década de 70, com a intensificação da integração ao mercado a inflação crescente estimulou investimentos na região. A introdução dos perímetros de irrigação no vale estimulou novas especulações sobre as terras e resultou em uma acentuada pressão sobre o território, infligindo ao meio agrário uma intensa transformação não só por agir de forma direta sobre as técnicas agrícolas que lá vigoravam, mas também por afetar de modo direto a sua estrutura fundiária.

De acordo com o INCRA, em 1992 os estabelecimentos rurais do Nordeste com menos de 50 hectares representavam 75% do número de imóveis, sendo a área por eles ocupada correspondente a, apenas, 12% da área total.

No outro extremo da distribuição das terras, os imóveis com área superior a 200 hectares representavam 7% do número de imóveis e ocupavam 68,6% da área total.

Ainda, mesmo com diferentes metodologias de coleta de dados, as informações do Censo Agropecuário de 1995 (IBGE) também indicavam uma grande concentração fundiária na região. Enquanto 47% dos estabelecimentos possuíam apenas 3% da terra, 1% se apropriava de

38% das terras utilizadas pelo sistema produtivo. A concentração era menor em áreas de 200 a 500 hectares, cujos 15% dos estabelecimentos possuíam 16% da terra. A mesma tendência se verificava no estrato de entre 20 e 50 hectares, maior percentual da região, onde 9% dos proprietários possuíam 11% da terra.

Nesse contexto, que pouco mudou nos últimos anos, as propriedades com até 10 hectares são caracterizadas por famílias que fazem uso da terra com agricultura de subsistência ou atividades agropecuárias pouco pretensiosas, porém com considerado risco de degradação ao meio ambiente, em virtude da estrutura fundiária - caracterizada por minifúndios - e utilização de métodos pouco modernos de exploração da terra.

Na margem direita do lago de Sobradinho predominam lotes de 10 a 50 hectares. De acordo com o INCRA, nas propriedades de até 50 hectares predominam trabalhadores que exploram diretamente a terra na condição de proprietários, parceiros ou outros sistemas.

Embora as estatísticas oficiais não utilizem a classificação de agricultura familiar, a partir das características atribuídas a essa agricultura, pode-se afirmar que nas unidades produtivas de até 100 hectares, há uma predominância de agricultores familiares.

De acordo com estudo realizado pela FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, FAO / INCRA (1994) os produtores rurais estão inseridos em dois modelos gerais: o da agricultura patronal e da agricultura familiar. Os primeiros teriam como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e ênfase na especialização. Ainda, esses modelos têm características diferenciadas quanto à cultura adotada, tamanho da área produzida, direção e execução do processo produtivo e utilização do trabalho assalariado.

Compreende-se que esse modo de produção, cuja base social é a família, é uma ideia genérica, embora apresente diversas formas particulares.

Além disso, dentre os modelos existentes ressalta-se o utilizado pela FAO/ NCRA, o qual apresenta três modalidades: a agricultura familiar consolidada, a agricultura familiar de transição e a agricultura familiar periférica.

A agricultura familiar periférica, das modalidades supracitadas, é a que melhor reflete a realidade dos estabelecimentos da região do entorno do reservatório da UHE de Sobradinho.

Essa modalidade é classificada como a mais insuficiente das agriculturas familiares e ainda é reconhecida pelas limitações advindas da pequena produção, agricultura de subsistência, de sobrevivência ou produção camponesa.

Ressalta-se que a agricultura familiar é realizada por membros da família, independente do sexo e da idade. Assim, é comum a participação de mulheres, crianças (desde os sete anos de idade) e pessoas idosas, mesmo que em proporções menores do que os demais componentes, os adultos homens e mulheres.

Conforme o INCRA, 65% da área aproveitável para a agricultura no Nordeste, em 1992, eram ocupados por imóveis com área igual ou superior a 200 hectares. A pobreza rural na região, além de resultar de desigualdades na posse da terra, é agravada pela instabilidade representada pelo trabalho assalariado temporário, situação em que se encontravam 2,5 milhões dos 6,6 milhões de trabalhadores rurais existentes na região em 1992.

Nas propriedades com mais de 500 hectares predomina o trabalho assalariado ou algum sistema de parceria. Cabe ressaltar que tais relações de trabalho têm importante significado em períodos de seca, já que podem ser facilmente desfeitas, com a liberação dos proprietários rurais de manutenção da mão de obra em uma conjuntura econômica adversa.

Ao observar a dinâmica da estrutura fundiária da área é importante incluir as chamadas Comunidades de Fundo de Pasto no estudo de uso e significância das propriedades. De acordo com o mapeamento realizado pelo grupo de pesquisa Geografar da Universidade Federal da Bahia - UFBA (2005), existem cerca de 363 comunidades no Estado, e algumas dessas estão localizadas não apenas nos municípios da margem direita do reservatório, mas em todos os municípios do entorno do lago: Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Sobradinho. Ainda, de acordo com os dados da UFBA, cerca de 20 mil famílias vivem desse tipo de organização.

Conforme mencionado acima, o processo de reestruturação produtiva da década de 70 alterou de modo profundo as relações de produção na agricultura e a valorização das terras. Este processo, apoiado pelo Estado, gerou novas formas de posse e uso da terra, a exemplo dos Projetos de irrigação, e pôs em risco as formas históricas de acesso à terra da região, como é o caso das Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto.

As comunidades de Fundo e Fecho de Pasto são formações socioeconômicas que configuram há mais de um século um modelo singular de posse e uso da terra no semiárido baiano, cuja expressão social vai além da sua participação como força produtiva. As propriedades coletivas são ocupadas, de modo geral, por uma comunidade de origem familiar comum que se realiza como atividade predominante, o pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte e, subsidiariamente, a agricultura de subsistência representada, principalmente, pelos cultivos do milho, do feijão e da mandioca.

Nestas comunidades há um modo de organização próprio com características culturais que envolvem, de modo muito arraigado, o trabalho em mutirão e a solidariedade. As propriedades comunitárias são abertas, com extensão variada (algumas com mais de 1.000 hectares), sem cercas que identifiquem a posse de cada condômino ou mesmo os limites gerais. Também nesses casos a resistência organizada culminou com o reconhecimento desta forma de acesso à terra na Constituição do Estado da Bahia no ano de 1988. Essa forma de organização foi reconhecida recentemente pelo governo brasileiro como uma das Comunidades Tradicionais do País, ao lado de quilombolas, açorianos, pescadores, quebradeiras de coco, seringueiros, mineiros, ribeirinhas, pantaneiros, catingueiros e outros.

Assim como as Comunidades Quilombolas, as de Fundo e Fecho de Pasto enfrentam dificuldades com relação ao processo de identificação, reconhecimento e legalização das suas terras. Processo bastante moroso, pois não obstante estas formas comuns de acesso à terra ocorrerem em terras devolutas, surgem, de modo frequente, supostos donos com a intenção de tomar posse da terra, o que potencializa as áreas de conflitos, que aumentam à medida que ocorre a valorização produtiva das terras. De acordo com o INCRA (2009) cerca de 50 comunidades estão em processo de regularização de suas terras pelo governo federal.

No período recente, as iniciativas dos movimentos sociais contribuem para reforçar e conquistar o reconhecimento e a legalização do modo de ocupação do território, por parte do Estado, e para a consolidação de um mosaico variado de formas de acesso a terra na Região.

Assim, o Submédio São Francisco mostra-se um *locus* privilegiado de análise por ter em seu espaço uma grande diversidade de formas de acesso a terra, que concentra a maior área reformada e o maior número de famílias assentadas no estado da Bahia.

O uso agrícola na região se dá principalmente nas várzeas ao longo da margem do reservatório, na faixa que ficou exposta após a diminuição do nível das águas. Com o aumento no nível do reservatório essas culturas são abandonadas, podendo-se observar, em vários pontos inundados, as antigas cercas que delimitavam a área de cultura. É nesta área, também mais plana, que se encontram as pastagens.

Nas áreas, porém, que ficam mais longe do reservatório e, principalmente, naquelas localizadas a partir do piemonte das chapadas e serras, seguindo para as áreas mais altas, a mata de caatinga densa encontra-se bem preservada. Esta é uma região que não sofreu ocupação humana e encontra-se em bom estado de conservação ambiental.

A prática da queimada também é muito comum nesta região, principalmente nas várzeas. O grande período de deplecionamento do rio fez com que houvesse uma regeneração da vegetação original de caatinga. Para o aproveitamento de culturas e pastagens, a população utiliza-se das queimadas.

Observa-se, de uma maneira geral, que o uso agrícola do solo sofreu pouca variação com a criação do reservatório e que continua sendo utilizado para cultura de vazante, pecuária e cultura de sequeiro.

➤ **Aspectos Econômicos nos Municípios da Área de Interesse**

De forma geral, os municípios da área de interesse, a saber, Remanso, Casa Nova, Sobradinho, Sento Sé, Xique-Xique, Barra, Pilão Arcado e Itaguaçu da Bahia não conseguem suprir as demandas de suas populações.

Os principais problemas desses municípios, além da convivência com a seca, são a pobreza, precários serviços públicos básicos, como saúde, saneamento, educação e transporte. Todos eles apresentam baixos índices de desenvolvimento econômico e social.

Não há uma articulação dinâmica da economia com os segmentos da sociedade que têm condições de contribuir com o processo de desenvolvimento local. Essa desarticulação entre as atividades econômicas e a população local é também marcada pela vulnerabilidade da base econômica às calamidades climáticas, pelas ações humanas que degradam o ambiente, assim como pela falta de políticas públicas que atendam as demandas sociais.

Nesse sentido, merecem destaque alguns problemas:

- A restrita inovação tecnológica na agricultura e na pesca.
- A ausência de programas de geração de emprego e renda.
- A existência de atividades predatórias dos recursos naturais: pesca predatória e uso de defensivos agrícolas.
- A falta de racionalização e gestão do uso dos recursos hídricos de forma que atenda à demanda da população, bem como ao trabalho de educação ambiental.
- O trabalho de educação e saúde ambiental, insuficiente, se comparado às necessidades.
- A falta de uma política de segurança alimentar como forma de garantir o mínimo para a sobrevivência da população.

Os habitantes dessas cidades vivem dos empregos advindos de cargos públicos; o restante é preenchido pelas atividades pesqueiras, atividades agropastoris, um tímido comércio e serviços centrados nas sedes municipais, assistidos por aposentados e rendas oriundas de programas sociais do governo federal.

As atividades do setor terciário são mais visíveis nos municípios de Barra, Remanso e Casa Nova. O turismo tem importância econômica quando o reservatório está no seu nível normal, a exemplo do município de Casa Nova.

O setor primário é o que mais gera emprego e renda para os municípios, através das suas principais bases produtivas: agricultura, pecuária, pesca e piscicultura.

As áreas onde se localizam os municípios em estudo constituem zonas de pecuária extensiva com atividades agrícolas limitadas. Tendo como principais produções:

- Bovinocultura de corte, ovinocultura e caprino cultura.
- Pastagens cultivadas e naturais.
- Culturas de milho, feijão e mandioca.

Os sistemas de produção utilizados nesta região são:

- Sistema camponês agropecuário diversificado, à base de pecuária e agricultura tradicional.
- Sistema pecuário extensivo em grandes propriedades.
- Sistema de subsistência.

Conforme estudo desenvolvido pela NEOCORP/2009 em cinco municípios às margens do reservatório (Sobradinho, Sento Sé, Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado) as áreas com cultivo agrícola ocupavam, em outubro de 2008, 102.713 ha. Desse total, 50.248 hectares correspondiam a cultivos inseridos na área de preservação de 100 metros no entorno da cota máxima do lago de Sobradinho, ou seja, no interior da área de depleção do lago, que é ocupado por culturas agrícolas em épocas de seca. Aproximadamente 74% das lavouras dos cinco municípios encontram-se próximas à borda do Reservatório.

Nos municípios e comunidades às margens do lago de Sobradinho, observou-se que a pecuária é praticada de forma extensiva, mas em alguns casos, como em Pilão Arcado, Remanso e Sobradinho, essa atividade representa grande parte da economia do município.

A caprino cultura e a ovinocultura são as atividades pecuárias de maior expressão na região, principalmente por serem animais de maior resistência às secas prolongadas e à falta de alimentação proteica. Os produtos obtidos dessa atividade são a carne, o leite e o couro, sendo indispensáveis para a economia e a alimentação do sertanejo. Há ainda, o beneficiamento da carne que é utilizada para produção de linguiça e de defumados, sendo o município de Sobradinho possuidor de uma unidade produtiva para defumados.

Aqueles que possuem um poder aquisitivo maior ou algum financiamento criam seus rebanhos em confinamento, complementando a alimentação dos animais com ração balanceada. Alguns possuem áreas de pasto irrigado para produção de capim-elefante.

Já os pecuaristas de subsistência utilizam o pastejo livre na caatinga (caracterizando Comunidades de Fundo de Pasto). Mas, além do pastejo na caatinga, também são usadas a mandioca moída, a Palma forrageira (*Opuntia sp*), a Algaroba (*Prosopis juliflora*) e a Leucena (*Leucaena leucocephala*). Porém, nos casos mais drásticos de seca, é usado até o mandacaru como alimento animal.

O escoamento da produção agropecuária acontece, basicamente, por meio rodoviário.

Manter a condição de maior exportador de manga e uva do país representa para a região do Vale do São Francisco, onde estão inseridos os municípios do entorno do reservatório, um grande desafio, considerados os altos investimentos do setor de fruticultura irrigada aliados aos altos custos necessários ao envio dos produtos para o exterior. Para agravar a situação, no caminho faltam estradas para passagem dos caminhões carregados de frutas até o local de embarque. A situação precária das rodovias da região afeta o agricultor que produz em larga escala e exporta, mas também prejudica, e até mais com as devidas proporções, o pequeno produtor que planta culturas de subsistência e precisa transportar parte de seus produtos para as feiras próximas de onde moram.

Nessa região existe intensa atividade pesqueira, praticada tradicionalmente pelos ribeirinhos de forma comercial ou para subsistência. A estrutura das comunidades de pescadores comerciais é particularmente caracterizada pela relação existente entre essas comunidades e a dinâmica dos recursos pesqueiros que exploram.

Apesar da baixa produtividade, a pesca é ainda a principal fonte de renda das populações ribeirinhas.

A pesca é exercida essencialmente de forma artesanal, sendo importante fonte proteica para as comunidades localizadas ao longo da calha do rio. Além de fonte de alimento, a pesca é uma das principais atividades geradoras de renda da população, onde se estima que a atividade congregue cerca de 30 mil pessoas entre pescadores, familiares diretamente envolvidos e atravessadores (IBGE, 2002). Muitas das comunidades ribeirinhas que dependem da produção e comercialização dos produtos da pesca artesanal, como meio fundamental de renda e alimentação, estão submetidas a situações de pobreza, riscos sociais e ambientais que tendem, no longo prazo, a comprometer o desempenho integral da cadeia produtiva (BARBOSA, 1962).

A produção pesqueira vem sofrendo declínio nas últimas décadas motivado por ações antrópicas como: pesca predatória, barramentos, a redução do caudal nas lagoas marginais, o impedimento da migração das espécies rio acima, o desmatamento da vegetação natural e a destruição das matas ciliares, além da poluição proveniente dos esgotos domésticos e de atividades agrícolas.

Talvez como consequência do declínio da atividade, foi registrado que frequentemente a prática da pesca é realizada de forma ambientalmente insustentável com o uso da malha fina e sem assistência técnica adequada.

De acordo com documentação textual sobre a região, observa-se expressiva interação da população ribeirinha com o lago. Fonte de renda e sobrevivência para grande parte da comunidade, o elo com o rio possui os fatores social, cultural e econômico.

A indústria extrativista é inexpressiva na região.

Já a indústria de transformação, gera pouco mais de 230 empregos em 83 unidades existentes na região. Os municípios de Casa Nova e Remanso são os que mais empregam nesse setor, sendo que Remanso é o que dispõem de maior número de unidades.

Por fim, a indústria de geração de energia se destaca apenas no município de Sobradinho, devido à usina hidrelétrica de Sobradinho estar localizada no município.

Em relação ao turismo, esse setor já teve importância econômica em épocas anteriores, a exemplo do município de Casa Nova.

➤ **Aspectos Sociais nos Municípios da Área de Interesse**

Os dados levantados dos aspectos socioculturais fundamentam-se no entendimento de que o ser humano exerce a sua cidadania através da apropriação de todos os direitos sociais, políticos e econômicos, os quais são observados através dos indicadores da qualidade de vida nos municípios.

Nessa direção, algumas características são comuns.

- Precariedade dos níveis de emprego. Considere-se que a baixa produção do pescado contribuiu para aumentar esse problema.
- Baixo nível de saúde provocado pela pobreza. Os efeitos desse quadro são a desnutrição, doenças endêmicas e epidêmicas.
- Ausência de políticas públicas capazes de possibilitar à população o acesso aos bens de cidadania.
- Número de domicílios com esgotamento sanitário deficiente, especialmente nas zonas rurais onde se concentra o maior número de Comunidades Tradicionais.

Segundo os dados do IBGE (2000), a população urbana desses municípios está estimada em 220.621 habitantes, correspondendo a 1,69% da população urbana do estado da Bahia.

Educação

As condições educacionais verificadas nos municípios evidenciam a precariedade do ensino, sobretudo nas escolas municipais situadas nos distritos, povoados – onde se concentram os maiores números de comunidades tradicionais.

A quantidade de escolas da rede municipal para o nível fundamental é bem superior em relação ao das escolas da rede estadual. Isso reflete a prática dos municípios criarem escolas em qualquer lugar a exemplo do que acontece em Pilão Arcado, onde existem salas de aulas cedidas por residências familiares ou como a construída pela comunidade de fundo de pasto de Melancia em Casa Nova.

Apesar da implantação de salas de aula nos municípios, existe o problema de meninos e meninas de rua e prostituição infantil seguida de gravidez precoce e o consumo de drogas por adolescentes, a exemplo do que acontece em Casa Nova.

Em relação ao ingresso no 3º grau, a população tem que se deslocar para Juazeiro - BA ou Petrolina – PE

Saúde

A saúde, tal como a educação, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social e a assistência aos desamparados, é um direito social de toda a população instituído na Constituição de 1988. Nesse contexto, a realidade dos municípios estudados evidencia que há muito a ser feito para garantir o acesso, equidade, qualidade e humanização na atenção à saúde da população.

A notificação de doenças é um reflexo da precariedade do sistema de saúde, bem como as precárias condições de moradia, saneamento e trabalho. Dadas essas observações, as condições de saúde são visíveis com a incidência de doenças infecciosas e parasitárias, evidenciando-se casos de hanseníase, tuberculose, doenças de chagas e leishmaniose; alto consumo de bebidas alcoólicas; doenças sexualmente transmissíveis, especialmente no município de Remanso; de doenças do aparelho circulatório e neoplasias (tumores), a exemplo de Sobradinho.

Os problemas do setor de saúde enfrentados pelos municípios desafiam o sistema de saúde deficiente, com processo de municipalização lento e controle social incipiente. As condições de moradia e de saneamento, as características dos municípios quanto à tipologia habitacional e

serviços de abastecimento de água, esgoto e coleta de lixo, representam as condições de vida da população, as quais, nos municípios pesquisados, se mostram precárias.

Moradia

Utilizando os dados dos municípios, verifica-se que a taxa de urbanização tem crescido, apesar dos municípios demonstrarem uma taxa de moradia na zona rural superior à urbana. O tipo de moradia predominante é alvenaria, encontram-se muitas casas de taipa e de tijolo batido principalmente nos núcleos/distritos evidenciados pelas comunidades tradicionais.

Saneamento

Verifica-se que os municípios não dispõem de saneamento básico. Dentro do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco coordenado pelo Ministério de Meio Ambiente – MMA, essas cidades estão contempladas com projetos de implantação e/ou complementação de redes de esgotamento sanitário. Nas localidades das comunidades tradicionais identificadas na região, nenhuma delas conta com esse tipo de infraestrutura.

De acordo com a prefeitura de Pilão Arcado, a cidade cresceu e com ela os problemas, como a falta de saneamento. Nesse município, existem vários esgotos a céu aberto e os dejetos são jogados no rio São Francisco. A realidade é ainda mais crítica nos núcleos/distritos, onde não existe nenhum tipo de saneamento, salvo algumas casas que possuem fossas. Este quadro, no ambiente urbano, tende a ser diminuído pelo processo de licitação em andamento para contratação de empresa visando a implantação de saneamento básico na sede municipal. Em Remanso, a sede do município é 90% saneada e existe uma lagoa de decantação para tratamento.

No município de Casa Nova, 70% da sede possui saneamento. O tratamento é também feito através de lagoa de decantação e o efluente é lançado no lago de Sobradinho, sendo a outra

parcela de esgoto lançada no lago, sem nenhum tratamento. Em Pilão Arcado e nos demais municípios, tudo é despejado no rio São Francisco.

Abastecimento de Água

Em relação ao abastecimento de água, o serviço é inadequado, a exemplo do que acontece com alguns municípios:

- **Casa Nova** – 58% da população consome água sem tratamento.
- **Remanso** – só 50% da população tem ligação de água. A situação nos núcleos é mais precária. Para beber, a população rural acumula água de chuva em cisternas ou utiliza água de poço dessalinizado e carros pipas, distribuídas pelas prefeituras, sendo que 50% da população utiliza esse tipo de abastecimento.
- **Sobradinho** – 91% da população do município é abastecida com água da rede pública e 3,5% com água de poço. Desses, 32,9% tem tratamento através de filtração e só em 59,9% há cloração.
- **Pilão Arcado** – o abastecimento através da rede pública atinge cerca de 97,8% da zona urbana e 8% da zona rural; sendo predominante nesta o abastecimento através de poço (33,4%) ou outro tipo (58,5%).

Nos municípios de Sento Sé e Xique-Xique, o abastecimento predominante na zona urbana é através da rede pública e, na zona rural, como ocorre nos municípios mencionados acima, o atendimento é muito precário.

Os serviços de abastecimento sanitário são administrados pela SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, autarquia municipal, que esteve vinculada à Fundação Nacional de Saúde até 1999. O SAAE existe em todos os municípios da região do lago de Sobradinho. Foi criado para atender as cidades ribeirinhas.

Para abastecer as cidades, é utilizada a água do rio São Francisco, a qual é captada do lago e encaminhada para os reservatórios nos municípios e distribuída para a população através de uma estação elevatória.

No meio rural várias comunidades já contam com a instalação de cisternas - caixas d'água abastecidas com água da chuva aproveitada do telhado das casas e também recarregadas por caminhões-pipa, que quando necessário são fornecidos pelas prefeituras ou mesmo adquiridos através da compra aos fornecedores locais. No entanto, esses reservatórios, apesar de sua importância, não suprem totalmente o consumo humano, animal, quanto menos possibilitam o desenvolvimento de atividade agrícola.

Coleta de Lixo

Em relação ao lixo, a coleta na zona urbana é realizada de 2 a 3 vezes por semana e raramente chega aos núcleos/distritos. O lixo recolhido é colocado em terreno baldio ou lixões. Em alguns municípios existem catadores, a exemplo de Casa Nova, onde há um Conselho de Meio Ambiente estruturado, com a proposta de desenvolver programa de educação ambiental direcionado a crianças e adolescentes, cuja temática será a reciclagem do lixo.

O município de Sobradinho vem desenvolvendo ações na área de educação ambiental nas escolas da rede municipal, promovendo trabalhos de estímulo à conservação e preservação do rio São Francisco com o objetivo de desenvolver uma consciência ambiental. De uma forma geral, o sistema de transportes dos municípios é atendido por linhas oficiais (ônibus) que são de péssima qualidade, além de linhas clandestinas servidas de veículos de médio porte ("Vans"), em grande quantidade, mas que colocam em risco os usuários pela superlotação. Não existe serviço de transporte coletivo, seja táxi ou ônibus. Por outro lado, é muito comum o uso de moto-táxi, bicicletas ou carroças puxadas por tração animal facilmente encontradas pelas ruas centrais das cidades. Existem ainda ônibus e/ou caminhonetes mantidos pelas prefeituras para transportar alunos, principalmente do ensino médio, das comunidades mais distantes ou mesmo entre distritos e povoados buscando o atendimento daqueles alunos.

Sistema de Transportes

O sistema de transportes dos municípios é atendido por linhas oficiais (ônibus de péssima qualidade) e por veículos clandestinos de médio porte (Topic/Vans) em grande quantidade e que colocam em risco os usuários pela superlotação.

Há o uso muito comum de bicicletas em Casa Nova.

Energia Elétrica e Iluminação Pública

A energia elétrica é fornecida pela COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.

A zona urbana dos municípios é atendida pelo serviço regularmente, porém a zona rural é muito carente de eletrificação.

Nos municípios, existe a utilização da energia solar de forma ainda incipiente e alguns avanços no atendimento da eletrificação dessas comunidades pelo Programa Luz Pra Todos, instituído pelo Governo Federal.

Participação cidadã

Para IVO (2001 apud MILANI 2006), o cenário baiano de participação cidadã é marcado por uma cultura política regional assentada na reprodução de relações sociais mediadas por estruturas corporativistas e clientelistas, pouco efetivas no enfrentamento das desigualdades sociais. Milani defende a participação dos cidadãos na gestão local como necessária ao processo de reforma política, a partir da democratização dos processos decisórios pelos governos locais.

3.2.4. Caracterização do território 3 e Índices dos Municípios

➤ Caracterização do Território 3

Itaguaçu da Bahia

INFORMAÇÕES BÁSICAS
Mesorregião: Vale São franciscano da Bahia IBGE/2008 Microrregião: Barra IBGE/2008 Distância até a capital: 544 km
Características geográficas Área: 4.451,214 km ² População: 13.209 habitantes IBGE/2010 Densidade Demográfica: 2,97 hab./km ² IBGE/2010 Clima: Semiárido Fuso horário: UTC-3
Indicadores IDH: 0,586 médio PNUD/2000 PIB: R\$ 49.661 mil IBGE/2009 PIB per capita: R\$ 3.742,64 IBGE/2009

Itaguaçu da Bahia é um município brasileiro do Estado da Bahia. Localizado na Mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia e na Microrregião de Barra. Sua população estimada era de 13.209 habitantes, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tem como municípios limítrofes Central, Xique-Xique, Sento Sé, Jussara e Gentio do Ouro.

Xique-Xique

INFORMAÇÕES BÁSICAS
Mesorregião: Vale São franciscano da Bahia IBGE/2008 Microrregião: Barra IBGE/2008 Distância até a capital: 587 km
Características geográficas Área: 5.671,439 km ² População: 45.562 habitantes IBGE/2010 Densidade Demográfica: 8,03 hab./km ² IBGE/2010 Clima: Semiárido Fuso horário: UTC-3
Indicadores

IDH: 0,58 médio PNUD/2000 PIB: R\$ 148.906,749 mil IBGE/2008 PIB per capita: R\$ 3.151,40 IBGE/2008
--

Xique-Xique está situado à margem direita do Rio São Francisco, que abriga um porto de grande importância para a economia da região.

O território do município de Xique-Xique acha-se completamente incluído no Polígono das Secas. Seu potencial agroclimático apresenta aptidão regular para lavouras, sendo as terras aptas para as culturas da cebola e sorgo e culturas irrigadas do melão e da melancia.

Tem como municípios limítrofes Itaguaçu da Bahia, Gentio do Ouro, Ipupiara, Morpará, Barra, Pilão Arcado e Sento Sé.

Barra

INFORMAÇÕES BÁSICAS
Mesorregião: Vale São franciscano da Bahia IBGE/2008
Microrregião: Juazeiro IBGE/2008
Distância até a capital: 650 km
Características geográficas
Área: 11.332,950 km ²
População: 49.342 habitantes IBGE/2010
Densidade Demográfica: 4,35 hab./km ² IBGE/2010
Clima: Semiárido
Fuso horário: UTC-3
Indicadores
IDH: 0,586 médio PNUD/2000
PIB: R\$ 125.614,394 mil IBGE/2008
PIB per capita: R\$ 2.527,20 IBGE/2008

Barra (antiga Vila de São Francisco de Chagas da Barra do Rio Grande) é um município brasileiro no estado da Bahia, localizado no encontro do Rio Grande com o Rio São Francisco, no Médio São Francisco.

Tem como municípios limítrofes Buritirama e Pilão Arcado (norte), Buritirama, Cotegipe, Mansidão e Wanderley (oeste), Muquém de São Francisco (sul), Xique-Xique, Morpará e Ibotirama (leste).

O município possui três distritos: Barra (sede), Igarité (1º distrito), Ibiraba (2º distrito).

3.2.5. Índice de Desenvolvimento

➤ Itaguaçu da Bahia

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,442	0,586
Educação	0,405	0,668
Longevidade	0,561	0,617
Renda	0,361	0,472

Evolução 1991-2000

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Itaguaçu da Bahia cresceu 32,58%, passando de 0,442 em 1991 para 0,586 em 2000.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 61,2%, seguida pela Renda, com 25,8% e pela Longevidade, com 13,0%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 25,8%.

Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 13,8 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 9,8 anos para alcançar Salvador (BA), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,805).

Situação em 2000

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Itaguaçu da Bahia é 0,586. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Em relação aos outros municípios do Brasil, Itaguaçu da Bahia apresenta uma situação ruim: ocupa a 4889ª posição, sendo que 4888 municípios (88,8%) estão em situação melhor e 618 municípios (11,2%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Itaguaçu da Bahia apresenta uma situação ruim: ocupa a 348ª posição, sendo que 347 municípios (83,6%) estão em situação melhor e 67 municípios (16,4%) estão em situação pior ou igual.

➤ **Xique-Xique**

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,494	0,580
Educação	0,543	0,744
Longevidade	0,477	0,507
Renda	0,462	0,490

Evolução 1991-2000

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Xique-Xique cresceu 17,41%, passando de 0,494 em 1991 para 0,580 em 2000.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 77,6%, seguida pela Longevidade, com 11,6% e pela Renda, com 10,8%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, $1 - \text{IDH}$) foi reduzido em 17,0%.

Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 24,9 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 17,7 anos para alcançar Salvador (BA), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,805).

Situação em 2000

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Xique-Xique é 0,580. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Em relação aos outros municípios do Brasil, Xique-Xique apresenta uma situação ruim: ocupa a 4968ª posição, sendo que 4967 municípios (90,2%) estão em situação melhor e 539 municípios (9,8%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Xique-Xique apresenta uma situação ruim: ocupa a 364ª posição, sendo que 363 municípios (87,5%) estão em situação melhor e 51 municípios (12,5%) estão em situação pior ou igual.

➤ Barra

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,485	0,586
Educação	0,450	0,663
Longevidade	0,600	0,650
Renda	0,406	0,446

Evolução 1991-2000

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Barra cresceu 20,82%, passando de 0,485 em 1991 para 0,586 em 2000.

A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 70,3%, seguida pela Longevidade, com 16,5% e pela Renda, com 13,2%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 19,6%.

Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o município levaria 20,6 anos para alcançar São Caetano do Sul (SP), o município com o melhor IDH-M do Brasil (0,919), e 14,5 anos para alcançar Salvador (BA), o município com o melhor IDH-M do Estado (0,805).

Situação em 2000

A classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Em relação aos outros municípios do Brasil, Barra apresenta uma situação ruim: ocupa a 4889ª posição, sendo que 4888 municípios (88,8%) estão em situação melhor e 618 municípios (11,2%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Barra apresenta uma situação ruim: ocupa a 348ª posição, sendo que 347 municípios (83,6%) estão em situação melhor e 67 municípios (16,4%) estão em situação pior ou igual.

➤ Outros Indicadores

O Quadro 5, a seguir, apresenta outros indicadores relevantes dos Municípios do Território 3.

Quadro 5: Indicadores – Ano 2000

Município	Esperança de vida ao nascer	Taxa de alfabetização de adultos	Taxa bruta de frequência escolar	Renda per capita	Índice de esperança de vida (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de PIB (IDHM-R)
Itaguaçu da Bahia	62,045	0,651	0,702	65,868	0,617	0,668	0,472
Xique-Xique	55,412	0,707	0,818	73,310	0,507	0,744	0,490
Barra	64,029	0,649	0,691	56,374	0,650	0,663	0,446

Fonte: IBGE e PNUD.

O Quadro 6 ilustra o Índice de Desenvolvimento Social dos municípios do Território 3 no ano 2006.

Quadro 6 - Índice de Desenvolvimento Social dos Municípios – Ano 2006

Municípios	Índices									
	INS	Class	INE	Class	ISB	Class	RMF	Class	IDS	Class
Itaguaçu da Bahia	4.985,81	249°	5.080,68	38°	5.300,38	6°	4.953,9	277°	5.078,41	37°
Xique-Xique	5.028,14	118°	5.054,47	71°	5.001,14	174°	4.997,54	153°	5.020,27	113°
Barra	4.980,92	264°	5.033,28	111°	4.961,78	271°	4.991,29	166°	4.991,75	203°

Fonte: www.sei.ba.gov.br

Observações: INS – Índice do Nível de Saúde; INE – Índice do Nível Educacional; ISB – Índice de Serviços Básicos; RMF – Índice da Renda Média dos Chefes de Família; IDS – Índice de Desenvolvimento Social.

3.2.6. Histórico da Criação dos Municípios do Território 3

Histórico da Criação

➤ Itaguaçu da Bahia

O município de Itaguaçu da Bahia, antes denominado Tiririca do Luizinho, é um dos mais antigos aglomerados humanos da microrregião de Irecê (na época), e o povoado mais antigo é Várzea Grande, para onde vieram os primeiros criadores de gado bovino, devido à facilidade em se abastecerem de água naquela localidade.

Ali chegaram inicialmente, os Ferreira de Brito, famílias até hoje com descendentes no povoado. Em seguida as famílias Carvalho, Pereira e Machado vieram para uma localidade mais próxima da serra, onde havia uma vereda e ali fundaram um povoado de nome Tiririca do Luizinho, pois a preocupação constante neste semiárido desde os tempos mais remotos, sempre foi água.

Durante muito tempo este povoado ficou isolado das outras localidades devido às distâncias a serem percorridas em lombos de burro; os povoados mais próximos estavam na região da hoje

Hidrolândia (Riacho de Areia), Canabrava (Uibaí), Traíras, Lagoas (Presidente Dutra) e Gabriel (São Gabriel).

Existiram pessoas que se tornaram conhecidos em outras regiões e até ao nível estadual, como é o caso do professor Joaquim ou Joaquim Professor, como ficou conhecido. Com a sua dedicação, muito maior que conhecimento, conseguiu transmitir os rudimentos do conhecimento a muitos dos seus discípulos.

Também aqui viveu um político de grande prestígio à época. Na época dos coronéis, o Sr. José Peregrino de Souza, popularmente conhecido por Cazuzão, que pertencia ao grupo político dos “Vianas” em Salvador, que também naquelas datas eram muito poderosos no cenário político estadual e até federal, fazendo com que a palavra ou ordem dada pelo “chefe” local, Cazuzão, não tivesse discussão, era cumprida imediatamente sob pena de punição severa.

A economia foi inicialmente voltada quase que exclusivamente para a criação de gado, bovino, caprino e equino, criados de forma extensiva. Evoluiu mais tarde para a colocação daqueles animais no mercado regional, sistema comercial este muito próximo do escambo, pois normalmente, ao invés de dinheiro em espécie, sempre traziam outros produtos para serem negociados no povoado.

Distrito criado com a denominação de Tiririca, pela Lei municipal de 28-04-1900, subordinado ao Município de Chique-Chique. Pelo Decreto-Lei Estadual nº 141, de 31-12-1943, retificado pelo Decreto Estadual nº 12978, de 01-06-1944, o Distrito de Chique Chique passou a grafar Xique-Xique. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o Distrito de Tiririca figura no Município de Xique-Xique (ex-Chique Chique), assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988. Elevado à categoria de município com a denominação de Itaguaçu da Bahia, pela Lei Estadual nº 4839, de 24-02-1989, desmembrado de Xique-Xique.

➤ **Xique-Xique**

Durante a administração do Governador Tomé de Souza passou por esta região uma expedição exploradora. No século XVII surgiu a fazenda praia ao Cabo da Ipueira de propriedade do

português Theobaldo Miranda Pires de Carvalho. Antes de terminar o século XVII um grupo de garimpeiros da Serra do Assuruá instalou-se na ilha do Miradouro, nascendo ali o primeiro núcleo de populacional habitado por europeus.

Quando o século XVIII surgiu já havia sido construído nas proximidades da Ipueira um pequeno templo dedicado ao Senhor do Bonfim, por conta do cumprimento de uma promessa feita por um tropeiro.

Em 1714 Dom Sebastião Monteiro da Vide, arcebispo da Bahia, assinou um ato que elevava a capela de Chique-Chique à categoria de freguesia. Em pouco tempo a comunidade era um arraial em franco crescimento.

Quando o Brasil separou-se politicamente de Portugal a área que se tornaria município de Chique-Chique contribuía com a economia do império do Brasil, principalmente com a produção de ouro e pedras preciosas dos garimpos da serra do Assuruá.

O conselho provincial da Bahia achou por bem criar o município em 06 de julho de 1832, desmembrando-o de Jacobina com o nome do Senhor do Bonfim e Bom Jesus de Chique-Chique, em 23 de outubro de 1837.

Chique-Chique ganhou o título de cidade em 12 de junho de 1928 em ato assinado pelo governador Vital. O município de Chique-Chique foi emancipado no período da história brasileira conhecido como “Período das Regências”, Chique-Chique teve um diretório municipal do partido liberal e outro do partido conservador, além de um regimento da Guarda Nacional.

Desde a emancipação de 06 de junho de 1832 ou a instalação oficial do município com o nome de Senhor do Bonfim e Bom Jesus de Chique-Chique em 23 de outubro de 1834, o município foi administrado pelo poder legislativo. Os vereadores eram em números de 7 e seu mandato era de 2 anos. Quem fosse escolhido pelos colegas para presidente da mesa diretora da câmara municipal era o responsável pela direção geral do município.

Em 1853 foi criada a Comarca de Chique-Chique, extinta em 1879. No dia 21 de agosto de 1915, a Lei Estadual nº 1.119 restaurou a Comarca de Chique-Chique. O conselheiro Luís Viana foi promotor de justiça da Comarca de Chique-Chique entre 1872 e 1878, e um dos proprietários da tricentenária fazenda Carnaíba, localizada a sudeste da sede municipal.

A partir da proclamação da República em 1889 e da constituição republicana em fevereiro de 1891, é instituída a figura do intendente, que passa a ser chamado de prefeito.

➤ **Barra**

A região era povoada primitivamente pelos índios acroás, na margem esquerda do Rio São Francisco, e pelos índios mocoazes, na direita, além de Tupiniquins, Xacriabás, Caiapós, Cariris e Aricobés.

O povoamento da região surgiu a partir de uma fazenda de gado trazido do litoral no ponto onde o Rio Grande desemboca no Rio São Francisco, pertencente à Casa da Torre, entre 1670 e 1680. Esta fazenda foi nomeada Fazenda Barra do Rio Grande, posteriormente chamada de Fazenda Barra do Rio Grande do Sul para distinguir do Rio Grande do Norte. Os franciscanos ergueram na região a capela de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, criando um aldeamento de índios catequizados.

Posteriormente foi elevada à categoria de povoação, sendo um povoado da capitania de Pernambuco. Em 1715, o povoado passou a ser subordinado à justiça da Cidade da Bahia. Em 1734, passou à jurisdição da Comarca de Jacobina.

A atividade econômica da povoação consistia na criação de gado e agricultura, com o cultivo da cana-de-açúcar. Abrigava grande diversidade populacional: portugueses, escravos africanos, brasileiros, filhos de portugueses, mestiços de branco e índio, índios puros, holandeses, flamengos e espanhóis exploraram a região sob o comando da Casa da Torre.

A Vila foi criada por carta régia de D. Jose I em 01 de dezembro de 1752 e a freguesia (paróquia) em 05 de dezembro do mesmo ano (esta desligada de Cabrobó), mas a instalação só ocorreu em 23 de agosto de 1753, quando foi instalada a nova vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul.

D. João VI, por alvará de 3 de junho de 1820 cria a Comarca do São Francisco, e Barra passa a ser a cabeça da nova comarca. Em 7 de julho de 1824, a Comarca do São Francisco, atual oeste da Bahia, passou à jurisdição de Minas Gerais, e em seguida em 15 de outubro de 1827 passa a pertencer em definitivo a Bahia, sendo que ambas as alterações se deram por decretos de Dom Pedro I do Brasil. A vila foi elevada a cidade em 1873, quando passou a chamar-se Barra do Rio Grande. Em 1931 sua denominação mudou para Barra.

Pela sua localização geográfica, tornou-se ponto de passagem obrigatório para quem se dirigia ao sertão do São Francisco e das boiadas do Piauí, Maranhão e Goiás, vivendo grande efervescência comercial e social entre 1891 e 1912. Em 1902 o vapor Saldanha Marinho começou a trafegar regularmente entre Pirapora (MG), e Juazeiro (BA), passando por Barra, o que reforçou o comércio da região. A exploração de borracha de maniçoba também deu um impulso econômico à região. Esta cultura sofre declínio a partir de 1912.

Somente em 1998 o município da Barra foi ligado a Salvador e a Brasília por estradas asfaltadas: via Xique-Xique - Irecê - Feira de Santana (BA-160) e Ibotirama - Barreiras (BA-161), respectivamente. Também, foi feita a pavimentação da pista do aeroporto local. Os sinais de recuperação começaram a aparecer, vislumbrando-se a retomada do desenvolvimento.

Paralelamente a esse acontecimento foi idealizado, criado e instalado no município o Projeto Brejos da Barra, um programa de cunho socioeconômico, com apoio da CODEVASF, para o desenvolvimento da zona rural da Barra, com a construção de obras de relevância social, educacional e econômica.

3.2.7. População dos Municípios do território 3

➤ População dos Municípios

Segundo os dados do IBGE apresentados no Quadro 7, a população total dos três municípios no ano 2010 era de 108.070 habitantes.

Quadro 7: População dos Municípios

Municípios	População Total			População Urbana			População Rural		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Itaguaçu da Bahia	13.258	11.309	13.209	1.530	1.987	2.598	11.728	9.322	10.611
Xique-Xique	40.373	44.718	45.536	26.664	31.565	32.541	13.709	13.153	12.995
Barra	39.806	44.203	49.325	15.767	19.641	22.446	24.039	24.562	26.879
TOTAL	93.437	100.230	108.070	43.961	53.193	57.585	49.476	47.037	50.485

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

O município de Barra era o de maior população, com 49.325 habitantes; porém o município de maior densidade demográfica era Xique-Xique, com 8,28 hab./km², quase duas vezes superior à

densidade demográfica de Barra (4,32 hab./km²) e quase três vezes superior à densidade demográfica de Itaguaçu da Bahia (2,97 hab./km²) que tinha apenas uma população de 13.209 habitantes.

Quadro 8: População residente por sexo, localização do domicílio, área e densidade demográfica, segundo os municípios, Bahia – 2010.

Municípios	População Total	Urbana		Rural		Área (km ²)	Densidade demográfica (hab./km ²)
		Homem	Mulher	Homem	Mulher		
Itaguaçu da Bahia	13.209	1.309	1.289	5.650	4.961	4 451,2	2,97
Xique-Xique	45.536	15.655	16.886	6.854	6.141	5 502,3	8,28
Barra	49.325	10.960	11.486	14.200	12.679	11 412,8	4,32

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Uma estimativa da população residente na época anterior ao remanejamento pode ser induzida da população registrada pelo IBGE em 1980 e da população remanejada, conforme informações da CHESF em Relatório elaborado em 1980 (Quadro 9).

Quadro 9: Estimativa da população residente na época anterior ao remanejamento

Municípios	População Total	População Urbana	População Rural	
			Total	Remanejada
Itaguaçu da Bahia	ND.	ND.	ND.	-
Xique-Xique	42.321	20.441	21.880	473
Barra	51.563	13.497	38.066	-

Fonte: CHESF / DIR – Relatório, 1980.

Obs. A CHESF considerou uma média de 5,5 Pessoas por Família.

➤ **Itaguaçu da Bahia**

População por Situação de Domicílio	1991	2000
População Total	13.258	11309
Urbana	1.530	1.987
Rural	11.728	9.322
Taxa de Urbanização	11,54%	17,57%

No período 1991-2000, a população de Itaguaçu da Bahia teve uma taxa média de crescimento anual de -1,82%, passando de 13.258 em 1991 para 11.309 em 2000.

A taxa de urbanização cresceu 52,25, passando de 11,54% em 1991 para 17,57% em 2000.

Em 2000, a população do município representava 0,09% da população do Estado, e 0,01% da população do País.

Estrutura Etária	1991	2000
Menos de 15 anos	6.065	4.457
16 a 64 anos	6.748	6.293
65 anos ou mais	445	559
Razão de Dependência	96,5%	79,7%

Obs. Razão de Dependência: Relação entre População Inativa (menos de 15 anos + 65 anos e mais) e População Economicamente Ativa (15 a 64 anos).

Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade.	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	75,3	53,2
Esperança de vida ao nascer (anos)	58,7	62,0
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	6,0	5,1

No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 29,39%, passando de 75,29 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 53,16 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 3,37 anos, passando de 58,68 anos em 1991 para 62,05 anos em 2000.

➤ **Xique-Xique**

População por Situação de Domicílio	1991	2000
População Total	40.373	44.718
Urbana	26.664	31.516
Rural	13.709	13.153
Taxa de Urbanização	66,04%	70,59%

No período 1991-2000, a população de Xique-Xique teve uma taxa média de crescimento anual de 1,19%, passando de 40.373 em 1991 para 44.718 em 2000.

A taxa de urbanização cresceu 6,88, passando de 66,04% em 1991 para 70,59% em 2000.

Em 2000, a população do município representava 0,34% da população do Estado, e 0,03% da população do País.

Estrutura Etária	1991	2000
Menos de 15 anos	17.882	17.237
16 a 64 anos	20.541	25.031
65 anos ou mais	1.950	2.450
Razão de Dependência	96,5%	78,7%

Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	104,6	83,1
Esperança de vida ao nascer (anos)	53,6	55,4
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	5,2	3,8

No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 20,55%, passando de 104,61 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 83,11 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 1,78 anos, passando de 53,63 anos em 1991 para 55,41 anos em 2000.

➤ Barra

População por Situação de Domicílio	1991	2000
População Total	39.806	44.203
Urbana	15.767	19.641
Rural	24.039	24.562
Taxa de Urbanização	39,61%	44,43%

No período 1991-2000, a população de Barra teve uma taxa média de crescimento anual de 1,22%, passando de 39.806 em 1991 para 44.203 em 2000.

A taxa de urbanização cresceu 12,18, passando de 39,61% em 1991 para 44,43% em 2000.

Em 2000, a população do município representava 0,34% da população do Estado, e 0,03% da população do País.

Estrutura Etária	1991	2000
Menos de 15 anos	18.904	18.444
16 a 64 anos	18.987	23.487
65 anos ou mais	1.915	2.276
Razão de Dependência	109,6%	88,2%

Indicadores de Longevidade, Mortalidade e Fecundidade	1991	2000
Mortalidade até 1 ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	63,7	45,7
Esperança de vida ao nascer (anos)	61,0	64,0
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	5,2	3,8

No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do município diminuiu 28,28%, passando de 63,73 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 45,71 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 3,03 anos, passando de 61,00 anos em 1991 para 64,03 anos em 2000.

3.2.8. Dinâmica Demográfica

Com base na população dos municípios registrada nos censos de 1991, 2000 e 2010 e na estimativa da população residente na época anterior ao remanejamento (informações contidas nos Quadros 8 e 9), apresenta-se a seguir o Índice de Evolução da População nos municípios do Território 3 (Quadro 10).

Quadro 10: Índice de Evolução da População

Municípios	População Total			
	Antes do remanejamento	1991	2000	2010
Itaguaçu da Bahia	ND	1	0,85	0,99
Xique-Xique	1	0,95	1,06	1,08
Barra	1	0,77	0,86	0,96

ND. Informação não disponível

A estagnação (e até a retração) populacional destes municípios se evidencia nos índices apresentados no Quadro 10. Só em Xique-Xique houve crescimento populacional ao longo do período de 30 anos, mesmo assim em percentuais baixos. Por sua vez Itaguaçu da Bahia e Barra apenas mantiveram contingentes populacionais semelhantes, o primeiro no período de 1991 a 2010 e o segundo no período de 1980 a 2010.

3.2.9. Aspectos econômicos dos municípios do território 3

- **Estrutura Produtiva/Serviços nos Municípios e Trabalho/Ocupação**
- **Agricultura**

No Quadro 11 consta o valor da produção das principais culturas agrícolas nos 3 municípios do Território 3.

Em Itaguaçu da Bahia e em Xique-Xique o valor da produção está baseado nos cultivos do tomate e da cebola, que correspondem a 68,1% e 79,7% do valor da produção das principais culturas agrícolas, respectivamente. Estes cultivos são realizados preferencialmente às margens do reservatório.

Em Barra o valor da produção está baseado nos cultivos da cana-de-açúcar, do feijão e da mandioca (76,1% do total).

Quadro 11 - Valor da produção das culturas agrícolas (Valores em 1.000 reais) - 2011

Cultura	Itaguaçu da Bahia	Xique-Xique	Barra
Algodão herbáceo (em caroço)	29	5	-
Alho	-	-	16
Arroz (em casca)	-	-	2
Banana	148	70	52
Cana-de-açúcar	49	36	2.640
Castanha de caju	-	-	8
Cebola	4.160	3.440	-
Coco-da-baía	110	80	70
Feijão (em grão)	516	337	736
Laranja	9	13	79
Mamona (baga)	432	225	396
Mandioca	637	720	700
Manga	244	25	480
Melancia	-	-	48
Milho (em grão)	290	102	72
Sorgo granífero (em grão)	1.881	44	56
Tomate	5.131	3.078	-
Total	13.636	8.175	5.355

Fonte: www.sei.ba.gov.br - Dados de 2011.

Se considerados os dados do Valor da Produção Vegetal em 1995, constantes no Quadro 12, o valor da produção agrícola de Xique-Xique, mesmo sendo inferior em 2010 ao valor da produção dos outros dois municípios, no período de 1995 a 2010 aumentou 770%, mais do que o valor da produção agrícola de Barra (590%) e de Itaguaçu da Bahia (530%).

Quadro 12: Valor da produção animal e vegetal – 1995

Municípios	Valor da produção (Valores em 1.000 reais)				
	Total	Vegetal		Animal	
		Total	Lavouras	Total	De grande porte
Itaguaçu da Bahia	4.271	2.767	2.674	1.504	1.260
Xique-Xique	3.545	1.220	1.201	2.325	1.960
Barra	3.332	1.762	1.684	1.570	1.351

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1995).

➤ **Pecuária**

A atividade pecuária também merece destaque nos três municípios.

Os rebanhos caprino e ovino, além de aves, são destaque em Xique-Xique. Em Barra o rebanho bovino é significativo. Já em Itaguaçu da Bahia há equilíbrio entre o número de cabeças desses três rebanhos.

Os outros rebanhos relacionados no Quadro 13, apesar de alguns terem significativo número de animais como, por exemplo, aves e bovinos, não são rebanhos com destaque na região.

Quadro 13 - Número de cabeças dos rebanhos - 2011

Rebanho	Itaguaçu da Bahia	Xique-Xique	Barra
Asininos	370	1.802	1.150
Bovinos	7.926	23.947	30.090
Caprinos	6.097	32.039	8.150
Equinos	129	358	985
Galinhas	16.221	58.878	13.500
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	5.742	19.796	11.500
Muare	101	204	590
Ovinos	7.816	27.312	4.200
Suínos	3.271	12.297	5.450

Fonte: www.sei.ba.gov.br Dados de 2010.

Se considerados os efetivos de bovinos, suínos e aves em 1995, constantes no Quadro 14, o número de bovinos diminuiu nos três municípios no período de 1995 a 2011, em especial em Itaguaçu da Bahia (efetivo reduzido em 2011 a 1/4 do rebanho em 1995).

Quanto aos suínos, o efetivo dos três municípios aumentou no período de 1995 a 2011, sobretudo em Xique-Xique, com aumento de mais do dobro.

O número de aves também aumentou significativamente em Xique-Xique, quase triplicou no período. Em Itaguaçu da Bahia se manteve estável e em Barra sofreu redução de ¼ das cabeças existentes em 1995.

Quadro 14: Efetivos de bovinos, suínos e aves – 1995

Municípios	Total de bovinos	Total de suínos	Total de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos (mil cabeças)
Itaguaçu da Bahia	31.114	2.239	22
Xique-Xique	34.979	6.097	28
Barra	33.543	4.341	34

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1995).

➤ Pesca

A atividade pesqueira é praticada ao longo de todo o entorno do lago de Sobradinho, mas, principalmente, nos aglomerados urbanos.

Uma das marcas da atividade pesqueira na região do reservatório da UHE Sobradinho é a prática artesanal, bem como os instrumentos de trabalho: rede, anzol, barco e canoas a remo, que fazem parte da cultura local.

Entretanto, essa prática, apesar de ser predominante, convive com a pesca predatória, a qual tem consequências desastrosas, que podem limitar a produtividade pesqueira, quer seja do ponto de vista biológico ou econômico. Dentre as atividades realizadas de forma ilegal, destacam-se: pesca com bomba considerada de alto valor destrutivo, por afetar a fauna, a flora e o substrato de fundo; pesca com rede de malha fina, sem contar a pesca com explosivos ou venenos (menos utilizada).

De fato, já é perceptível para a população a redução na produção pesqueira e o desaparecimento de algumas espécies. Os pescados mais comercializados como a piranha, tucunaré, dourado, surubim, piau e o curimatã, não são necessariamente os típicos do submédio do rio São Francisco.

Além desses problemas, ainda há aqueles inerentes aos rios como a eutrofização e assoreamento do rio e também aqueles próprios de região alagadas por represas, como a vegetação submersa que dificulta a pesca com anzol e tarrafa. Uma dificuldade enfrentada pelos pescadores locais diz respeito à atividade dos atravessadores, que vêm de outras cidades ou estados para comprar o peixe por preço irrisório e o revendem a preço abusivo.

Conforme descrevem os dados no Quadro 15, o total de pescadores cadastrados nos municípios em estudo é de 2.846 pescadores associados, com a grande maioria situada no município de Xique-Xique.

A maioria dos pescadores vive, basicamente, da atividade pesqueira. Se for considerado que uma família é composta por quatro pessoas, pode-se inferir que existam em torno de 11.400 pessoas dependentes desta atividade nos três municípios (em Xique-Xique 8.080 famílias desse total).

A prática da pesca é realizada pelos homens, enquanto as mulheres se encarregam da produção de redes e outros instrumentos para pesca, de forma artesanal. Existe um grande percentual de pescadores informais, ou seja, que não são associados. A agricultura de subsistência também é praticada por muitos pescadores, mas sem geração de renda para a família.

Quadro 15 - Total de pescadores cadastrados

Município	Número de Associados
Itaguaçu da Bahia	3
Xique-Xique	2.020
Barra	823
Total	2.846

Fonte: MMA – Censo Estrutural da Pesca (2006).

➤ Indústria

De acordo com os dados que constam no Quadro 16, o município de Xique-Xique em 2004 tinha como destaque no setor secundário a indústria de transformação, com unidades produtivas que geravam 60 empregos em 16 unidades. Em Barra na indústria de transformação 15 unidades produtivas geravam 25 empregos. Os números da indústria em Itaguaçu da Bahia são inexpressivos.

Quadro 16 – Número de unidades e empregos na indústria

Especificação	Itaguaçu da Bahia		Xique-Xique		Barra	
	Un	Emp	Un	Emp	Un	Emp
Indústria Extrativista	-	-	1	ND	-	-
Indústria de Transformação	1	ND	16	60	15	25
Geração de Energia	-	-	1	ND	1	ND

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas (2006).

Obs. ND - Não disponível.

➤ Comércio e Serviços

O comércio e os serviços, de pequeno porte, estão centrados nas sedes municipais. As atividades do setor terciário estão mais presentes no município de Xique-Xique e em segundo lugar em Barra.

3.2.10. Questão Fundiária

➤ Avaliação da Estrutura Fundiária

A área de interesse se caracteriza como uma das regiões de maior concentração fundiária no estado da Bahia. Dos fatores que contribuem para esta configuração regional, além do processo histórico de concessão de sesmarias, pode-se citar a predominância da pecuária extensiva de gado de corte em grandes estabelecimentos agropecuários como atividade econômica principal e a especulação imobiliária.

Conforme os dados apresentados no Quadro 17, mais de dois terços dos estabelecimentos possuíam, em 1995, área inferior a 10 hectares. Contudo, o expressivo número de propriedades entre 10 e 100 hectares e, ainda, com áreas superiores a 100 hectares caracteriza a região como área de concentração fundiária. Mais em Itaguaçu da Bahia, onde 12,4% das propriedades eram de área superior a 100 hectares. Já em Xique-Xique e Barra esse percentual era de 7,7% e 7,0%, respectivamente, das propriedades existentes.

Quadro 17: Estabelecimentos por grupo de área total - 1995

Municípios	Estabelecimentos segundo os grupos de área total (ha)					
	Menos de 10	10 a menos de 100	100 a menos de 200	200 a menos de 500	500 a menos de 2000	2000 e mais
Itaguaçu da Bahia	968	1.071	93	112	63	21
Xique-Xique	2.016	272	63	66	53	10
Barra	2.025	442	55	60	43	27
TOTAL	5.009	1.785	211	238	159	58

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (1995).

Como referido anteriormente, a concentração fundiária é elevada no Baixo-médio São Francisco. Os índices de Gini são superiores aos que foram encontrados, no mesmo período, para o estado da Bahia nos anos de 1978 e 1992, que eram, respectivamente, 0,836 e 0,808.

A microrregião do Submédio São Francisco, no decorrer dos quinquênios a partir de 1970, apresentou decréscimo no índice de Gini, fato que não se repetiu entre os anos de 1980 e 1985, período de crescimento da concentração fundiária.

3.2.11. Caracterização do Uso e Ocupação do Solo

O uso do solo, estudado sob a perspectiva econômica, está diretamente relacionado ao tipo de produção agropecuária desenvolvida na região, que está intensamente integrada ao mercado regional e global. A agricultura tradicional de subsistência, em função de demandas externas, tem dado lugar a formas mais modernas de produção, com o emprego de tecnologias como a irrigação. Destacam-se a fruticultura, a pecuária, com produção de caprinos, ovinos e bovinos e a pesca.

Contudo, nos municípios do Território 3 (Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique e Barra) ainda a agricultura tradicional de subsistência prevalece sobre formas mais modernas de produção, mesmo com a presença da cana-de-açúcar em Barra e a cebola em Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique.

De acordo com os dados do Quadro 18, as áreas de lavouras, nos três municípios em estudo, ocupam em torno de 15 mil hectares, tendo o município de Barra com as maiores áreas de lavoura (quase 8 mil hectares).

Quadro 18 - Área plantada com lavouras (em hectares) - 2010

Município	Lavouras temporárias (ha)	Lavouras permanentes (ha)
Itaguaçu da Bahia	4.965	101
Xique-Xique	1.965	39
Barra	7.250	398
Total	14.180	538

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006).

Conforme dados de 1995 (Quadro 19), a área de pastagens e matas era significativa no município de Barra; também a área de matas em Xique-Xique dentre as áreas de utilização das terras. Já no município de Itaguaçu da Bahia as terras para lavouras (permanentes, temporárias, em descanso e não utilizadas) correspondiam a 29,1% da área total, enquanto as terras para lavouras em Xique-Xique e Barra correspondiam a 12,9% e 7,3%, respectivamente, da área total.

Quadro 19: Utilização das terras – 1995

Municípios	Área total (ha)	Utilização das terras (ha)			
		Lavouras permanentes e temporárias	Pastagens naturais e artificiais	Matas naturais e plantadas	Lavouras em descanso e produtivas não utilizadas
Itaguaçu da Bahia	229.920	61.909	82.189	79.806	4.971
Xique-Xique	127.619	6.741	52.754	54.422	9.742
Barra	343.037	5.677	139.380	167.096	19.256

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1995).

Se comparadas às áreas de lavouras entre 1995 e 2010 (Quadros 18 e 19), só em Barra houve aumento das áreas (mais de 34%), enquanto em Xique-Xique as áreas de lavouras em 2010

correspondiam a menos de um terço das áreas em 1995; em Itaguaçu da Bahia a redução foi mais drástica (em 2010 menos de um décimo das áreas em 1995).

O Quadro 20 apresenta as culturas que se destacam pela área cultivada.

No município de Itaguaçu da Bahia se destaca a produção de sorgo, milho, mandioca e feijão; também a mamona, cebola e tomate.

No município de Xique-Xique prevalecem áreas de produção de mandioca, feijão e milho, também com presença de áreas de produção de cebola, tomate e mamona.

Já em Barra a presença da cana-de-açúcar é significativa; as áreas plantadas de feijão e milho também são relevantes, mas observe-se que no ano 2010 a área colhida desses produtos foi extremamente baixa, provavelmente por efeitos da seca.

Cabe ressaltar em relação à produção de cebola, uma das culturas relevantes em Itaguaçu da Bahia e em Xique-Xique, que o cultivo é desenvolvido ao longo da borda do reservatório e nas áreas de depleção do lago, em períodos de seca, com a utilização de grande quantidade de agrotóxicos. Com esse sistema, que envolve um solo com grande teor de matéria orgânica, os produtores da região conseguem uma maior produtividade.

Quadro 20 - Principais culturas agrícolas (ha) - 2010

Cultura	Itaguaçu da Bahia		Xique-Xique		Barra	
	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)
Algodão herbáceo (em caroço)	100	100	-	-	-	-
Alho	-	-	-	-	2	2
Arroz (em casca)	-	-	-	-	25	0
Banana	38	38	18	18	20	20
Cana-de-açúcar	70	70	55	55	1.800	1.800
Castanha de caju	-	-	-	-	40	40
Cebola	350	350	280	280	4	4
Coco-da-baía	16	16	12	12	20	20
Feijão (em grão)	470	435	400	200	3.100	350
Fumo (em folha)	-	-	-	-	10	10
Girassol (em grão)	-	-	-	-	5	5

Laranja	2	2	3	3	18	18
Mamona (baga)	400	400	150	150	200	100
Mandioca	475	475	450	450	500	500
Manga	45	45	6	6	300	300
Melancia	-	-	-	-	30	30
Milho (em grão)	800	400	350	175	1.500	10
Sorgo granífero (em grão)	2.000	2.000	100	100	70	20
Tomate	300	300	180	180	4	4
Total	5.066	4.631	2.004	1.629	7.648	3.233

Fonte: www.sei.ba.gov.br Dados de 2010.

3.2.12. Principais Destinações e Formas de Transporte dos Produtos Agropecuários

O escoamento da produção agropecuária dos municípios do entorno do reservatório da UHE Sobradinho acontece basicamente, por meio rodoviário. Na margem direita do reservatório, nos municípios de Sento Sé e Sobradinho a ligação com o polo regional Juazeiro / Petrolina ocorre por meio da BA-210. Já na margem esquerda do lago, a principal ligação é pela BR-235, que escoar a produção agropecuária dos municípios de Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado.

A localização geográfica dos municípios do Território 3 não facilita o escoamento da produção.

Barra integra-se à malha rodoviária brasileira com a ligação da cidade à BR-242, a rodovia federal Salvador-Brasília. Xique-Xique, localizado à margem direita do Rio São Francisco, abriga um porto de importância para a economia da região.

Contudo, a situação precária das rodovias da região afeta o agricultor que produz em larga escala, mas também prejudica, e até mais, com as devidas proporções, o pequeno produtor que planta culturas de subsistência e precisa transportar parte de seus produtos para as feiras próximas de onde moram.

O cultivo de cebola abastece o mercado nacional, principalmente, nos seis primeiros meses do ano, quando não há plantio em outros estados. Outros cultivos são consumidos em feiras na própria região ou utilizados para a subsistência das famílias de pequenos produtores.

O cultivo de cana-de-açúcar em Barra é destinado basicamente para a produção de cachaça (marca APROCANA, cachaça produzida por associação com 67 associados em 2007)³, que é basicamente consumida na região.

3.2.13. PIB e Distribuição do PIB

➤ Produto Interno Bruto

Conforme consta no Quadro 21, os municípios do Território 3 têm a economia dependente de setores diferentes. Itaguaçu da Bahia depende mais do setor primário (agropecuário), Xique-Xique do setor secundário (indústria) e Barra do setor terciário (serviços).

Em Itaguaçu da Bahia e em Xique-Xique o setor serviços é o que menos agrega valor ao PIB. Já o setor agropecuário tem pouca importância no PIB de Barra, enquanto o setor serviços é o mais relevante, agregando até 79% do Produto Interno Bruto do Município em 2009.

Se comparada à relevância do setor industrial no município de Xique-Xique no ano 2002 com o ano 2009 o setor industrial agregava no ano 2002 11,2% e em 2009 passou a agregar 70,7% (acima de seis vezes mais). Em Itaguaçu da Bahia o setor agropecuário agregava no ano 2002 25,9% e em 2009 passou a agregar 66,5% (duas e meia vezes mais). Em Barra o setor serviços agregava no ano 2002 76% e em 2009 aumentou a participação no PIB levemente (79% do PIB do Município).

Quadro 21: Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios (Em milhões de reais)

Municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes		Valor Adicionado Bruto – VA (Agropecuário)		Valor Adicionado Bruto – VA (Indústria)		Valor Adicionado Bruto – VA (Serviços)		Valor Adicionado Bruto – VA (Impostos)	
	2002	2009	2002	2009	2002	2009	2002	2009	2002	2009
Itaguaçu da Bahia	15,92	49,66	4,12	33	1,28	9,53	10,14	6,01	0,38	1,12
Xique-Xique	81,69	183,54	12,19	24,02	9,15	129,81	56,63	20,8	3,72	8,91
Barra	62,66	147,35	7,07	11	5,97	14,42	47,64	116,45	1,98	5,48

Fonte: SEI – BA / IBGE.

³ Fonte: ABCQ - Associação Brasileira de Controle da Qualidade, 2007.

3.2.14. Comportamento Global da renda

➤ Itaguaçu da Bahia

Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	34,0	65,9
Proporção de Pobres (%)	95,2	76,7
Índice de Gini	0,40	0,60

A renda per capita média do município cresceu 93,96%, passando de R\$ 33,96 em 1991 para R\$ 65,87 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50 equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 19,42%, passando de 95,2% em 1991 para 76,7% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,40 em 1991 para 0,60 em 2000.

Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População	1991	2000
20% mais pobres	6,3	0,7
40% mais pobres	17,8	7,2
60% mais pobres	33,5	19,2
80% mais pobres	54,8	39,5
20% mais ricos	45,2	60,5

➤ Xique-Xique

Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	62,2	73,3
Proporção de Pobres (%)	77,5	74,0
Índice de Gini	0,54	0,62

A renda per capita média do município cresceu 17,79%, passando de R\$ 62,24 em 1991 para R\$ 73,31 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000)

diminuiu 4,49%, passando de 77,5% em 1991 para 74,0% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,54 em 1991 para 0,62 em 2000.

Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População	1991	2000
20% mais pobres	3,3	0,5
40% mais pobres	10,5	5,9
60% mais pobres	22,2	16,7
80% mais pobres	41,7	35,8
20% mais ricos	58,3	64,2

➤ **Barra**

Indicadores de Renda, Pobreza e Desigualdade	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	44,5	56,4
Proporção de Pobres (%)	85,4	79,3
Índice de Gini	0,59	0,68

A renda per capita média do município cresceu 26,67%, passando de R\$ 44,50 em 1991 para R\$ 56,37 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 7,12%, passando de 85,4% em 1991 para 79,3% em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,59 em 1991 para 0,68 em 2000.

Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População	1991	2000
20% mais pobres	2,1	0,0
40% mais pobres	8,2	1,9
60% mais pobres	18,6	11,7
80% mais pobres	37,3	31,7
20% mais ricos	62,7	68,3

3.2.15. Serviços Básicos e Bens de Consumo Durável Existentes nas Residências/Propriedades dos Municípios⁴**➤ Itaguaçu da Bahia**

Acesso a Serviços Básicos	1991	2000
Água Encanada	14,6	17,8
Energia Elétrica	25,6	58,3
Coleta de Lixo ¹	1,5	24,2

¹ Somente domicílios urbanos

Acesso a Bens de Consumo	1991	2000
Geladeira	8,0	24,4
Televisão	11,2	38,4
Telefone	0,1	3,2
Computador	ND	0,7

ND = não disponível

➤ Xique-Xique

Acesso a Serviços Básicos	1991	2000
Água Encanada	43,9	54,5
Energia Elétrica	65,0	76,2
Coleta de Lixo ¹	46,5	63,3

¹ Somente domicílios urbanos

Acesso a Bens de Consumo	1991	2000
Geladeira	26,6	42,3
Televisão	33,1	61,8
Telefone	6,6	5,6
Computador	ND	1,1

ND = não disponível

⁴ Informações extraídas do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, Perfil Municipal – Itaguaçu da Bahia / Perfil Municipal – Xique-Xique / Perfil Municipal - Barra.

➤ **Barra**

Acesso a Serviços Básicos	1991	2000
Água Encanada	30,2	39,6
Energia Elétrica	42,1	51,7
Coleta de Lixo ¹	77,1	69,9

¹ Somente domicílios urbanos

Acesso a Bens de Consumo	1991	2000
Geladeira	17,0	30,2
Televisão	18,4	39,8
Telefone	2,7	3,9
Computador	ND	0,3

ND = não disponível

3.2.16. Arrecadação de Tributos em cada Município

 ➤ **Transferências de Recursos Federais por Município no Exercício 2011**

Itaguaçu da Bahia

Exercício 2011 - R\$ 19.013.205,20

Destaques:

Fundo de Participação dos Municípios – FPM	R\$ 6.588.508,05
Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	R\$ 4.165.550,07
Bolsa Família	R\$ 3.208.963,00
Urbanismo - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	R\$ 1.038.666,66
Saúde - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	R\$ 782.358,00

Fonte: www.portaldatransparencia.gov.br

Xique-Xique

Exercício 2011 - R\$ 51.654.000,81

Destques:

Fundo de Participação dos Municípios – FPM	R\$ 16.471.269,47
Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	R\$ 16.414.254,31
Bolsa Família	R\$ 10.708.829,00
Saúde - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	R\$ 1.703.660,00
Cota-Parte dos Estados e DF do Salário-Educação	R\$ 1.096.574,90

Fonte: www.portaldatransparencia.gov.br**Barra**

Exercício 2011 - R\$ 56.524.969,34

Destques:

Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	R\$ 19.599.711,81
Fundo de Participação dos Municípios – FPM	R\$ 16.471.269,47
Bolsa Família	R\$ 11.753.276,00
Saúde - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família	R\$ 1.365.908,00
Cota-Parte dos Estados e DF do Salário-Educação	R\$ 1.194.366,92

Fonte: www.portaldatransparencia.gov.br**➤ Evolução das Transferências de Recursos Federais por Município**

O Quadro 22 apresenta o volume das transferências de recursos federais em anos recentes e no atual exercício.

Quadro 22: Transferências de Recursos Federais por Município

Município	Exercício 2004	Exercício 2008	Exercício 2011	Exercício 2012 (Parcial)
Itaguaçu da Bahia	5.836.844,46	11.345.928,17	19.013.205,20	12.785.342,53
Xique-Xique	16.779.323,48	34.466.678,78	51.654.000,81	37.951.372,76
Barra	17.035.148,26	36.924.876,16	56.524.969,34	42.519.650,92

Fonte: www.portaldatransparencia.gov.br

3.2.17. Royalties da CHESF

Compensação Financeira e Royalties

Na Constituição Federal, o artigo 20 define como bens da União, entre outros, os potenciais de energia hidráulica. Seu parágrafo primeiro assegura participação dos Estados, Distrito Federal, Municípios e Órgãos da administração direta da União no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, ou a compensação financeira por esta exploração.

Nesse contexto foram estabelecidos, como pagamento pela exploração de recursos hídricos, os royalties para a Itaipu Binacional e, para as demais concessionárias e empresas autorizadas, a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

O gerenciamento do recolhimento dos recursos, assim como da distribuição entre os beneficiários, é feito pela ANEEL.

O valor da Compensação Financeira corresponde a 6,75% da energia de origem hidráulica efetivamente verificada, medida em Mwh, multiplicado pela Tarifa Atualizada de Referência (TAR), fixada pela ANEEL.

Na distribuição dos recursos da Compensação Financeira, dos 6,75%, 0,75% são destinados ao Ministério do Meio Ambiente para aplicação na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, constituindo-se tal parcela em pagamento pelo uso de recurso hídrico para fins de geração de energia elétrica. Os 6% restantes são destinados da seguinte forma: 45% dos recursos aos municípios atingidos pelas barragens, proporcionalmente às áreas alagadas de cada município abrangido pelos reservatórios e instalações das UHE's; aos estados onde se localizam os

reservatórios outros 45%, correspondentes à soma das áreas alagadas dos seus respectivos municípios; ficando a União com os 10% restantes.

O Quadro 23 permite visualizar os parâmetros que definem o valor da compensação financeira ou royalties a ser paga nos municípios afetados pela UHE Sobradinho.

Quadro 23: Usinas hidrelétricas que pagam Compensação Financeira ou *royalties*, segundo área alagada. Situação em setembro de 2003

UHE	Potência (KW)	Área Alagada (Km ²)
Sobradinho	1050000	4380,79

Fonte: ANEEL

3.2.18. Valores recebidos pelos Municípios

No Quadro 24 são indicados os valores recebidos pelos Municípios a título de royalties da CHESF, em anos recentes e no atual exercício.

Quadro 24: Valores recebidos pelos Municípios a título de royalties da CHESF

Município	Exercício 2004	Exercício 2008	Exercício 2011	Exercício 2012 (Parcial)
Itaguaçu da Bahia	249.301,29	339.483,85	413.567,15	404.040,58
Xique-Xique	281.353,84	383.131,13	466.739,29	455.987,89
Barra	-	-	-	-

Fonte: ANEEL

Visando a comparação com as Transferências de Recursos Federais, no exercício de 2011 os valores recebidos a título de Royalties da CHESF equivalem aproximadamente a um real para quase quarenta e seis reais de transferências federais ao município de Itaguaçu da Bahia e um real para mais de cento e dez reais de transferências federais ao município de Xique-Xique. O município de Barra não recebe royalties da CHESF.

3.2.19. Aspectos Econômicos das Comunidades e Famílias Remanejadas

Este item se destina a apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada junto a fontes primárias de informação nos municípios de Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique e Barra.

Obtiveram-se informações junto às famílias remanejadas, as lideranças comunitárias, agentes institucionais e expertos; mas também foi significativo o aporte de informação obtido nas oficinas–seminário celebradas em cada um dos municípios.

A percepção no trabalho de campo dos consultores e pesquisadores foi que a maioria das famílias que vieram de outros municípios (Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé) para o Território 3 (Itaguaçu da Bahia, Xique-Xique e Barra), em função da construção da barragem, o fizeram por opção própria, à revelia de projetos de reassentamentos promovidos pela CHESF. Neste sentido poderia se dizer que não seriam reassentados pela CHESF e sim famílias de migrantes.

Também, como referido em outras partes do Relatório, neste Território foi relatado pelos pescadores que a construção da barragem inundou algumas áreas de ilhas onde se encontrava as plantações dos ribeirinhos e suas criações. Diferente dos Territórios 1 e 2, o Território 3 foi muito pouco inundado; poucas comunidades tiveram que sair de seus locais. As enchentes existentes neste Território estiveram mais ligadas aos regimes de chuva do que à influência do Reservatório. Uma queixa frequente é que, “talvez por conta de Sobradinho”, diminuiu a quantidade e tamanho dos peixes pescados.

➤ Comentários Genéricos Relevantes

A respeito dos aspectos econômicos, destacam-se a seguir as percepções dos facilitadores a respeito de opiniões dos participantes das oficinas, em relação aos momentos anteriores à implantação da Usina Sobradinho (*Antes*), aos momentos da implantação da UHE (*Durante*) e aos momentos atuais (*Depois*).

Itaguaçu da Bahia

Antes

- ✓ “Vivia-se basicamente da pecuária”.
- ✓ “A agricultura foi iniciada por intermédio do programa da ‘agricultura verde’ em 1975” (governo de Figueiredo), quando se introduz a agricultura no município.

Durante

- ✓ O principal Rio da cidade é o Rio Verde, que atinge maior número de comunidades e desemboca no Rio São Francisco. Identificam pouca influência de Sobradinho no Rio Verde. O maior problema do assoreamento do Rio Verde foi causado pela barragem do Miroroza, criada para atender com irrigação a projetos de 4 municípios, se estendendo depois para 14, comprometendo o nível da barragem.
- ✓ Participantes da oficina-seminário acham que muitos vieram para Itaguaçu da Bahia porque não concordavam com as indenizações e locais oferecidos pela Chesf na época.

Depois

- ✓ “As principais fonte de renda atual, na manifestação dos participantes da oficina-seminário são o bolsa família, a aposentadoria, a garantia-safra e o funcionalismo público. Alguns estão sendo empregados na nova indústria – IMBASA, distribuidora de água”.
- ✓ “Há forte produção pecuária na região, caprinos e bovinos; porém muito afetada com a seca de 2012”.
- ✓ “Baixa produção na agricultura, principalmente em função da seca, inclusive afetando o Rio Verde. Praticamente não existe projeto de irrigação”.
- ✓ “A produção local abastece a demanda de carne, porém não tem matadouro. A produção agrícola não atende a necessidade”.
- ✓ “Irecê é o principal centro de referência”.

Xique-Xique

Antes

- ✓ “Alguns participantes da oficina-seminário consideraram importante o resgate da história para fins de documentação”.

Durante

- ✓ A enchente (por chuva) se deu por 3 meses na comunidade da Marreca Velha; após esse período as águas baixaram e as famílias começaram a voltar.
- ✓ Algumas famílias das ilhas chegaram a receber indenização da Chesf. Umas voltaram, outras não.
- ✓ O processo de mudança foi difícil para as famílias que foram para a Serra do Ramalho. Outras famílias se acomodaram em Sento Sé e Casa Nova e algumas vieram para Xique-Xique. Muitos que foram para a Serra do Ramalho tiveram dificuldades pela falta de água. Para os que ficaram está melhor por ter escola para os filhos e outros serviços.
- ✓ Foi criada a "Associação dos ribeirinhos do Lago de Sobradinho", para acompanhar o processo de pagamento da indenização aos remanejados.

Depois

- ✓ As principais fontes de renda são a pesca, agropecuária, comércio, serviço público e aposentadoria.
- ✓ Participante da oficina-seminário diz não ter nada contra a barragem e sim contra as promessas de indenização que não se concretizam.
- ✓ O Município não consegue suprir a demanda de jovens que precisam de trabalho.

Barra

Antes

- ✓ Havia uma maior produção tanto na pesca como na agricultura.

- ✓ Predominância da agricultura (milho, feijão, abóbora, batata, etc.).
- ✓ Comércio de feiras livres, relações de troca de mercadorias.
- ✓ Havia uma produção significativa do artesanato da carnaúba.

Durante

- ✓ “a migração das famílias, por causa da construção da barragem não causou impactos para cidade”
- ✓ O impacto direto da UHE no Rio é sutil e pouco perceptível pela população local.

Depois

- ✓ Economia baseada na pecuária semiextensiva, pesca artesanal e funcionalismo público.
- ✓ As pessoas possuem menor estímulo para o trabalho por influência de políticas compensatórias como o Programa Bolsa Família.
- ✓ Atualmente a produção de verduras disponível para comercialização vem de Irecê e Juazeiro; antigamente o Município comercializava sua própria produção.
- ✓ Existem pessoas de fora vindo explorar o Rio e usando agrotóxico.
- ✓ Não existe problema de terra, pois o custo para adquirir é baixo.
- ✓ Há dois projetos grandes de irrigação, porém são da iniciativa privada.
- ✓ Falta um escritório da EBDA no município.
- ✓ Falta de interesse dos jovens para estudo e trabalho.
- ✓ Barra pode ser considerado um polo do comércio no território; só perde para Ibotirama ou Irecê (a demanda das comunidades e municípios próximos se divide nestas três cidades).
- ✓ Não se fala muito da UHE Sobradinho. Comenta-se mais sobre a construção de uma adutora em Irecê, que vai complementar o sistema de abastecimento da cidade. Estão ouvindo falar agora da Usina de Sobradinho, em função da oficina-seminário.
- ✓ A água que abastece o município vem do Rio Grande. Existe também o Rio Preto que exerce influência no Município, talvez até mais que o Rio São Francisco.
- ✓ Existe uma boa estrutura das estradas estaduais e federais, porém identifica-se dificuldade de acesso às comunidades rurais. Todavia melhorou consideravelmente em relação ao período anterior à Usina.

- ✓ Existe uma associação de apicultores.
- ✓ A caprinovinocultura tem potencial, mas ainda não é expressiva.
- ✓ O abate do gado é feito de forma artesanal, dado que não existe abatedouro.
- ✓ Produção e venda de fruticultura (manga, coco, limão, mangaba, pequi, buriti, caju).
- ✓ Produção de cachaça e rapadura na região dos brejos.
- ✓ Produção reconhecida de artesanato em cerâmica com base na argila do Rio Grande.
- ✓ Não existe um turismo profissional, é mais de divulgação boca-a-boca.

De modo geral, percebe-se que boa parte das considerações acima reflete que a construção da UHE Sobradinho não exerceu maior influência nestes três municípios, salvo nas famílias que foram remanejadas para a Serra do Ramalho.

3.2.20. O Histórico da Composição das Famílias Remanejadas

Na amostra colhida na pesquisa junto às Famílias do Território 3, a **Comunidade de Origem da Família**, onde morava antes da transferência decorrente da construção da UHE Sobradinho, era uma Comunidade Rural para a grande maioria das famílias consultadas, conforme o Quadro 25.

Quadro 25: Comunidade de Origem das Famílias

FAMÍLIAS DOS MUNICÍPIOS	COMUNIDADE DE ORIGEM	
	RURAL	URBANA
118 FAMÍLIAS	115	3
%	97,4	3,6

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

Consultadas sobre o **Ano do Remanejamento da Família**, o maior contingente de famílias foi relocado no ano 1979 (40% das famílias, conforme Quadro 26).

Quadro 26: Ano do Remanejamento da Família

ANO DO REMANEJAMENTO DA FAMÍLIA	
Especificação	Frequência de citação (Em números absolutos)
1970	-
1974	2
1975	1
1976	4
1977	27
1978	22
1979	38
1997	1
TOTAL	95

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

A grande maioria das Famílias (92,3%) **mora no local** de 30 a 39 anos; apenas 7,7% das famílias mora há 29 anos ou menos (Quadro 27).

Quadro 27 – Tempo de moradia no local

Especificação	Frequência de citação	
	Nº	%
Menos de 10 anos	-	-
De 10 a 19 anos	05	6,4
De 20 a 29 anos	01	1,3
De 30 a 39 anos	72	92,3
40 anos ou mais	-	-
FAMILIAS	78	100,0

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

A maior parte dos consultados (91,7%) afirma que **não pretende sair da área** (Quadro 28).

Quadro 28: Pensa em sair desta área?

FAMÍLIAS	PENSA EM SAIR DESTA ÁREA?	
	Não	Sim
TOTAL	111	10
%	91,7	8,3

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

Finalmente, à pergunta feita às famílias das Comunidades: “Qual a composição da família (pessoas residentes na mesma casa) na atualidade?”, as respostas manifestam que há predominância do sexo masculino e a maior frequência de pessoas se situa na faixa de 20 a 60 anos (quase a metade da família), mas é significativa também a presença de idosos (mais de um quinto do total) (Quadro 29).

Quadro 29: Composição da família (pessoas residentes na mesma casa) na atualidade

COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA						
2013						
SEXO		IDADE				TOTAL
MASC	FEM	0 a 14 ANOS	15 a 19 ANOS	20 a 60 ANOS	MAIS DE 60 ANOS	
299	196	102	67	223	103	495
60,4	39,6	20,6	13,5	45,1	20,8	100,0%

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

3.2.21. Informações das Residências/Propriedades das Famílias Remanejadas

➤ Residências/Propriedades das Famílias Remanejadas.

A maior parte das famílias remanejadas, que responderam a esta questão, **usa o local de residência só como residência**. Apenas 17,5% também usa o local como propriedade agropecuária ou como comércio / serviços (Quadro 30).

Quadro 30: Uso das Residências / Propriedades das Famílias Remanejadas

USO DAS RESIDÊNCIAS / PROPRIEDADES DAS FAMÍLIAS REMANEJADAS	
Especificação	Frequência de citação
É só Residência	99
É Residência e Propriedade agropecuária	17
É Residência e Comércio / Serviços	4
TOTAL	120

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

Na avaliação de 93,2% das famílias consultadas (mais de nove em cada dez famílias), **a atual Residência / Propriedade é melhor do que a antiga** (antes do remanejamento).

Quadro 31: Avaliação da Residência / Propriedade

ATUALMENTE			
MELHOR		PIOR	
Nº	%	Nº	%
110	93,2	8	6,8

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

3.2.22. Posse das Residências/Propriedades

A Propriedade é do Chefe da Família na maior parte das famílias pesquisadas (96,6% das propriedades). Só 3,4% dos chefes de família não são proprietários.

Quadro 32: A Residência / Propriedade é da Família?

FAMÍLIAS	A RESIDÊNCIA / PROPRIEDADE É DO CHEFE DA FAMÍLIA?	
	Sim	Não
TOTAL	113	4

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

Antes da construção da UHE Sobradinho a Propriedade era do Chefe da Família em 87,8% das famílias pesquisadas. 12,2% dos chefes de família não eram proprietários (em proporção maior do que atualmente).

Quadro 33: A Residência / Propriedade era da Família?

FAMÍLIAS	A RESIDÊNCIA / PROPRIEDADE ERA DO CHEFE DA FAMÍLIA?	
	Sim	Não
TOTAL	101	14

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

3.2.23. Número de Cômodos das Residências

O Quadro 34 indica o **número de cômodos das Residências** atuais das famílias remanejadas. A frequência maior se situa entre 4 e 6 cômodos.

Quadro 34: Número de Cômodos da Residência Atual

FAMÍLIAS: NÚMERO DE CÔMODOS DA RESIDÊNCIA ATUAL	
Especificação	Frequência de citação (Em %)
Até 3 Cômodos	2,5
De 4 a 6 Cômodos	72,3
De 7 a 10 Cômodos	24,4
Mais de 10 Cômodos	0,8
TOTAL	100,0

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2012.

Por sua vez, o Quadro 35 indica o número de cômodos das Residências antes da construção da UHE Sobradinho. Nessa época a frequência maior se situava entre 1 e 3 cômodos e as residências com mais de 6 cômodos eram em número bem menor do que atualmente (3,6% antes e 25,2% atualmente).

Quadro 35: Número de Cômodos da Residência da Residência antes da construção da UHE Sobradinho

FAMÍLIAS: NÚMERO DE CÔMODOS DA RESIDÊNCIA ANTES DA CONSTRUÇÃO DA UHE SOBRADINHO	
Especificação	Frequência de citação (Em %)
Até 3 Cômodos	56,2
De 4 a 6 Cômodos	40,2
De 7 a 10 Cômodos	3,6
Mais de 10 Cômodos	-
TOTAL	100,0

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

3.2.24. Propriedades Agropecuárias

Conforme o Quadro 36, a **Área Total** das Propriedades em que os consultados forneceram informação é de aproximadamente 415 ha. Com base na amostra extraída, estima-se que a **Área Média** das Propriedades é de 3,74 ha / propriedade.

A **Área Explorada** nas Propriedades em que os consultados forneceram informação é de aproximadamente 96 ha. Com base na amostra extraída, estima-se que a **Área Explorada Média** das Propriedades é de 0,86 ha / propriedade.

A Área Explorada corresponde, em média, a 23,1% da Área Total.

Quadro 36: Área da Propriedade agropecuária

FAMÍLIAS	ÁREA DA PROPRIEDADE (Em hectares)		
	Total (A)	Explorada (B)	B/A (%)
TOTAL (111 Famílias)	415	96	23,1
Área média das propriedades	3,74	0,86	23,1

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

3.2.25. Benfeitorias, Serviços Básicos e Bens de Consumo Durável Existentes nas Residências/Propriedades

Na amostra de Famílias pesquisadas, 86,8% dos domicílios **tem acesso à água encanada**. No ano 1982, eram 96,7% os domicílios sem acesso a água encanada, conforme informação das famílias que moram na casa atual. Por sua vez, 86,0% dos domicílios **tem acesso à energia elétrica**. No ano 1982, eram 94,2% os domicílios sem acesso a energia elétrica (Quadros 37 e 38).

Quadro 37: Acesso a Serviços Básicos atualmente

RESIDÊNCIAS / PROPRIEDADES QUE TEM OU NÃO ACESSO ATUALMENTE AOS SERVIÇOS DE ÁGUA ENCANADA			
SIM		NÃO	
Nº	%	Nº	%
105	86,8	16	13,2

RESIDÊNCIAS / PROPRIEDADES QUE TEM OU NÃO ACESSO ATUALMENTE AOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA			
SIM		NÃO	
Nº	%	Nº	%
104	86,0	17	14,0

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

Quadro 38: Acesso a Serviços Básicos no Ano 1982

RESIDÊNCIAS / PROPRIEDADES QUE TEM OU NÃO ACESSO NO ANO 1982 AOS SERVIÇOS DE ÁGUA ENCANADA			
SIM		NÃO	
Nº	%	Nº	%
4	3,3	117	96,7

RESIDÊNCIAS / PROPRIEDADES QUE TEM OU NÃO ACESSO NO ANO 1982 AOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA			
SIM		NÃO	
Nº	%	Nº	%
7	5,8	114	94,2

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

Porém, no Ano 1971 (antes do remanejamento) 97,5% das Residências / Propriedades antigas não tinham acesso à água encanada nem à energia elétrica.

Quadro 39: Acesso a Serviços Básicos no Ano 1971

RESIDÊNCIAS / PROPRIEDADES QUE TEM OU NÃO ACESSO NO ANO 1971 AOS SERVIÇOS DE ÁGUA ENCANADA			
SIM		NÃO	
Nº	%	Nº	%
3	2,5	118	97,5

RESIDÊNCIAS / PROPRIEDADES QUE TEM OU NÃO ACESSO NO ANO 1971 AOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA			
SIM		NÃO	
Nº	%	Nº	%
3	2,5	118	97,5

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

Na pesquisa junto às Famílias, foi realizado um **levantamento dos Bens Materiais nas casas das Famílias** (Quadro 40).

A maior parte das Famílias, atualmente, possui Fogão a gás, TV, Geladeira, Liquidificador e Rádio. A disponibilidade de Telefone e Máquina de Lavar é razoável. Possuir Computador não é comum.

Para o transporte prevalece a Bicicleta sobre o Automóvel. Vinte e seis famílias ribeirinhas possuem Canoa.

Quadro 40: Bens Materiais nas Casas das Famílias atualmente

BENS MATERIAIS NAS CASAS DAS FAMÍLIAS	
BENS MATERIAIS	Nº DE FAMÍLIAS
Fogão a gás	96
TV	82
Geladeira	81
Liquidificador	76
Rádio	72
Bicicleta	49
Telefone	45
Máquina de lavar	34
Canoa	26
Automóvel	16
Freezer	10
Batedeira	6
Motor de popa	6
Computador	5
Gerador	-
OUTROS BENS CITADOS (não constantes da relação)	6

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

No Ano 1982, só em uma residência se dispunha de Geladeira e TV (Quadro 41).

Quadro 41: Bens Materiais nas Casas das Famílias no Ano 1982

BENS MATERIAIS NAS CASAS DAS FAMÍLIAS	
BENS MATERIAIS	Nº DE FAMÍLIAS
Geladeira	1
TV	1
Telefone	-

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

No Ano 1971, a posse desses bens materiais era exceção.

Quadro 42: Bens Materiais nas Casas das Famílias no Ano 1971

BENS MATERIAIS NAS CASAS DAS FAMÍLIAS	
BENS MATERIAIS	Nº DE FAMÍLIAS
Geladeira	1
TV	1
Telefone	-

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

14,3% das famílias que responderam a esta questão possuem atualmente outra Residência fora da Comunidade (Quadro 43).

Quadro 43: Famílias que possuem atualmente outra Residência fora da Comunidade

Nº DE FAMÍLIAS QUE POSSUEM OU NÃO ATUALMENTE OUTRA RESIDÊNCIA FORA DA COMUNIDADE			
SIM		NÃO	
Nº	%	Nº	%
13	14,3	78	85,7

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

3.2.26. Atividade Econômica das Famílias Remanejadas

Na amostra colhida das Famílias a respeito das **principais atividades produtivas / econômicas** se evidencia que as atividades das famílias rurais são centradas no setor primário, cada uma delas de pequena escala e visando basicamente a subsistência da própria família. Já as atividades das famílias urbanas têm variações nos três setores da economia e visando a comercialização em vários casos.

Em geral, predominam as atividades agrícolas e pecuárias (57,3% das citações). O número de famílias no Comércio e Serviços tem alguma expressão (5,8% do total). Em menor número, famílias com empregados de empresas privadas e funcionários públicos (Quadro 44).

A frequência de **aposentados e pensionistas** é significativa (74 citações em 103 famílias).

Quadro 44: Principal atividade produtiva /fonte de renda atual da família

SETOR	FAMÍLIAS ENVOLVIDAS
	Nº
AGRICULTURA E PESCA	27
PECUÁRIA	32
AGROINDÚSTRIA	-
INDÚSTRIA	-
ARTESANATO	-
EXTRATIVISMO	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	6
SERVIÇO PÚBLICO	2
EMPREGADO DE EMPRESA PRIVADA	4
SUBTOTAL	71 CITAÇÕES
APOSENTADOS E PENSIONISTAS	74 CITAÇÕES
TOTAL	103 FAMÍLIAS

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

Houve alteração da atividade econômica atual da Família em relação à que desempenhava antes da construção da UHE Sobradinho em 55,3% das famílias; a maior parte das pessoas que manifestaram ter havido alteração da atividade econômica se dedicavam à agricultura e pesca; e nesses casos a mudança de atividade foi determinada pela construção da Usina (Quadros 46 e 47).

Das 103 (cento e três) famílias entrevistadas, 55,3% (total de 57 famílias) afirmaram ter tido alteração na atividade econômica da família, determinada pela construção da Usina UHE – Sobradinho.

➤ **Faturamento e Renda das Famílias Remanejadas**

O **modo principal de Comercialização** da Produção Agropecuária é a Venda direta ao consumidor (50,0%), mas também tem importância relativa à Venda a revendedores/atacadistas (46,4%). Na amostra colhida junto às propriedades não foi citada a Venda a órgão governamental nem a cooperativa/associação.

Quadro 45: Modo principal de Comercialização da Produção Agropecuária

MODO PRINCIPAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	
Especificação	Frequência de citação (Em números absolutos)
Venda direta ao consumidor	14
Venda a revendedores / atacadistas	13
Venda a cooperativa / associação	-
Venda a órgão governamental	-
Outros	1
TOTAL	28

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

As famílias que responderam esta questão recebem o **pagamento pelas mercadorias** em dinheiro, na entrega ou parcelado.

Quadro 46: Forma de Pagamento

DE QUE FORMA É FEITO O PAGAMENTO?	
Especificação	Frequência de citação (Em números absolutos)
Em dinheiro, na entrega	22
Em dinheiro, parcelado	5
Em mercadoria, na entrega	-
Em mercadoria em várias vezes	-
Outro	1
TOTAL	28

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

A **Renda Familiar média mensal** cresceu no período de 1971 a 2012, conforme a amostra colhida junto às famílias.

Com efeito, nos Anos 1971 e 1982, 86,0% das famílias ganhavam um salário mínimo ou menos, enquanto em 2012 o percentual caiu para 46,2% (quase 3/4 das famílias ganhavam em 1971 e em 1982 menos de um salário mínimo).

O número de famílias que ganham mais de um salário mínimo corresponde a 53,8% das famílias em 2012, contra 14,0% em 1971 e 1982.

A renda da maior parte das famílias gira hoje entre 1 e 2 salários mínimos, enquanto que em 1971 e 1982 a maior frequência se situava abaixo do salário mínimo.

12,5% das famílias ganham hoje mais de 2 salários mínimos. Em 1971 e 1982 ganhavam mais de 2 salários mínimos 4,0% das famílias.

Quadro 47: Renda familiar média mensal

RENDA FAMILIAR MÉDIA MENSAL			
(Em números absolutos)			
Especificação	2012	1982	1971
Menos de 1 Salário Mínimo	14	72	72
1 Salário Mínimo	34	14	14
Mais de 1 até 2 Salários Mínimos	43	10	10
Mais de 2 até 5 Salários Mínimos	13	4	4
Acima de 5 Salários Mínimos	-	-	-
Total	104	100	100

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

3.2.27. Condição de Vida das Famílias Remanejadas

Do total de 95 famílias, na avaliação de 77,9% dos entrevistados consultados, comparando a sua condição de vida e da sua família, antes da construção da UHE Sobradinho e atualmente, é melhor a condição de vida atual.

Quadro 48: Avaliação da Condição de Vida

Nº DE FAMÍLIAS EM CONDIÇÃO DE VIDA MELHOR			
ANTES DA CONSTRUÇÃO		ATUALMENTE	
Nº	%	Nº	%
21	22,1	74	77,9

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

3.2.28. Impacto da UHE Sobradinho

➤ O histórico da Construção e suas Repercussões Econômicas e Socioambientais

Em 1973, foram iniciadas as primeiras obras para o represamento das águas do Rio São Francisco, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que construiu a Barragem de Sobradinho, e o enchimento do reservatório criou o lago artificial, em 1977, a um custo estimado em 800 milhões de dólares.

O contexto sociopolítico nacional era de um governo militar autoritário com sua política desenvolvimentista, que ignorava a possibilidade de diálogo com os cidadãos, aqui os atingidos pelo empreendimento, expropriados e desterritorializados.

O objetivo inicial da Barragem era regular a vazão de água no sistema em relação às outras barragens; num segundo momento surgiu à ideia de também implantar uma usina para geração de energia elétrica, proposta que afinal foi implementada. A partir dos anos 1980, a região se mostrou propícia à agricultura irrigada, principalmente à jusante da Barragem, onde surgiu um polo da atividade, centralizado nas cidades de Petrolina- PE e Juazeiro-BA. No entanto, na maior parte da área da borda do lago prevalece a agricultura artesanal familiar, praticada na vazante.

O Lago cobriu uma área de 4.214 km², com a expropriação de 26 mil propriedades e deslocamento compulsório de mais de 72 mil pessoas, incluindo a realocação de quatro cidades: Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, que tiveram novas sedes construídas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), a título de indenização, assim como redistribuição de terras em compensação por parte das propriedades rurais submersas (PEREIRA / 1987).

Até o fim dos anos 1970, a única via regular de circulação de pessoas, produtos e informações do Baixo Médio São Francisco era a navegação fluvial. “Este isolamento geográfico da região é determinante para a sua formação, permitindo, por exemplo, a percepção de ausência ou fraqueza do Estado enquanto mediador social ou planejador regular, deixando os eventos ao sabor dos mais fortes do lugar” (DUQUÉ / 1984).

O destino dado à população da área não estava pré-determinado. No ano em que se decide a construção de Sobradinho, a Chesf ainda não sabia como administrar o esvaziamento da região. Foi colocada a alternativa de instalação da população na margem do lago, a qual é considerada problemática (aridez das terras, acesso à água, etc.), porém inevitável.

Em outubro de 1973, o INCRA, a pedido da Chesf, começa a investigar a possibilidade de instalar quatro mil famílias na região do lago. Em janeiro de 1974, a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Bahia (ANCARBA) assume a tarefa de avaliar as alternativas de produção nas bordas do lago. Quando a ANCARBA inicia a sua avaliação, a CHESF já dispõe do parecer do INCRA, que considera que nenhum projeto é viável na área de Sobradinho e aponta o rio Corrente, a 700 km de distância da área do reservatório como a indicada para a instalação das 4 mil famílias.

A partir desta indicação, a CHESF obtém junto ao Governo a desapropriação da região escolhida (nos municípios de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha) e encomenda a elaboração de um projeto de colonização, a ser executado pelo INCRA. Em março, é criado o projeto de colonização Serra do Ramalho. E em abril do mesmo ano, a ANCARBA conclui que só poderiam ser instaladas na margem do lago 1.426 famílias.

Segundo Sigaud (SIGAUD et al, 1987), a realocação da população em Sobradinho estava mais próxima de uma operação militar para evacuar um território, do que de uma operação de reassentamento de uma população. No texto são apontadas três opções que os atingidos tomaram com relação a seu realocamento: a "solução própria", que prevaleceu até 1976, a "solução dos caatingueiros" (habitantes das regiões secas), que visavam se instalar nas áreas remanescentes do reservatório, e o Projeto de Colonização da Serra do Ramalho. Diante de indefinição da CHESF, a "solução própria", que envolveu cerca de 24% dos atingidos, deve ter atraído não apenas os que desejavam se deslocar da área mas aqueles que viam nela a única possibilidade de viabilizar, mediante os recursos fornecidos pela CHESF, uma solução qualquer. Os caatingueiros são aqueles que recusaram o reassentamento na Serra do Ramalho.

Com a construção da Hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia, o nível do Rio foi drasticamente reduzido em 70%. A vegetação nativa acabou, começaram problemas de erosão, a pesca foi praticamente extinta.⁵

O Lago de Sobradinho submergiu 350 km de margens férteis do rio, além das ilhas onde também se praticava a agricultura, numa estimativa de que, da área total inundada, 40% era agriculturável, deslocando cerca de 15 mil camponeses nos quatro municípios atingidos (PEREIRA / 1987).

A primeira atividade econômica predominante, a pecuária, com pouca demanda de mão de obra e utilização de grandes áreas, delineou o perfil do homem da região e sua relação com os recursos naturais. O homem daquelas paragens era solitário, condicionado a percorrer os ermos da caatinga, sem grandes interações humanas ou econômicas, inclusive com baixo consumo de itens manufaturados, utilizando produtos derivados do gado para quase todos os usos que se fizessem necessários, com pouca intervenção na paisagem.

Ainda, a pesca, enquanto estabelece relação de dependência entre rio e homem, na sua singeleza artesanal, que não extraía além da capacidade de produção natural e não oferecia risco ao equilíbrio do ecossistema.

O baixo adensamento populacional, mesmo nas poucas aglomerações da região, favorecia uma grande interação de todas as comunidades com a vida rural, visível nas relações, na economia, na cultura. Pode-se notar que o mundo rural prevalecia no cotidiano das pessoas. Na região do Sertão do São Francisco, nos anos 1960, as atividades agropecuárias e extrativas ocupavam 74,32% da população (ANDRADE / 1983).

A agricultura é, desde os primórdios, majoritariamente vinculada à subsistência, como atividade complementar à criação, pesca ou à venda da mão de obra para terceiros.

O produto das roças geralmente servia para abastecer a própria despensa da casa e quando havia algum excedente poderia ser trocado por outro produto com vizinhos ou vendido na cidade para a aquisição dos poucos produtos industrializados que se faziam necessários no

⁵ **OBSERVATÓRIO SÓCIO-AMBIENTAL DE BARRAGENS – UFRJ**

<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/12/sobradinho#>

campo até os anos 1970. Costumava-se comprar na cidade poucos itens: tecidos, querosene, ferramentas, medicamentos ou algum outro implemento eventualmente necessário, mas percebe-se que não havia o nível de dependência do campo em relação à cidade que hoje se observa.

Verificando a transformação decorrente da construção da barragem, no aspecto ambiental, parte-se do senso comum e da observação, colhidos na intuição daqueles que lidam diretamente com a natureza: pescadores e caatingueiros. A fantástica transformação de um rio estreito num reservatório de grandes proporções altera o regime das águas, que antes eram areadas e rápidas, agora lentas ou estanques, com maior decantação, novas configurações de calha, nova composição, tudo isso diretamente ligado à vida dos peixes, suas dinâmicas e mesmo as relações entre espécies ou proliferação de novas espécies, observando-se ainda em anos mais recentes a implantação de peixes oriundos de outras regiões, como Tilápia, Tucunaré, Tambaqui, que impõem novas dinâmicas entre espécies e novas demandas na atividade pesqueira.

Hoje o pequeno pescador se torna refém do atravessador, o negociante que compra o peixe para revenda em outras localidades, num esquema comercial elaborado, que exige razoável investimento, sendo, portanto, acessível somente para poucos, os mesmos que amealham a maior parte do lucro. Entre estes, há ainda os donos de embarcações, que possuem todo o equipamento de pesca e absorvem dos pescadores apenas a mão de obra, reduzindo seu valor, tornando-os uma classe hoje bastante empobrecida, situação agravada pela atual escassez de pescado.

Durante o processo de desocupação da área, as opções oferecidas aos camponeses resumiam-se em: a) mudar-se para o assentamento na Serra do Ramalho, distante (700 km) e diferente da região, que se mostrou um suplício para os que tentaram, de modo que a grande maioria das famílias o rejeitou; b) operação caatingueiro: mudança para a área de caatinga com ajuda de custo, e c) a chamada solução própria: migração induzida por uma ajuda de custo para onde a família quisesse (PEREIRA / 1987).

Perdeu-se a possibilidade de plantar nas margens férteis naturais do rio, agora submersas, e torna-se uma aventura plantar na borda que se forma no lago, pois não há um cronograma de

cheia e baixa divulgado para os ribeirinhos. Em contraste aos 9 mil empregos gerados durante a construção da barragem (especializados, vindos de fora) refere-se à perda de 15 mil empregos locais nas atividades tradicionais (DUQUÉ 1984).

Em relação às indenizações, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) idealizou um sistema de compensações a baixo custo, considerando como devolutas as terras que não estivessem tituladas e indenizando apenas as benfeitorias, para baratear o custo da obra (ANDRADE / 1983).

De modo geral, os deslocados pela construção da barragem, no início dos anos 1980, tinham muito a reclamar, pois muitas promessas não haviam sido cumpridas, e surgiam problemas não previstos pelos planejadores.

As demandas dos atingidos por Sobradinho aos poucos são divulgadas, por sindicatos, igreja, imprensa, e as notícias da problemática começam a se propagar pelo país, gerando algumas expressões de crítica e protesto.

Em março de 1980 é publicada uma nota da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, denunciando a calamidade ecológica que a construção da barragem ocasionou na região: Os problemas que hoje ocorrem na região têm suas causas ligadas, por um lado, ao desmatamento, principalmente nas nascentes e margens dos rios da bacia hidrográfica do São Francisco, o que determinou a erosão dos solos com o conseqüente assoreamento dos rios, ou seja, a diminuição da profundidade de seu leito pelo acúmulo de areia e a diminuição da vazão para 17% da original.⁶

As enchentes destruíram grandes áreas agriculturáveis, principalmente das ilhas fluviais, de grande fertilidade.

O processo tende a agravar-se com a devastação das últimas matas da área através da ocupação rápida da região com tecnologia intensiva de capital.

⁶ ED CARLOS MENDES e GUIOMAR GERMANI, *Desterritorialização sob as Águas de Sobradinho: Ganhos e Desenganos*, RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Dezembro de 2010 Salvador, BA.

Sobradinho teve sua construção iniciada num momento de considerável autoritarismo político, o que contribuiu para inibir reações por parte da população a ser compulsoriamente deslocada. Portanto, a organização sindical era frágil e débil. Os próprios documentos do movimento sindical são reveladores a esse respeito quando afirmam que não havia "trabalho de base" na fase do deslocamento.

A população atingida manifestou-se a respeito dos efeitos da construção de Sobradinho em diversas oportunidades, através de cartas remetidas às autoridades governamentais e eclesiásticas e a seus representantes sindicais. Nessas manifestações a população da região aponta para o caráter autoritário da atuação da CHESF, para as perdas materiais decorrentes do processo de transferência da população e para os graves problemas enfrentados nas novas localidades nas quais foi reassentada.

A definição do Projeto de Colonização da Serra do Ramalho desencadeia a reação da população. Os técnicos da CHESF vinham dando garantias à população rural a respeito de sua permanência na área, de acordo com o desejo por ela expresso. Quando a população toma conhecimento de que a alternativa tão esperada era o seu deslocamento para 700 km de distância, ela reage recusando-se a participar do projeto. Além de rejeitar o projeto, a população estava determinada a permanecer na região, particularmente na borda do lago, onde acreditava poder manter a sua agricultura de vazante.

Em maio de 1980, um documento assinado conjuntamente pelos sindicatos de trabalhadores rurais das cidades atingidas aponta as dificuldades e clama por soluções.

Na carta, encaminhada à CHESF e ao governo estadual, lista-se as promessas não cumpridas:

- a) Problemas com cheques e indenizações não pagas, ou mal pagas, sob falsas medições.
- b) Foram construídas algumas casas na zona rural e algumas vilas. As casas não receberam acabamento (reboco), provocando grande transtorno com a proliferação de insetos, principalmente barbeiro, e as doenças decorrentes disso.
- c) Falta de água tratada nas vilas.

- d) Compensação pelas lavouras perdidas, prometida àqueles que abandonaram o campo, deixando sua atividade, e vieram para a cidade sem nenhuma qualificação ou meio de sobreviver.
- e) A construção de Casas de farinha, prometidas aos que permaneceram na zona rural, mas não entregues, deixando os colonos sem condições de beneficiar a mandioca, obrigados a pagar aluguel em casas de farinha de terceiros.
- f) Redistribuição de lotes. Má distribuição dos lotes rurais, sem acompanhamento posterior, favorecendo a grilagem.
- g) Construção de prédios. Falta de prédios públicos: escolas, igrejas, hospitais, falta de cemitérios e estradas, entre outros.

Para o engenheiro Norman Barbosa Costa, chefe do departamento de implantação de reservatórios da estatal, “o sacrifício imposto à população dificilmente seria recompensado. Ao lado do apego justificado à terra e ao rio, se impunha uma longa preparação visando à adaptação ao novo habitat. Isto envolveria a reestruturação da atividade econômica predominante e, ao mesmo tempo, a mudança de hábitos e costumes. Seria a passagem de uma agricultura de subsistência para uma atividade agrícola racionalizada pela ligação que, por suas peculiaridades, estaria voltada para o mercado. Seria o desenvolvimento da pesca em escala comercial, exigindo a preparação da mão de obra. Seria a capacitação das administrações municipais para operação e manutenção dos equipamentos sociais implantados” (CHESF / 1982).

3.2.29. Transformações Sociais e Consequências Referidas pelos Reassentados

Dentre os itens mais enfatizados pelas organizações sindicais nas suas avaliações dos efeitos de Sobradinho, estão os valores das indenizações pagas aos trabalhadores rurais residentes na área alagada e a forma arbitrária de seu estabelecimento; o deslocamento compulsório dessa população, o êxodo rural dele decorrente e a fixação de grande parte na periferia das cidades da região ou nas grandes cidades do centro-sul; a falta de um plano de realocação para a população rural atingida; as enchentes extemporâneas atribuídas à construção de Sobradinho e

os problemas de coordenação de sua operação com a de Três Marias, que abalaram a população já fragilizada economicamente pela ação de órgãos governamentais na região.

As considerações feitas pela Igreja Católica coincidem frequentemente com as do movimento sindical. Nessas avaliações, destaca-se também a destruição do patrimônio cultural que constituía o modo de vida da população ribeirinha que ocupava a área alagada com a conformação do reservatório.

Mesmo avaliações encomendadas pela Chesf sobre o impacto gerado pela construção de Sobradinho revelam efeitos negativos para a população afetada. Dentre esses efeitos, há referências à inundação das terras aluviais utilizadas pela população; à decantação no lago de Sobradinho das águas que antes do represamento carregavam sedimentos orgânicos, atualmente não mais fertilizando ilhas e margens à jusante da barragem; e à mudança no regime do rio que inviabilizou a cultura de vazante à jusante da barragem, anteriormente possível graças ao transbordamento regular do rio.⁷

No que se refere à população reassentada na borda do lago, são apontados os desníveis decorrentes de diferenças entre os lotes agrícolas no que tange às condições do solo, acesso à água, disponibilidade e infraestrutura de apoio.

A análise das condições de produção da população reassentada na margem do lago também foi feita por outros pesquisadores, que associa ao empobrecimento dos pequenos produtores o processo de diferenciação e de proletarização em curso na região. Alguns pesquisadores relataram o desespero e a insegurança da população antes e durante a sua transferência e revelando os aspectos coercitivos e contraditórios da atuação da Chesf na área na época da implantação da usina.

Em alguns momentos, escapa em registros a real percepção que o *outsider* tinha das consequências deste isolamento e da formação do caatingueiro da região. Um relatório técnico da HIDROSERVICE, empresa contratada para gerenciar o processo de mudança, citado por

⁷ **OBSERVATÓRIO SÓCIO-AMBIENTAL DE BARRAGENS – UFRJ**

<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/12/sobradinho#>

Siqueira, expõe de forma constrangedora a visão do estranho sobre o habitante da região, dispensando maiores explicações:

“A relativa situação de isolamento em que vive a população, as suas precárias condições de vida e de trabalho não lhes permitem aberturas no seu mundo mental, nem tão pouco a aquisição de técnicas sociais, que a equipe convenientemente para se adaptar a novos ambientes. Falta-lhes ainda qualquer qualificação profissional que lhe possibilite o engajamento em outras áreas onde prevaleça um sistema de divisão do trabalho mais moderno e complexo.” (HIDROSERVICE apud SIQUEIRA, 1992).⁸

Este discurso sugere também, implicitamente, a missão ‘redentora’ que a Barragem de Sobradinho assume em relação ao povo da região.

Contudo, na percepção da maior parte dos reassentados, a barragem alterou não só a paisagem natural, mas transformou também o modo de vida de muita gente, que tinha como expectativa as velhas profecias messiânicas que alimentaram a visão de que o sertão iria se transformar em mar...

A análise do Quadro abaixo permite concluir que o assentamento das populações ribeirinhas foi relativamente drástico, especialmente para a cidade de Casa Nova e Remanso. Atingiu a barragem principalmente as sedes dos municípios de Sento Sé, Casa Nova, Remanso e Pilão Arcado.

O número de famílias reassentadas é considerável. Na área urbana o município de Remanso foi o mais afetado; na área rural foi o município de Sento Sé.

Imagem 4: Destino das Famílias Atingidas pelo Reservatório de Sobradinho e Reassentadas pela CHESF

⁸ SIQUEIRA, Ruben. *Do que as águas não cobriram um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho*. João Pessoa, UFPB / Dissertação de Mestrado de Ciências Sociais, 1992, citado em EDCARLOS MENDES e GUIOMAR GERMANI, *Desterritorialização sob as Águas de Sobradinho: Ganhos e Desenganos*, RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Dezembro de 2010, Salvador, BA.

DESTINO DAS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELO RESERVATÓRIO DE SOBRADINHO
E REÁSSENTADAS PELA CHESF

LOCAL DE ORIGEM		BORDA DO LAGO				" SOLUÇÃO PRÓPRIA "			PEC SR	FALECIDO. E DESTINO IGNORADO	TOTAL GERAL
		NOVAS CIDADES	NÚCLEOS RURAIS	CAATINGA	SUBTOTAL	ÁREAS VIZINHAS	OUTRAS ÁREAS	SUBTOTAL			
ÁREA URBANA	SENTO SÉ	264	-	2	266	19	5	24	1	-	291
	CASA NOVA	577	-	5	582	27	12	39	2	9	632
	REMANSO	1.752	2	19	1.773	25	109	134	7	69	1.983
	PILÃO ARCAADO	284	-	-	284	22	16	38	3	3	328
	SUB TOTAL	2.877	2	26	2.905	93	142	235	13	81	3.234
	%	88,96	0,0	0,8	89,82	2,87	4,39	7,26	0,4	2,5	100
ÁREA RURAL	JUAZEIRO	14	99	4	117	93	2	95	9	2	223
	SENTO SÉ	458	1.620	265	2.343	522	368	890	296	68	3.597
	XIQUE XIQUE	-	-	-	-	74	11	85	-	1	86
	CASA NOVA	321	658	581	1.560	454	139	593	652	42	2.847
	REMANSO	101	273	531	905	54	156	210	21	64	1.200
	PILÃO ARCAADO	80	3	370	453	95	79	174	35	4	666
	SUB TOTAL	974	2.653	1.751	5.378	1.292	755	2.047	1.013	181	8.619
%	11,30	30,78	20,31	62,39	14,99	8,76	23,75	11,75	2,10	100	
TOTAL DO RESERVATÓRIO		3.851	2.655	1.777	8.283	1.385	897	2.282	1.026	262	11.853
%		32,49	22,40	14,99	69,88	11,68	7,56	19,25	8,65	2,21	100

As consequências relatadas foram várias:

- O esforço de reassentamento das populações ribeirinhas.
- Os bens materiais perdidos pelos remanescentes dessa região.
- As consequências de natureza ambiental.
- A degradação da cultura, estreitamente ligada ao local de origem da população.
- A falta de qualidade de vida após o deslocamento na cidade ou localidade nova.
- A memória de uma história.

3.2.30. Relações de Convivência das Comunidades com a Natureza e os Recursos Ambientais

➤ Compatibilidade das Atividades de Uso e Ocupação dos Solos Versus o Contexto Geoambiental do Reservatório

A prática de cultivos na área de vazante, principalmente de cebola, sem assistência técnica, traz significativos prejuízos ambientais, uma vez que a atividade acelera o processo de desagregação do solo, erosão e deposição de sedimentos no reservatório. A inexistência de alternativas sustentáveis, que não agridam de tal forma o ambiente local, compromete outras atividades coexistentes de grande importância para a população local, como a pesca.

Esta atividade, além dos prejuízos que advém do próprio represamento, que alterou os ciclos naturais de cheia e vazante do rio e impede a circulação de peixes, é agredida com a descarga de agroquímicos que são carreados para o corpo hídrico. O acelerado desmatamento da caatinga, que tem como característica a baixa capacidade de regeneração, para a expansão da fronteira agrícola também é um agravante na redução da vida útil do reservatório (SEAGRI, 2006).

Para avaliar as áreas de conflito de uso e ocupação do solo versus o contexto ambiental foram cruzados dados de classes de uso do solo conflitantes com as áreas de preservação permanente, conforme os quesitos da legislação ambiental. Na região do entorno do lago de Sobradinho foram identificados 52.827,6 ha conflitantes entre APPs e usos do solo, dos quais 95,1% são na APP do Reservatório e na área de depleção do lago, devido aos cultivos agrícolas nessas áreas (Quadro 49).

Quadro 49 - Áreas de conflito entre APPs x usos do solo

Conflito	Área (ha)	%
APP 30m x Cultivo Agrícola	2.513,5	4,7
APP 100m e Depleção do Lago x Cultivo Agrícola	50.247,9	95,1
APP 30m x Área Urbana	24,2	0,0
APP 100m x Área Urbana	42,0	0,2
Total	52.827,6	100,0

Fonte: Classificação de Imagem CBERS (2008).

3.2.31. Levantamento de Locais Potenciais para Ocorrência de Contaminação do Nível Freático

Os maiores focos de poluição dos lençóis freáticos são aterros irregulares (lixões), cemitérios, postos de combustíveis, fossas, agrotóxicos, fertilizantes, rejeitos e aterros industriais.

As águas subterrâneas localizadas nas proximidades dos grandes lixões registram a ocorrência de bactérias do grupo coliformes totais, fecais e estreptococos. São componentes orgânicos oriundos do chorume, que são substâncias sulforadas, nitrogenadas e cloradas, com elevado teor de metais pesados, que fluem do lixo, se infiltram na terra e chegam aos aquíferos. As águas subterrâneas situadas nas vizinhanças dos cemitérios são ainda mais contaminadas. Os cemitérios, que recebem continuamente cadáveres que se decompõem com o tempo, são fornecedores de contaminantes de largo espectro das águas subterrâneas das proximidades.

Nos municípios do entorno do lago de Sobradinho os principais meios de contaminação do lençol freático são a disposição inadequada do lixo doméstico e embalagens de agrotóxicos utilizados nas lavouras, além dos cemitérios situados nas áreas urbanas.

Conforme citado anteriormente, a destinação inadequada do lixo constitui elemento preocupante, tendo em vista que apesar de coletado pelas prefeituras, os resíduos sólidos não são dispostos de maneira adequada, ou seja, não existem aterros sanitários dentro dos padrões estabelecidos pela lei, que sejam capazes de evitar a contaminação do solo e lençol freático.

A dispersão de embalagens de agrotóxicos e de insumos agrícolas no entorno do reservatório constitui uma atividade potencialmente poluidora dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Os recipientes podem ser encontrados por toda parte, abandonados em lavouras e estradas, às margens do lago de Sobradinho, enterrados ou nos lixões a céu aberto, e até sendo reutilizados para transportar a água consumida pela população ribeirinha. Outros agricultores chegam a guardar as embalagens para estocar alimentos, como arroz e feijão, ou para produzir sifão para regar a plantação. O descarte inadequado da embalagem pode contaminar o lençol freático, ao ser enterrada, ou liberar substância tóxica, quando queimada.

Para mudar essa realidade, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

(SEMARH), entregou quatro postos para recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos, construídos pela CHESF, instalados em Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho. (Construídos pela CHESF), A iniciativa beneficia cerca de 20 mil famílias de pequenos produtores, diretamente, e mais de 60 mil de forma indireta (AGECOM, 2008).

Em abril de 2009 o Tribunal de Contas da União (TCU) condenou José Lauro Teixeira da Rocha, ex-prefeito de Pilão Arcado (BA), ao pagamento de R\$ 381.010,14, por incorreta aplicação de recursos repassados pelo Ministério do Meio Ambiente. A verba deveria ser utilizada na implantação de aterro sanitário e na recuperação do lixão do município, porém a obra não foi concluída. Segundo informou o ministro Marcos Bemquer Costa, relator do processo, o empreendimento opera de forma precária e existe risco de contaminação do lençol freático, por conta das falhas técnicas e da desordem na operação do aterro. O ex-prefeito também foi multado em R\$ 20 mil. O tribunal autorizou a cobrança judicial das dívidas (TCU, 2009).

No ano de 2007, o Ministério Público estadual e o município de Sento Sé firmaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com vistas à instalação e ao funcionamento de um adequado sistema de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerados no município, com o objetivo de contemplar a coleta seletiva, bem como um Projeto de educação ambiental. Segundo o representante do MP, a atual disposição final dos resíduos sólidos de Sento Sé tem ocasionado dano ambiental, com poluição do solo, da água e do ar, impactos visuais e estéticos à paisagem urbana, além de potenciais agressões à saúde humana (AGECOM, 2007).

3.2.32. Informações de Lideranças Comunitárias

Destacam-se dois comentários avaliativos de Lideranças Comunitárias a respeito das relações de convivência das Comunidades com a natureza e os recursos ambientais:

- ✓ “Algumas pessoas apresentam consciência sobre as questões ambientais devido às legislações que regem os assentamentos rurais.”
- ✓ “Há desmatamento e queimadas; o lixo a céu aberto.”

3.2.32. Mudanças Trazidas pela UHE Sobradinho na Visão das Famílias

A instalação da UHE Sobradinho trouxe algumas mudanças? Esta pergunta foi feita às famílias participantes da consulta promovida pela equipe de campo da BRASILENCORP.

39,4% (aproximadamente duas entre cinco) das famílias consultadas consideram que a instalação da Usina não trouxe mudanças nas atividades praticadas, mas 60,4% consideram que sim.

Em Itaguaçu da Bahia prevalece a visão de que a instalação da UHE Sobradinho trouxe mudanças. Já nas famílias de Xique-Xique e Barra prevalece a visão de que não trouxe mudanças.

Quadro 50: A instalação da UHE Sobradinho trouxe algumas mudanças?

COMUNIDADES DOS MUNICÍPIOS A INSTALAÇÃO DA UHE SOBRADINHO TROUXE ALGUMAS MUDANÇAS?		
COMUNIDADES	NAS ATIVIDADES PRATICADAS PELAS FAMÍLIAS	
	Não	Sim
Itaguaçu da Bahia	7	25
Xique Xique	2	-
Barra	10	4
TOTAL	19	29

Fonte: BRASILENCORP – Pesquisa Direta, 2013.

Já as Lideranças consultadas nos três Municípios foram unânimes em considerar que a instalação da UHE Sobradinho trouxe algumas mudanças positivas nas atividades praticadas na Comunidade:

- Aumentou a produção
- Aumentou a produtividade
- Melhorou a participação em organizações sociais
- Aumento de associados a organizações sociais

- Expansão de trabalhos voluntários

3.2.33. Diálogo entre as Comunidades e a Administração da UHE Sobradinho

➤ Informações de Lideranças Comunitárias e Agentes Institucionais

As Lideranças Comunitárias e os Agentes Institucionais consultados consideram que não há diálogo entre as Comunidades e a Administração da UHE Sobradinho ou o diálogo é muito pouco.

3.3. Abordagem Sociológica dos Municípios de Barra, Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique. O Território-3

Em consonância com os objetivos propostos no Termo de Referência do Contrato CTNE-92.2010.6580.00, apresenta-se a seguir o relatório sociológico que compreende a análise do Território-3, formado pelos municípios de Barra, Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique.

A organização da estrutura deste relatório seguirá uma lógica da apresentação semelhante à utilizada nos relatórios dos Territórios 1 e 2, como forma de facilitar a posterior consolidação entre os mesmos. Neste sentido, este documento será basicamente dividido em quatro tópicos.

O primeiro tópico apresenta uma caracterização geral e simplificada dos municípios, elaborada com o objetivo de oferecer uma macro visão do contexto social que estará sendo analisado a luz de uma pequena parcela da população que compõe o público alvo da pesquisa, ou seja, as famílias que migraram para estes municípios em função da criação do lago de Sobradinho.

No segundo será trabalhado o tema das reflexões teórico/conceituais de maior pertinência para o objeto de estudo, entendendo que cada um dos Territórios pesquisados proporcionam a identificação de novos fatos sociais que acabam por complementar o arcabouço analítico da região de sobradinho em sua totalidade.

Em seguida, o terceiro tópico concentra-se na apresentação dos resultados obtidos com base nas oficinas-seminário e no trabalho de campo realizado pelo próprio coordenador de área. Vale

ressaltar que os dados advindos dos questionários aplicados às famílias serão acrescentados no relatório consolidado final. Por fim, o quarto tópico trará algumas considerações finais e reflexivas a luz das opiniões e constatações obtidas a partir do contato direto com alguns atores sociais que compõe este território.

3.3.1. Caracterização Geral dos Municípios do Território-3

De início, seria importante ressaltar algumas características específicas dos municípios deste Território, as quais nos conduziram para uma reflexão singular em relação aos demais Territórios pesquisados anteriormente.

Neste sentido, o principal aspecto de diferenciação do Território-3 em relação aos demais seria o fato de que o mesmo não foi diretamente atingido pelo processo de alagamento decorrente da criação do lago de Sobradinho. Por este motivo entende-se que o presente relatório, ao contrário dos anteriores, não estará abordando o contexto de municípios que tiveram sua sede ou uma significativa parcela de suas terras inundadas pela barragem. Consequentemente, em não havendo alagamento, pressupõe-se que também não houve necessidade de remanejamento ou reassentamento das famílias destes municípios por intermédio da CHESF.

Esta afirmação pode ser respaldada com base no relatório ambiental sobre a UHE de Sobradinho, elaborado pela FADE/UFPE (2003), o qual afirma que dos municípios que compõe o Território-3, somente Xique-Xique sofreu uma pequena influência direta do reservatório de Sobradinho.

Todavia, identificou-se a existência de diversas famílias de ribeirinhos⁹ que migraram dos municípios vizinhos atingidos pela barragem, tais como Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso, para os municípios do Território-3. Desta forma, as famílias envolvidas por este processo não se enquadrariam diretamente na categoria de "reassentadas ou remanejadas pela CHESF". Não obstante, pode-se afirmar ainda que estas famílias encararam a construção da barragem e o surgimento do lago de Sobradinho como sendo o principal fator motivador de sua migração

⁹ Entendendo o conceito de Ribeirinhos a partir da definição do Ministério do Desenvolvimento Social, que os classifica como uma categoria de indivíduos, famílias e comunidades que vivem em regiões de várzea (áreas alagáveis, próximas de rio) e possuem um modo de organização e reprodução social baseado na constante interação com o rio e determinado pelo regime hidrológico e pelos recursos que ele oferece.

para as cidades de Barra, Itaguaçu e/ou Xique-Xique, além de tantas outras que não são objeto de estudo deste trabalho.

Vale ressaltar que a escolha do local de migração teria se dado por opção das próprias famílias. Percebe-se ainda que em muitos casos esta escolha foi motivada pelo fato das mesmas não aceitarem a proposta de indenização ou de reassentamento/remanejamento oferecida por intermédio da política de deslocamento das famílias atingidas pela UHE. Em outros casos identificou-se também a existência de famílias que foram inicialmente reassentadas pela CHESF em seus municípios de origem, e que posteriormente optaram por se desfazer do seu imóvel e migraram para um dos municípios deste terceiro Território.

Sendo assim, o principal foco analítico deste trabalho versará sobre os "modos de vida" destas famílias de migrantes em detrimento do processo de mudanças sofrido e do contexto das relações sociais estabelecidas nos municípios em que as mesmas firmaram suas moradias.

Uma vez destacado o pressuposto analítico específico para este Território, focado na análise das famílias de migrantes no contexto dos municípios, caberia então apresentar uma panorama geral deste três municípios que receberam esta parcela significativa de ex-moradores das regiões inundadas pelo lago de Sobradinho. Para tanto, apresenta-se a seguir alguns dados secundários que caracterizam e estabelece um comparativo entre os alguns indicadores que nos permite ter uma noção da dimensão socioeconômica dos mesmos.

Quadro 51: Quadro Comparativo de Indicadores Socioeconômicos

INDICADORES PRINCIPAIS	MUNICÍPIOS		
	Barra	Xique-Xique	Itaguaçu da Bahia
População em 2010	50.134	45.562	13.209
Área (Km ²)	11.333	5.671	4.451
IDH Atual	0,58	0,58	
PIB (em mil R\$)	125.614,394	148.906,749	49.661

Fazendo uma breve leitura deste quadro percebemos o quanto os municípios de Barra e Xique-Xique se destacam em contingente populacional e Produto Interno Bruto, se comparado com Itaguaçu da Bahia. Esta diferenciação também se verifica no quesito urbanização e serviços

públicos ofertados, transformando estes dois maiores em referências para os demais municípios da região. É possível que este tenha sido também um dos motivos que atraiu o maior número de migrantes em decorrência da barragem.

Vale salientar ainda, que os municípios de Barra e Xique-Xique também possuem uma área territorial de pesca e de relação direta com o Rio São Francisco maior do que o Itaguaçu, o poderia ser encarado como mais atrativo para as famílias de migrantes ribeirinhos, uma vez que estas teriam maiores possibilidades de dar continuidade a suas atividades de pesca nestes dois municípios.

No tópico seguinte serão apresentadas as opiniões específicas dos moradores sobre a estrutura e o contexto de sociabilidade vivido por eles nos municípios pesquisados. Sendo assim, caberia ainda neste tópico apresentar algumas características mais gerais que foram percebidas durante a pesquisa, tais como:

- Destaca-se o fato dos municípios apresentarem um grande potencial turístico de utilização dos seus recursos hídricos, o que poderia contribuir para desenvolver o setor econômico relacionado com o lazer da população local e dos visitantes. Neste aspecto merece destaque especial o município de Barra, por ser localizado no encontro do Rio Grande com o São Francisco, apresentando assim considerável potencial para o turismo ecológico e expressiva valorização dos balneários pela própria população local, que citaram as áreas das "Dunas" e a praia da "Cabeça de Touro", como importantes atrativos turísticos. Todavia esta proposta demandaria ações de revitalização e implantação de uma infraestrutura mínima das margens do Rio, principalmente para o município de Itaguaçu que encontra-se em um grau mais elevado de precarização da infraestrutura urbana. Conforme o Relatório Ambiental da NEOCORP (2009), registra-se a discussão de uma proposta do Governo da Bahia voltada à criação da "Zona de Turismo Lagos do São Francisco", a qual contemplaria 5 dos 8 municípios pesquisados, a saber: Sobradinho, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado e Barra;
- Assim como nos demais municípios do entorno de Sobradinho, em todos aqueles pesquisados no Território-3 identificam-se problemas ambientais em decorrência do gerenciamento inadequado dos recursos naturais;

- Também constata-se a necessidade de qualificação das políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável e possível integração das atividades econômicas com as estratégias de manutenção da qualidade ambiental. Os principais problemas ambientais relatados na oficina denunciam o desmatamento, assoreamento dos rios (São Francisco nos três municípios, Rio Grande em Barra, e Rio Verde em Itaguaçu), poluição das águas, pesca predatória e falta de assistência técnica e de difusão de tecnologias alternativas de convivência com o semiárido, voltada para agricultura familiar da região;
- Apesar dos municípios estarem vivendo um novo ciclo de gestão municipal, oriundo do recente período eleitoral, ainda identifica-se a presença marcante da cultura política nepotista, corporativistas e clientelistas, as quais contribuem para o surgimento de relações sociais desiguais e não inclusivas para a maioria da população de baixa renda;
- Destaque para pecuária extensiva nas margens dos rios como principal atividade produtiva das comunidades rurais, uma vez que as atividades agrícolas se dão de forma limitada e com foco apenas na subsistência. Este seria um fator negativo para economia local e sustentabilidade ambiental, uma vez que a olericultura, pesca artesanal e agricultura irrigada apresentam-se como mais adequadas ao desenvolvimento das famílias de ribeirinhos;
- No aspecto da educação, a pesquisa evidenciou maior precariedade nas escolas situadas nos distritos e comunidades da zona rural. Segundo o Senso Escolar (2001), as taxas de escolarização do ensino médio apresentam-se mais defasadas do que em relação ao ensino fundamental nos três municípios pesquisados;
- No aspecto da habitação percebe-se uma relativa taxa de crescimento da urbanização e construção de moradias. Um dos principais fatores que vem contribuindo para este processo têm sido os programas de habitação financiados pelo Governo Federal através da Caixa Econômica Federal, conhecido como "minha casa, minha vida". Não obstante, identifica-se a existência de entraves burocráticos e ambientais em relação ao acesso a este programa por parte das famílias de ribeirinhos. A principal causa do entrave tem sido o fato destas famílias, inclusive aquelas formadas por migrantes da barragem, não

possuírem a posse legal da terra, bem como por estarem residindo em área da marinha/união;

- Os municípios de Xique-Xique e Barra estão inseridos na Área de Proteção Ambiental "Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco", criada em 1997, e oferecendo assim mais um atrativo com perfil para o ecoturismo.

Estes subtópicos apresentados pretendem oferecer um panorama geral do contexto municipal e regional em que o público alvo do estudo está inserido. Em resumo, estamos falando de municípios que apesar de se diferenciarem daqueles já pesquisados nos Territórios-1 e 2, os mesmo apresentam problemas sociais muito semelhantes com os demais municípios baianos de pequeno porte que não foram inundados e margeiam o Rio São Francisco, quer sejam de natureza ambiental, político ou de gestão administrativa dos serviços públicos. Neste sentido, interpreta-se aqui que talvez suas peculiaridades positivas, contribuam para atribuir as principais características de diferenciação entre os mesmos.

3.3.2. Reflexões Teóricas e Conceituais

Dando seguimento as reflexões do campo conceitual que poderá auxiliar o entendimento sobre os "modos de vida" dos remanejados pela barragem de Sobradinho, pretende-se aqui fortalecer o entendimento a cerca de alguns conceitos relacionados com tema de estudo, os quais complementam o debate iniciado nos relatórios dos Territórios 1 e 2.

O contexto histórico relativo aos "modos de vida" das famílias afetadas pelo processo de alagamento, e que vivem atualmente nos municípios do entorno da barragem de Sobradinho, nos remete ao tema das diferentes formas de relações sociais que são (re)estabelecidas em função da estrutura socioespacial em que estão inseridos os habitantes de um determinado município. Neste aspecto, cabe fazer uma rápida análise como no raciocínio do filósofo alemão, Karl Marx, citado por ROCHER (1989), o qual defendia que:

"as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Ao adquirir novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção e, por

consequente mudam também as maneiras de ganhar a vida, alterando inclusive todas as suas relações sociais".

Seguindo esta linha de raciocínio podemos concluir que o padrão de relacionamento social das famílias que foram obrigadas a mudar o lugar de trabalho, por consequência da construção da UHE, tende a sofrer uma profunda alteração, principalmente nos diversos casos relatados em que muitos pescadores e ribeirinhos foram levados a se tornarem agricultores de sequeiros, ou a residir em agrovilas e bairros periféricos das novas cidades. Constatou-se então que somente uma parcela dos remanejados permaneceu com a mesma profissão, mesma vizinhança, ou continuou convivendo no mesmo círculo social. Geralmente este direito reservou-se ao poucos funcionários públicos, a alguns comerciantes mais influentes, e moradores dos centros urbanos das cidades inundadas, enquanto que os demais tiveram que sofrer um amplo processo de readaptação aos novos padrões de relacionamento social.

Remetendo esta discussão sobre as relações sociais para os municípios do Território-3, diferenciado pelo fato de não terem sido inundados, poderíamos analisar o universo temporal proposto pela pesquisa (antes, durante e depois da construção da UHE) a luz do próprio contexto de mudança natural, ou seja, aquelas sofridas sem grande interferência da UHE, e que foram vividas pelos os moradores destes municípios, inclusive aqueles oriundos das áreas inundadas.

Neste contexto, é possível também recorrer a outro autor estudado por ROCHER (1989), que seria o grande sociólogo Ferdinand Tonnies¹⁰. Este último definia relações sociais ou "vontades humanas" em dois tipos, os quais seriam a "comunidade" e a "sociedade". A primeira é formada por pessoas unidas por laços naturais e espontâneos e por objetivos comuns que ultrapassam os interesses particulares dos indivíduos. Na segunda, a "sociedade", as relações entre as pessoas estabelecem-se na base dos interesses individuais, são relações de competição, de concorrência, com um cunho de indiferença relativamente aos outros.

¹⁰ Ferdinand Tonnies, sociólogo alemão, definiu relações sociais ou "vontades humanas" como sendo "o conjunto de mecanismos que motivam e orientam a conduta dos homens em relação uns aos outros".

Estas definições de relações sociais sugeridas por Tonnies refletem bem as opiniões coletadas nas oficinas seminário realizadas no Território. A definição de comunidade se aplicaria ao passado sempre relatado de maneira nostálgica pelos antigos moradores, marcado pelas relações de solidariedade e por um conjunto de regras baseadas nos valores morais da época. Ainda segundo o Tonnies, *"nas comunidades rurais, camponesas, as pessoas estabelecem relações diretas umas com as outras e são reguladas por regras sociais tradicionais"*.

A segunda definição, de sociedade, corresponderia aos dias atuais vividos principalmente por aquelas cidades que apresentaram maiores taxas de crescimento socioeconômico, como foi o caso dos municípios de Barra e Xique-Xique. A ideia de competição e valorização dos interesses individuais se tornou postura predominante nos relacionamentos sociais destes municípios, principalmente em relação aos indivíduos mais jovens, que não tiveram a oportunidade de vivenciar e receber as influências do modo de vida comunitário que prevalecia antes da construção da UHE de Sobradinho.

Outro tema intimamente ligado ao objeto da pesquisa em questão versa sobre os conceitos de "territorialidade e desterritorialização". No caso do Território-3, identifica-se que o público alvo correspondente ao objeto de pesquisa (populações de remanejados em função da construção da UHE de Sobradinho), é composto em sua maioria por famílias de ribeirinhos advindas das cidades de Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé. Neste sentido, entende-se que este público faz parte de um grupo específico de famílias que foram obrigadas a se deslocar do seu local de origem, enquadrando-se assim na categoria de migrantes "desterritorializados".

A desterritorialização provocada pela criação do lago de Sobradinho implicou na dispersão destas populações de ribeirinhos e conseqüentemente nas rupturas do seu "modo de vida" e da organização social de suas comunidades. As ações de remanejamento, bem como o fenômeno de migração das famílias, não cumpriram a função de territorialização, por isso algumas rupturas foram definitivas, como a perda do território de uso comum, enquanto outras como a atividade da pesca no rio, puderam ser retomados e reconstruídos em outros municípios, tais como Xique-Xique e Barra que receberam uma parcela significativa destas famílias de migrantes oriunda das áreas inundadas pela barragem.

Para melhor compreender a importância do território para povos e comunidades tradicionais¹¹, a exemplo dos ribeirinhos, quilombolas, extrativista e etc., é possível compartilhar com o pensamento de O'DWYER (2002:18), cuja autora defende:

“no que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, mas se predomina seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece a racionalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas, pesca artesanal ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de reciprocidade”.

Para fins de registro, vale ressaltar que a discussão sobre a defesa de direitos dos povos e comunidades tradicionais, já foi incorporada pelo Estado brasileiro, na medida em que o país ratificou por meio do Decreto nº143/1989 do Senado Federal, a Convenção 169/1989 da Organização Internacional do Trabalho/OIT. Esta convenção destina a Parte II aos direitos de populações deslocadas e reassentadas compulsoriamente e, no que se refere às terras, o Art.16 determina:

“4. Quando o retorno não for possível, conforme determinado por acordo ou na ausência de tais acordos, mediante procedimento adequado, esses povos deverão receber, em todos os casos em que for possível, terras cuja qualidade e cujo estatuto jurídico sejam pelo menos iguais aqueles das terras que ocupavam anteriormente, e que lhes permitam cobrir suas necessidades e garantir seu desenvolvimento futuro...”

As reflexões conceituais não se esgotam no presente relatório. Como já foi explicitado anteriormente, a proposição analítica será sempre de complementaridade entre os Territórios investigados. Neste sentido, o objetivo deste tópico foi trazer a tona alguns elementos teóricos

¹¹ Entendendo comunidades tradicionais como sendo o grupo de pessoas que habitam e sobrevivem a partir do uso que fazem de determinado território, e se distinguem social, cultural e economicamente do restante da coletividade nacional.

que pudessem subsidiar e facilitar a leitura dos fatos e relações sociais presentes em todo o contexto que envolve os "modos de vida" das famílias pesquisadas.

3.3.3. Resultados das Oficinas Seminário no Território-3

Seguindo a metodologia elaborada e proposta para a pesquisa nos três territórios, os gerentes de campo procuram confirmar e complementar os resultados do trabalho prévio de **microlocalização das comunidades** que poderiam conter um número representativo de famílias oriundas da área inundada pela barragem de Sobradinho.

Dado a circunstância de que os municípios em questão não sofreram alagamento, tornou-se mais difícil reunir nas oficinas os representantes diretos das comunidades que foram formadas ou receber contingentes significativos de migrantes da barragem. Desta forma, o trabalho de identificação do número real de famílias nesta condição só poderia ser realizado *in loco*, ou seja, nas próprias comunidades.

Apesar das dificuldades, tentou-se identificar ao menos as comunidades mais expressivas, assim como um número aproximado de famílias que residiam nas mesmas, seja elas parte do nosso público alvo de estudo ou não. Neste sentido, apresenta-se a seguinte tabela síntese com o resultado da microlocalização realizada nas oficinas.

Quadro 52: Quantitativo de Famílias e Comunidades identificadas na Microlocalização

Municípios do Território-3	Número Aproximado de Comunidades e Famílias			
	Rurais	Famílias	Urbanas	Famílias
Barra	10	950	7	150
Xique-Xique	6	600	2	120
Itaguaçu da Bahia	11	900	1	60
TOTAL	27	2.450*	10	330*

* Este total inclui todas as famílias vivem atualmente nas comunidades, e não somente aquelas que vieram das áreas inundadas da barragem de Sobradinho.

Fazendo uma breve análise destes dados, observa-se que ao contrário dos Territórios-1 e 2, praticamente 90% das famílias de migrantes/remanejados estão na Zona Rural, e muitos destes em Assentamentos da Reforma Agrária. Esta informação nos leva a crer que o próprio perfil das famílias que migraram, ou seja, o fato de serem formados em sua maioria por pescadores e ribeirinhos, os fariam optar por estabelecer-se nas áreas rurais, não alterando por completo seus meios de produção e sobrevivência.

Para fins de registro, caberia aqui citar as principais comunidades identificadas durante as oficinas seminário, lembrando que a confirmação quanto à presença representativa de famílias alvo pesquisa, foi realizada posteriormente durante o trabalho de entrevistas nas próprias comunidades.

Quadro 53: Relação Nominal das Comunidades Identificadas na Microlocalização

Barra	Xique-Xique	Itaguaçu
<p><u>Rurais:</u> Porto da Folha, Porto Alegre, Barro Vermelho, Wanderley, Bebedouro, Itacoatiara, Canudos, Passagem, Amarra Couro, Curralinho.</p> <p><u>Urbanas:</u> Alto da Santa Cruz, Rua 23 de Agosto, Rua Visconde de Bom Conselho, Teixeira, Bairro da Manga e Santa Clara.</p>	<p><u>Rurais:</u> Marreca Velha, Mato Grosso, Ilha do Miradouro, Vacaria, Serra Azul, Boa Vista.</p> <p><u>Urbana:</u> Bairro Ponta da Ilha</p>	<p><u>Rurais:</u> Rio Verde 1 e 2, Bebedouro de Alma, Assentamento Almas, Moquém, Pau Seco, Nova Vereda, Maravilha, Barreiro da Ema</p> <p><u>Urbana:</u> Loteamento Serro Azul.</p>

Seria importante ressaltar, que somente as comunidades de Marreca Velha e Boa Vista, no município de Xique-Xique, foram diretamente atingidas pelo alagamento da represa. Desta forma, É possível que existam famílias nestas comunidades que foram atendidas pela política de remoção/remanejamento executada pela CHESF. As famílias das demais comunidades citadas, se enquadrariam na categoria de migrantes por consequência da barragem.

Identificou-se ainda que do ponto vista do apoio à organização social destes grupos, o trabalho dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e das Colônias de Pescadores destes municípios, foi de fundamental importância para fixação destas famílias no novo território, uma vez que estas instituições prestaram importante contribuição para garantia de sua sobrevivência, possibilitando as mesmas o acesso às políticas públicas fundamentais para camponeses e pescadores, tais como aposentadoria, seguro defeso, seguro garantia-safra, crédito rural/Pronaf e acesso a terra através da política de reforma agrária.

Utilizando o mesmo quadro elaborado para os Territórios-1 e 2, referente à sistematização das opiniões mais específicas dos atores sociais entrevistados, apresenta-se a seguir as principais opiniões relacionadas ao tema da sociologia e emitidas durante as oficinas-seminário realizadas em cada um dos municípios.

Seria importante ressaltar que houve uma predominância do público jovem nas oficinas, e que a maioria dos participantes não consegue fazer uma relação direta do passado da cidade com a construção da UHE de Sobradinho, uma vez que, na época, a influência do empreendimento

nestes municípios foi praticamente imperceptível para muitos moradores da região. Esta afirmação pode ser confirmada pela falta de memória histórica da população com relação a este fato, ao contrário do que ocorreu nos municípios dos Territórios 1 e 2, onde até os mais jovens sempre recordam as histórias contadas pelos parentes que vivenciaram o surgimento do Lago de Sobradinho.

Desta forma, apresenta-se a seguir a síntese das opiniões proferidas na oficina seminário, pelo grupo de trabalho denominado "Relações Entre as Pessoas", aplicado ao tema da sociologia:

Quadro 54: Consensos do Grupo "Relações entre as Pessoas" no Município de BARRA

Aspectos de Estruturação Social	Opinião dos Participantes das Oficinas	
	Antes da barragem	Atualmente
Convívio Social	- As pessoas se compartilhavam mais;	- apontam um alto crescimento do uso do crack entre os jovens do município; - falta de interesse dos jovens para estudo e trabalho, - A cidade promove muitas festas, que são os principais atrativos para os jovens; - não se fala muito da UHE de sobradinho. Se comenta mais sobre a construção de uma adutora em Irecê, que irá complementar o sistema de abastecimento da cidade. - o catolicismo é a religião predominante, mas registra-se crescimento do setor evangélico;
Segurança	- Havia maior segurança na cidade, todos se conheciam;	- Não houve comentários relevantes sobre este tema na atualidade
Educação	- Não havia ensino superior na cidade. Tinha que se deslocar para os grandes centros;	- existem faculdades no município, porém questiona-se a qualidade do ensino; - Escolas fisicamente bem estruturadas. Todavia, falta qualificar o ensino;
Saúde	Não houve comentários relevantes sobre este tema no passado	- Existem dois hospitais, porém não atende toda demanda do município; - Cobertura de todo município pelo programa de saúde da família;
Acesso a serviços de infraestrutura pública	- Era precário, mas alguns setores funcionavam de forma organizada, como a energia a motor, por exemplo; - Estradas precárias	- Não existe problema de acesso a terra, pois o custo para adquirir é baixo; - existem dois projetos grandes de irrigação, porém são de iniciativa privada; - falta um escritório da EBDA no município; - A água que abastece o município vem do Rio Grande.

	<p>promoviam o isolamento das comunidades rurais mais afastadas.</p>	<p>Existe também o rio Preto que exerce influência no município, talvez até maior que o Rio São Francisco;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existe uma boa estrutura das estradas Estaduais e Federais, porém identifica-se dificuldade de acesso as comunidades rurais. Todavia melhorou consideravelmente em relação ao período anterior a usina; - o abate do gado é feito de forma artesanal, não existe abatedouro;
<p>Produção</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Havia uma maior produção tanto pesca como na agricultura; - Predominância da agricultura (milho, feijão, abóbora, batata, etc); - Comércio de feiras livres, relações de troca de mercadoria; - ausências dos mercados conhecidos atualmente como "verdurão", a produção era vendida no mercado público ou de porta-em-porta; - Havia uma produção significativa do artesanato da carnaúba. 	<ul style="list-style-type: none"> - As pessoas possuem menor estímulo para o trabalho por influência de políticas compensatórias como o bolsa família; - Atualmente a produção de verduras disponível para comercialização no município vem de Irecê e Juazeiro, antigamente o município comercializava sua própria produção; - falta conhecimento e investimento para se produzir com a água do rio São Francisco; - existem pessoas de fora, vindo explorar o Rio e usando agrotóxico; - economia baseada na pecuária semi-extensiva, pesca artesanal e funcionalismo público; - Barra pode ser considerado um polo do comércio no território, só perde para Ibotirama ou Irecê (a demanda das comunidades e municípios próximos se divide nestas três cidades); - Possui um importante mercado de fruticultura (manga, coco, limão, mangaba, pequi, buriti, caju); - Produção de cachaça e rapadura na região dos brejos - O maior potencial produtivo agrícola familiar está na região dos brejos. Produz farinha, cachaça, saeta do buriti para fazer óleo medicinal, doce, etc.

Além destas categorias de estruturação social apresentadas no quadro, caberia acrescentar algumas peculiaridades importantes deste município, que foram relatadas pelos participantes da oficina, tais como:

- Muitos afirmaram que esta é a primeira vez que alguma instituição os procuram para falar sobre a UHE de Sobradinho;

- Não identificam impacto direto causado pela migração de famílias para cidade em função da construção da UHE de Sobradinho, pois representam um percentual pequeno em relação a população total do município;
- O município tem 11 assentamentos com mais de 2.500 famílias vivendo neles, inclusive uma parcela considerável de migrantes da barragem, porém somente um deles possui a licença ambiental emitida pelo IBAMA, a qual habilita o assentamento a ser contemplado com as políticas públicas do Governo Federal. O INCRA justifica que as agrovilas foram construídas antes de se obter a licença, em local proibido, e de maneira errada, como por exemplo, muito próxima das margens do Rio Grande ou São Francisco, impedindo a emissão da licença ambiental. Esta situação foi constatada nas comunidades de Barro Vermelho e Canudos;
- Possui potencial para criação e comercialização de caprinos e ovinos, porém não existe incentivo ao investimento nesta áreas, uma vez que a cultura principal de financiamento e produção agropecuária está voltada para bovinocultura de corte;
- Constatou-se uma forte presença de cultos afro-brasileiros, coordenado pelo mestre Gerrard, artesão e babalorixá reconhecido em todo Estado da Bahia;
- Identificou-se ainda a existência de comunidades quilombolas, sendo a de Sambaíba reconhecida pelo Estado, através da Fundação Cultural Palmares, enquanto que as de Porto de Palha e Juá aguardam o reconhecimento;
- Produção expressiva e reconhecida de artesanato em cerâmica.

Na oficina seminário de Xique-Xique, não houve comentários significativos em relação ao período antes da barragem, neste sentido registrou-se somente a avaliação do atual estágio social em que se encontra o município, tais como:

Quadro 55: Consensos do Grupo "Relações entre as Pessoas" de Xique-Xique

Aspectos de Estruturação Social	Opinião dos Participantes das Oficinas
	Atualmente
Convívio Social	<ul style="list-style-type: none"> - Secretário de Assistência Social, fala do trabalho de conscientização das famílias, da existência do cadastro aberto para o Programa bolsa família que atende praticamente toda a demanda do município, existe investimento em cursos de profissionalização e acolhimento de jovens para ressocialização; - O município não consegue suprir a demanda de jovens que precisam de trabalho; - Existe o resgate da história para fins de documentação e encaminhamento as políticas, também no sentido religioso com o resgate dos batistérios.
Educação e Saúde	<p>Melhora considerável em relação à oferta de serviços básicos de educação e saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - O município possui dois hospitais, e o enfermeiro que trabalha na coordenação do PSF afirma que é bem atendido na parte de saúde básica e saúde preventiva. Existe um posto de referência na cidade que atende a demanda dos agentes comunitários da zona rural. Existe SAMU e UTI móveis que removem os casos mais graves para Irecê; - O município possui uma escola estadual de referencia (onde foi realizada a oficina-seminário); - Educação bem estruturada, porém existe maior índice de desistência e reprovação em relação aos alunos que moram nas ilhas, devido à dificuldade de transporte e acesso a escola. Se torna mais fácil para aqueles possuem parentes ou casa na cidade e conseguem manter os filhos na cidade. Nas ilhas e zonas rurais conta-se apenas com o ensino fundamental-1. O fundamental-2 só existe na cidade.
Acesso a serviços de infraestrutura pública	<ul style="list-style-type: none"> - Afirmam que melhorou muito após os anos 80, em relação à infraestrutura física da cidade.
Produção	<ul style="list-style-type: none"> - A partir dos anos 80 chega o frigorífico para refrigerar o pescado; - Representante da colônia de pesca afirma que a mesma possui o maior número de sócios do Estado; - As principais fontes de renda são, pesca, agropecuária, comércio, serviço público e aposentadoria.

As peculiaridades em relação a Xique-Xique que merecem destaque são:

- A enchente/alagamento se deu por 3 meses na comunidade Marreca Velha. Após esse período as águas baixaram e as famílias começaram a voltar. Algumas famílias das ilhas chegaram a receber indenização da Chesf. Umas voltaram, outras não;

- Segundo o Senhor Walter, pescador de Xique-Xique, ele migrou do município de Pilão Arcado e reclama que nunca recebeu indenização. Depois afirmou que recebeu um dinheiro de um suposto atravessador da Chesf. Deixou a entender que foi uma opção dele não ir para Pilão Arcado Nova ou para o Serra do Ramalho, e sim vir para Xique-Xique;
- Destaca que atualmente tem mais acesso a serviços públicos, como escola e serviço de saúde. Diz não ter nada contra a barragem, e sim contra as promessas de indenização que não se concretizam;
- Uma moradora da antiga Barra da Cruz, em Sento Sé, falou do processo de mudança e da dificuldade enfrentada pelas famílias que foram para Serra do Ramalho. Outras famílias se acomodaram em Sento Sé Nova e algumas vieram para outros municípios como Xique-Xique. Acha que muitos que foram para Serra do Ramalho tiveram dificuldades pela falta de água. Para os que ficaram está melhor por ter escola para os filhos, e outros serviços. Hoje ela é formada, técnica de enfermagem, trabalha e sua família tem uma renda média de R\$ 1.500 Reais;
- Outra moradora que migrou do município de Pilão Arcado, relatou sobre sua relação com a "Associação dos Ribeirinhos do Lago de Sobradinho", que foi criada sob a prerrogativa de defesa dos direitos dos atingidos pela barragem, a atualmente acompanha o processo jurídico que pleiteia o pagamento das indenização aos remanejados. A agricultora apresentou se carnê de pagamento da mensalidade à referida associação, bem como sua carteira de sócio, entendendo que a oficina seminários teria alguma relação com o pagamento das indenizações. Por se tratar de uma informação importante para a análise das formas de organização social existente em torno de tema da pesquisa, procedeu-se o registro desta documentação:



Documentação apresentada pela antiga moradora de Pilão Arcado que migrou para Xique-Xique, Senhora Anatalina Gomes, referente à sua filiação e contribuição financeira perante a Associação dos Ribeirinhos do Lago de Sobradinho.

Quadro 56: Consensos do Grupo "Relações entre as Pessoas" de Itaguaçu da Bahia

Aspectos de Estruturação Social	Opinião dos Participantes das Oficinas	
	Antes da barragem	Atualmente
Convívio Social	- Não havia expressiva organização social. Na década de 80 é que iniciam as primeiras associações e sindicatos, porém sem muita influência da barragem de sobradinho. As maiores demandas rurais estavam ligadas ao Rio Verde.	- O Cadastro Único está em cem por cento das famílias, em torno de 2400 famílias, porém em torno de 2000 recebendo o bolsa família. - Tem pro jovem, e programas para idoso. Existe o CRAS e CRAS volante que cobre os povoados mais distantes;
Educação	Não houve comentários significativos em relação este tópico no passado do município.	- Na educação a oferta de vaga nas escolas e suficiente, bem como material didático, fardamento. Existe evasão, porém em função do bolsa-família percebe-se uma diminuição da evasão.
Saúde		- Município não tem cobertura total pelo PACS e PSF, tanto na zona rural, quanto urbana. Situação precária dos hospitais. A sede é melhor assistida com medicação, já a zona rural tem maior dificuldades
Acesso a serviços de infraestrutura pública	- não existia nenhum serviço público. Não havia transporte escolar, não havia estradas. - Começa a melhorar a situação do distrito em 1976. Construção das primeiras escolas, abertura de estradas, etc. Após 1989. O nome era tiririca.	- apesar da melhora em relação ao passado, o município ainda possui um dos piores serviços de infraestrutura da região, se comparado com os demais municípios do seu entorno.
Produção	- Antes viviam basicamente da	- Principal renda atual é bolsa família,

	pecuária. A agricultura foi iniciada por intermédio do programa da “agricultura verde” em 75 (governo de Figueiredo), quando se introduz a agricultura no município.	aposentadoria, garantia-safra, funcionalismo público. Alguns estão sendo empregados na nova indústria – EMBASA, distribuidora de água. - o Município tem uma forte produção pecuária na região, caprinos e bovinos, porém muito afetada com a seca de 2012; - baixa produção na agricultura, principalmente em função da seca, inclusive afetando o Rio Verde. Praticamente não existe projeto de irrigação; - a produção local abastece a demanda de carne, porém não tem matadouro. A produção agrícola não atende a necessidade.
--	--	--

As peculiaridades em relação à Itaguaçu da Bahia que merecem destaque são:

- Antes da criação da UHE de Sobradinho, o município de Itaguaçu da Bahia ainda não era cidade e sim distrito do Xique-Xique. Passou a município em 1989;
- O principal Rio da cidade é o Rio Verde, que atinge maior número de comunidades e desemboca no Rio São Francisco. Identificam pouca influência de Sobradinho em relação ao Rio Verde. O principal fator que causou o assoreamento e diminuição do nível de água do Rio Verde foi causado pela barragem do Miroroza, criada inicialmente para atender a projetos de irrigação de quatro municípios, mas se estendendo depois para quatorze municípios, comprometendo o nível da barragem;
- A população do município demonstrou ter pouco conhecimento da história dos remanejados/migrantes. Mas conhecem pessoas remanejadas que nunca receberam nenhum tipo de indenização. Porém acham que a maior demanda por indenização é do município de Xique-Xique;
- Muitos possuem a opinião de que muitas famílias vieram para Itaguaçu porque não concordavam com as indenizações e locais oferecidos pela Chesf na época;
- O atual Secretário Municipal de Ação Social identifica que 90% da população de Itaguaçu é rural;

- O município de Irecê é o principal centro de referência de Itaguaçu da Bahia, ou seja, que atende a demanda da população por serviços e oportunidades que não são oferecidas no município.

Continuando a apresentação dos resultados oriundos da oficina-seminário de Itaguaçu da Bahia, seria pertinente analisar mais um produto do grupo "relação entre as pessoas", que seria a fotografia social elaborada pelos participantes, representando o olhar coletivo que grupo expressou sobre o município.

**Grupo Pessoas - Itaguaçu.** Destaque para:

- O antes está representado pelo Rio Verde ao centro, cercado pelas diversas comunidades que tiravam a base de sua sobrevivência do Rio;
- O depois caracterizado pela urbanização, chegada das políticas públicas básicas como saúde, educação e as estradas que levam os moradores a Irecê e Xique-Xique, evidenciando a dependência que os mesmos possuem de centros urbanos mais estruturados

Esta imagem representa bem a importância que o Rio Verde tinha e ainda possui em relação ao município de Itaguaçu da Bahia, bem como explica o motivo do Rio São Francisco não ser tão influente no modo de vida dos habitantes que vivem no núcleo urbano, uma vez que somente algumas comunidades rurais, distantes da sede, fazem fronteira com o São Francisco.

3.3.4. Considerações Sobre a Organização Social no Território-3

Com base nas informações obtidas na etapa de “microlocalização”, que antecedeu a aplicação dos instrumentos de pesquisas, bem como no trabalho realizado a partir das oficinas-seminário,

foi possível identificar e fazer contato com um conjunto de organizações que possuem uma relação direta com o tema da pesquisa.

Embora em alguns municípios tenhamos encontrado certa dificuldade em os devidos contatos institucionais, ainda assim, conseguimos ter uma visão geral dos níveis e estágios de organização social em que o Território-3 está inserido. Neste sentido, apresentar-se-á inicialmente um quadro geral das principais organizações e grupos sociais que interagiram com a equipe da Brasilencorp durante as etapas de microlocalização e de realização das oficinas.

Quadro 57: Mapeamento das Organizações Sociais que possuem relação direta com o Público Alvo do Estudo no Território 3

Principais Organizações Sociais Identificadas em Barra
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR; - Colônia de Pescadores; - Fundação Eu Negro; - Federação dos Trabalhadores em Agriculultura - FETAG; - Secretarias de Governo Municipal; - Agentes Comunitários de Saúde.
Principais Organizações Sociais Identificadas em Xique-Xique
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR; - Empresa Bahiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA; - Cooperativa de Trabalhadores do Estado da Bahia - COOTEBA; - Banco do Nordeste - BNB; - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF; - Universidade do Estado da Bahia - UNEB; - Bahia Pesca; - Secretarias de Governo Municipal; - Professores; - Agentes Comunitários de Saúde.
Principais Organizações Sociais Identificadas em Itaguaçu da Bahia
- Associações Quilombolas; - Associação de Agricultores; - Secretarias de Governo Municipal; - Agentes Comunitários de Saúde; - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR;

Além da identificação destas organizações, caberia também registrar a existência de alguns aspectos importantes da organização social do Território, que ora apresentam-se como

uniformes para todos os municípios, ora se identificam como particulares de terminada localidade. Iniciando pelas generalidades do Território-3, destaca-se:

- As famílias de migrantes ou remanejados possuem maior interação com as organizações sociais do campo, em especial com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os quais vêm desenvolvendo importante papel de assessoria ao acesso a políticas públicas para estas famílias;
- Existe uma relação direta de parceria entre os Sindicatos Rurais e Colônias de Pescadores;

Já no tocante as particularidades municipais destacam-se

No município de Barra.

- Existe associação de apicultores no município de Barra;
- Necessário resgatar o grupo de jovens (tinha capoeira, time feminino de futebol);
- Existe a pastoral do Idoso e abrigo dos idosos (entidade não governamental);
- Organizações, Cooteba, FETAG, CESAB, todas voltadas à assistência para agricultura familiar;
- Existe uma associação de capoeiristas, “fundação de capoeira eu negro”, que se tornou ponto de cultura e se propõe a trabalhar com os jovens (180) atualmente, atuando com capoeira, artesanato, etc, porém com pouco apoio público, sendo necessário diminuir o número de beneficiários.

No Município de Xique-Xique.

Neste município tivemos a oportunidade de entrevistar um dos "expertos" para a pesquisa, que seria o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Senhor Antônio Barrinha¹², o qual nos trouxe algumas informações importantes sobre a organização social relacionada com o campo, a qual merece salientar os seguintes pontos:

- O STTR foi registrado/fundado em 1971, como uma das primeiras organizações sociais dos trabalhadores do campo, o que justifica o fato de muitas famílias de remanejados e migrantes terem sido assistidos por esta organização durante o período de construção da UHE de Sobradinho. Atualmente existe uma base 6 mil sócios formalizados no STTR, pois quando foi fundado abrangia os demais municípios da região. Todavia, com a migração de sócios para os Sindicatos que foram criados nos outros municípios, o número de sócios efetivos deve estar em torno de 3 mil;
- A principal bandeira do STTR é a luta pela reforma agrária, todavia é muito difícil trabalhar o convencimento dos agricultores para assumirem essa bandeira. A maioria dos agricultores que se associam ao STTR priorizam a garantia de sua aposentadoria. Neste sentido, atender a demanda por acesso a terra tem se tornado mais difícil nos últimos anos. Segundo Barrinha, o Movimento sem Terra - MST e a Comissão Pastoral da Terra-CPT, que poderiam contribuir com esta luta, não são atuantes no município;
- Xique-Xique é muito grande, 6 mil km² e mais de 13 mil habitantes rurais, onde a maioria é composta por agregados, sem direito a terra própria. Com muito trabalho dos movimentos sociais o município tem hoje 4 áreas de assentamento da reforma agrária, que corresponde a uma média de 2 mil famílias de assentados, deste total uma média 10% são de reassentados. A maioria eram pescadores, assim como o próprio Antônio Barrinha. É comum os agricultores e pescadores contribuírem com a Colônia de Pescadores e com o STTR. Lógica muito utilizada para contar o tempo de aposentadoria, a partir da soma do tempo de filiação entre as duas instituições. Para aposentadoria, o agricultor ou pescador precisam comprovar que tem no mínimo 15 anos no trabalho.

¹² Além de presidente do Sindicato e Assentado, o Senhor Barrinha faz parte do público alvo da pesquisa, uma vez que foi um dos pescadores que migraram da região ribeirinha de Pilão Arcado para Xique-Xique, vivenciando todo o período da mudança e se tornando uma liderança na organização social dos remanejados e migrantes.

- O principal problema da reforma agrária tem sido a fragilidade organizacional e associativa dos agricultores. Geralmente os assentados mal conseguem prestar contas do crédito de instalação liberado pelo INCRA, impossibilitando os mesmos de acessarem outras políticas. Serra Azul é uma exceção, uma vez que se organizou o suficiente para progredir no acesso as políticas. Todavia, o Sr. Barrinha se queixa da dificuldade de renovação das lideranças.
- Outro desafio encontrado na organização social do município se coloca em relação à reestruturação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável-CMDRS, como forma de qualificar o controle social das políticas públicas e descentralizar o acompanhamento das ações que hoje estão concentradas na Secretaria de Agricultura Municipal e no próprio STTR.
- As atuais operações relacionadas ao microcrédito rural do Pronaf-B e Variável, com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA e operado pelo Banco do Nordeste/BNB, tem priorizado o financiamento de apetrechos de pesca e bovinos para agricultores. O STTR tem tentado diversificar estes financiamentos, a partir da realização de cursos de voltado para produção de hortaliças, manejo do agrotóxico e produção agroecológica. Estas iniciativas fazem parte da política estadual defendida pela FETAG, e está disponível também para os municípios de Barra e Itaguaçu;
- O Sr. Barrinha informa que o STR de Barra também está bem estruturado, ao contrário de Itaguaçu que precisa melhorar muito.
- Havia uma parceria entre STR e Colônia, onde o STR poderia emitir DAP para os pescadores, desde que o pescador ficasse pagando a contribuição sindical, todavia esta parceria foi cancelada por haver indícios de irregularidade por parte dos pescadores;
- A comercialização da produção agrícola e de carne animal do município não é tão difícil. No entanto ainda se encontra um pouco de dificuldade para ter acesso a Guia de Transito Animal/GTA. O comercio local é organizado por atravessadores, e existe a presença de abatedouro público no município;

- Critica a criação de bovinos na beira do rio, onde o agricultor poderia produzir alimentos com maior eficácia. Existe também o problema de acesso legal a terra pelos ribeirinhos, que acabam impossibilitados de acessar o crédito para produção agrícola e as demais políticas públicas estruturadoras, tais como eletrificação e habitação rural. Isso ocorre principalmente com as famílias que vivem ou produzem nas ilhas.
- Identifica que os migrantes da barragem possuem maior disposição para organização social e para o trabalho do que os agricultores que já viviam no município antes da construção da Barragem.
- O município possui uma rede de organizações e instituições que prestam assistência técnica para agricultura familiar. Dentre as principais organizações ele cita a Empresa Bahia de Desenvolvimento Agrícola/EBDA, o próprio Banco do Nordeste e a Cooperativa de Trabalhadores do Estado da Bahia/COOTEBA. Não obstante, o Senhor Barrinha entende que é necessário haver uma qualificação do serviço prestado por estas organizações;
- Aponta fragilidades no controle social perante a realização do Cadastro do Programa Brasil Sem Miséria, feito pela COTEBA e EBDA, o qual permitiu a participação de muitas famílias que não se enquadram nos critérios definidos pelo Programa.

No município de Itaguaçu da Bahia.

Além das organizações informadas no quadro anterior, não foi possível entrevistar expertos ou coletar muitos dados sobre a organização social deste município. No entanto, percebeu-se que no Território-3, este seria o município com maior nível de fragilidade neste quesito. A impressão obtida foi de que o poder público estadual e municipal, através de suas secretarias de governo, são as principais organizações que atuam precariamente na localidade, não havendo assim expressividade quanto às organizações da sociedade civil.

Valeriam fazer uma ressalva quanto ao trabalho de algumas associações comunitárias ligadas as comunidades quilombolas do município, que demonstraram possuir um bom nível de

organização e articulação com o poder público. Todavia, a maior parte destas comunidades não faz parte do público alvo da pesquisa.

Com relação à Prefeitura municipal, de todos os municípios visitados Itaguaçu foi quem demonstrou maior interesse e motivação em participar das oficinas. Contou-se com total apoio da Secretaria de Ação Social em relação ao deslocamento dos moradores das comunidades rurais, organização do local destinado para o evento e da alimentação servida aos participantes. Registrou-se a presença de irmã do Prefeito que o representou na abertura do evento, bem como de diversas associações rurais, inclusive de quilombolas.

3.4. Segmento Pesca

3.4.1. Objetivo

Identificar, caracterizar e avaliar o modo de vida das comunidades pesqueiras reassentadas pela implantação da UHE Sobradinho.

3.4.2. Objetivos Específicos

- Levantar e identificar as principais características da pesca artesanal existentes nos municípios de Itaguaçu da Bahia, Xique Xique e Barra.
- Apresentar os diversos petrechos utilizados na pesca local e a importância de cada um na reprodução e permanência das espécies existentes.
- Relacionar infraestrutura existente, inclusive produção do pescado e principais escoamentos da produção (centros consumidores) existentes nos municípios de Itaguaçu da Bahia, Xique Xique e Barra.
- Levantar a base legal incidente sobre o tema.
- Identificar pisciculturas existentes nos municípios de Itaguaçu da Bahia, Xique Xique e Barra depois da implantação da UHE Sobradinho.

3.4.3. Público Alvo neste Volume

Famílias de pescadores e pescadoras reassentadas motivadas pela implantação da UHE Sobradinho nos municípios de Itaguaçu da Bahia, Xique Xique e Barra, instituições de representação da pesca e dos pescadores, empresas de infraestrutura de apoio à pesca e piscicultores, todos pertencentes ao estado da Bahia.

3.4.4. Metodologia

No caso específico da pesca, as informações de fontes secundárias foram obtidas através de consulta a material bibliográfico, sites e materiais fornecidos por instituições que desenvolvem trabalhos na região.

Especificamente as informações de fontes primárias foram obtidas de três formas, uma a partir da realização de oficinas sendo 1 em cada município, conforme descrito na metodologia geral; outra, a partir de questionários semiestruturados que foram divididos em: Questionários de Famílias de Pesca e Questionários de Agentes Institucionais; por fim, entrevistas abertas com “expertos”. Os Questionários de Famílias de Pesca foram direcionados a famílias que tem como atividade principal a pesca; os Questionários de Agentes Institucionais foram aplicados a instituições governamentais e não governamentais, de representação como colônias e associações, setor de comércio como os feirantes de banca de peixe e os atravessadores, bem como os fabricantes de gelo, que integram o setor de apoio à pesca e piscicultura; e, as entrevistas com expertos foram realizadas com pessoas que detém informações de ordem estratégicas.

De uma forma geral os questionários abordaram questões ligadas a três temas principais, que são: Pesca, Infraestrutura de Apoio e Piscicultura.

O tema Pesca abordou as questões relacionadas a:

- Comportamento da atividade de pesca na família;
- Organização dos pescadores;

-
- Características da pesca;
 - Características da produção pesqueira;
 - Características da comercialização do pescado;
 - Política pública; e,
 - Opiniões acerca da consequência da implantação da UHE Sobradinho na atividade da pesca (positivo, negativo e sugestão de mitigação e compensação)

Já o tema Infraestrutura de Apoio abordou as questões relacionadas a:

- Infraestrutura de conservação, beneficiamento e transporte;
- Características da comercialização; e,
- Opiniões acerca das consequências da implantação da UHE Sobradinho na atividade da pesca.

Por fim, o tema Piscicultura tratou das questões relacionadas a:

- Organização;
- Produção;
- Comercialização; e,
- Entraves para seu desenvolvimento.

Para a aplicação dos questionários, conforme a metodologia geral, foram visitadas as comunidades identificadas na oficina como comunidades relocadas, incluindo-se também a sede do município.

Já para identificação das famílias de pescadores foi utilizado o critério de identidade, onde o pescador se reconhece como pescador, aliado ao exercício da atividade como fonte principal de geração de renda e alimento para a família.

Os petrechos utilizados pelos pescadores, embarcações e espécies capturadas foram devidamente anotadas e registradas em fotos.

As infraestruturas de apoio à pesca como pontos de recepção de pescado e comercialização, fábricas de gelo, colônias, cooperativas, sedes de associação de pescadores e piscicultores e estruturas de beneficiamento foram georreferenciadas e fotografadas. A localização das estruturas de cultivo de peixes, tanques-rede ou viveiros, também foram fotografadas.

As informações obtidas a partir de dados secundários e primários forneceram subsídios para identificar, caracterizar e avaliar o modo de vida das comunidades pesqueiras reassentadas dos Municípios de Barra, Xique Xique e Itaguaçu da Bahia. As informações citadas foram triadas e sistematizadas para apresentação dos resultados e considerações a seguir.

3.4.5. Resultados e Discussão

Os resultados obtidos de fontes secundárias e primárias serão apresentados por tema tratado, trazendo ao mesmo tempo as realidades encontradas nos municípios trabalhados, Barra, Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia. Para ambas as fontes de informação, secundária e primária, serão abordados os temas que tratam da Pesca, Infraestrutura de Apoio e Piscicultura, igualmente foi descrito na metodologia.

No entanto, no caso específico da pesca, onde a atividade dos três municípios é desenvolvida em um mesmo espaço, o Reservatório de Sobradinho, não havendo limite físico para o recurso, pescadores residentes nos três municípios pescam no mesmo ambiente, os resultados que caracterizam a produção pesqueira e os petrechos utilizados são bastante semelhantes, desta forma, a discussão será realizada unindo os três municípios.

Para enriquecer a discussão dos resultados obtidos neste respectivo trabalho de Identificação, Caracterização e Avaliação do Modo de Vida das Comunidades Reassentadas Motivadas pela

Implantação da UHE Sobradinho, foram utilizados como fonte principal das informações secundárias os dados gerados no Censo Estrutural da Pesca. Documento produzido em 2007 sob coordenação geral do Ministério de Meio Ambiente, através do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco junto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, contanto ainda, com a cooperação técnica de várias instituições como: a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF; o Instituto Estadual de Florestas – IEF; a Bahia Pesca; a Universidade do Estado da Bahia – UNEB; a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF; a época ainda Secretaria Especial de Pesca e Aquicultura – SEAP-PR, hoje Ministério da Pesca e Aquicultura; entre outros, descreve sobre a estrutura da pesca na Bacia do Rio São Francisco em todos os seus aspectos sócio econômico visando, segundo o mesmo documento, “a implementação de um programa contínuo de monitoramento da pesca, que proporcionará a base do conhecimento para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros” (BRASIL, 2007).

Este documento acima citado, não será a única fonte de informação secundária, mais sim, a principal para a discussão dos resultados obtidos.

A seguir são apresentados os resultados dos trabalhos de levantamento de informações sobre o segmento pesca, abordando a pesca propriamente dita: pescadores, espécies, embarcações, etc; infraestrutura de apoio à pesca como fábricas de gelo, estaleiro, beneficiamentos, etc; e, a piscicultura, conforme foi descrito na apresentação deste documento.

3.4.6. Pesca

A pesca artesanal no Rio São Francisco é uma das atividades mais tradicionais de trabalho, milhares de famílias se dedicam a essa atividade há anos, gerando renda e alimento para a população ribeirinha.

A produção pesqueira vem sofrendo declínio nas últimas décadas, as fontes oficiais de estatística pesqueira, dados da Sudepe/Codevasf, citado por Godinho e Godinho, 2003, relatam que no ano de 1980 foi produzido aproximadamente 13.250 t. só no reservatório de

Sobradinho, já o resultado da estatística pesqueira continental para o ano de 2010 em todo o Estado da Bahia foi de 17.669,9 t. (MPA, 2012).

As espécies nobres como Surubim (*Pseudoplatystoma spp.*), Dourado (*Salminus spp.*), Pirá (*Conorhynchus conirostris*), Curvina (*Pachyurus spp.*), entre outros, estão com sua produção em declínio, quando comparamos os dados dos últimos 10 anos, a Corvina, por exemplo, não aparece mais nas estatísticas desde 2008 (BRASIL, 2010).

Diversas literaturas indicam que os principais fatores para a diminuição da piscosidade do Rio São Francisco são ações antrópica, como: barramento das lagoas marginais, local de reprodução e alimentação de alevinos; construção de barragens impedindo a migração das espécies reofílicas, agrega-se a isto, a transformação de alguns trechos do rio em sistemas lênticos; a supressão da vegetação ciliar; e, poluição do rio com esgotos domésticos, agrotóxicos e fertilizantes proveniente das atividades agrícolas.

Estas situações de agressão ao meio ambiente e, conseqüentemente, ao meio em que vive o pescador, vem ao longo dos anos fragilizando a categoria. Os filhos de pescadores não almejam mais serem pescadores e quando o são, é porque estão passando alguma necessidade e procuram no meio natural sua possível fonte de alimento e renda.

Os filhos dos pescadores, bem como os pescadores mais jovens, não desejam continuar na atividade, alegando a impossibilidade de manterem as suas famílias com a pesca, a despeito de algumas vantagens, como a fácil comercialização do produto e a autonomia, pois todos trabalham para si (OLIVEIRA e SOUZA, 2010, p. 89).

A partir da implantação da Usina Hidroelétrica de Sobradinho, 1973 e 1979, o modo de vida da população ribeirinha mudou significativamente, o presente estudo objetiva avaliar o modo de vida desta população que foram remanejadas do entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica de Sobradinho.

- O segmento Pesca apresentará os resultados relacionados a:
- Comportamento da atividade de pesca na família;
- Organização dos pescadores;

- Características da pesca;
- Características da produção pesqueira;
- Características da comercialização do pescado;
- Política pública; e,
- Opiniões acerca da consequência da implantação da UHE Sobradinho na atividade da pesca (positivo, negativo e sugestão de mitigação e compensação).

3.4.7. Comportamento da Atividade de Pesca na Família

Foram realizadas entrevistas nos três municípios objeto do trabalho, 121 famílias reassentadas foram entrevistadas. Destas, 28 têm a pesca como atividade principal, representando aproximadamente 23% das famílias entrevistadas.

Das 28 famílias de pescadores pesquisadas, 13 (46 %) pertencem ao município de Barra, 5 (18 %) pertencem ao município de Xique-Xique e 10 (36 %) ao município de Itaguaçu da Bahia.

3.4.8. Organização dos Pescadores

Neste tópico serão abordadas as informações que tratam da organização política dos pescadores e da quantidade de pescadores existentes, segundo informações obtidas junto às representações da classe.

Neste sentido, será descrito brevemente, de forma introdutória, sobre a origem desta organização no Brasil.

3.4.9. Histórico da Formação das Colônias

A Marinha do Brasil em 1919 foi a primeira instituição a pensar na institucionalização da classe pescadora, embora seja lamentável que o interesse tenha sido principalmente militar, visando a defesa da costa brasileira.

Em um período de 6 anos, 1919 a 1924, foram criadas mais de 800 colônias e aproximadamente 100 mil pescadores foram registrados, entre outras ações desenvolvidas (CALLOU, 1994). Este alto número de filiação em curto espaço de tempo só foi possível porque os pescadores foram obrigados a se associarem as colônias sob pena de ficarem proibidos de exercerem a profissão (CALLOU, 2006).

Esta foi a forma com que as colônias nasceram no Brasil, numa perspectiva impositiva, sem direito a escolha, criadas para servir ao estado.

3.4.10. Resultados da Pesquisa Referente à Organização dos Pescadores

Apenas uma forma de organização de pescadores foi identificada durante o trabalho. A colônia de pescadores é a única representação da classe dos pescadores e estão presente em dois municípios, Barra e Xique-Xique.

O Quadro 58 apresenta as formas de organização identificadas, juntamente com sua localização e número de filiados, data de fundação e número de pescadores assegurados, segundo informações dos presidentes em exercício.

Quadro 58: Organização de representação, número de filiados, ano de fundação e quantidade de profissionais da pesca que recebem seguro defeso nos municípios objeto do estudo

Município	Organização	Número atual de filiados	Ano de fundação	Número de Seguro Defeso
Barra	Colônia de Pescadores de Barra Z30	2.600	1975	2.400
Xique-Xique	Colônia de Pescadores de Xique-Xique Z37	7.000	1953	6.300

Fonte: Questionários aplicados pela Brasilencorp - 2013.

É observado no quadro acima que o município de Itaguaçu da Bahia não possui colônia e nem outra forma de representação da classe dos pescadores. A sede do município foi distrito de Xique-Xique e parte da sua atual área rural pertenceu ao município de Sento Sé. Como sua emancipação é recente, 24/02/1989, comparado aos municípios de origem, os pescadores já se

encontravam filiados às colônias de Sento Sé e Xique Xique, a depender da proximidade da comunidade onde o pescador residia.

Há divergência entre os números de associados obtidos diretamente com os representantes das colônias nos municípios pesquisados e a consulta realizada ao Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SisRGP, instrumento do Ministério da Pesca que auxilia o ordenamento pesqueiro. Foram identificados no SisRGP que Barra possui 3.202 registros de pescadores profissionais e Xique-Xique possui 7.303 registros (BRASIL, 2013).

Levando em consideração as fontes oficiais de informação, SisRGP, o Quadro 59 demonstra a intensa procura pela filiação as organizações de representação nos últimos seis anos.

Quadro 59: Crescimento do número de pescadores filiados às colônias e associação no período de 2006 a 2012

Estado / Município	Ano		Crescimento (%)
	2006*	2013**	
Barra	823	3.202	289
Xique Xique	2.020	7.303	262

*Censo Estrutural da Pesca, 2006, Ministério do Meio Ambiente, DF.

** Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SisRGP, 2013

É notado através do que está sendo apresentado no Quadro 59, que houve um aumento do número de pescadores filiados a colônias. Considerando fato comprovado pelas estatísticas pesqueiras que “o rio não está para peixe”, este aumento do número de pescadores pode ter forte relação com criação da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal já que, segundo as entrevistas realizadas com os “Expertos”, este benefício tem atraído bastantes pescadores que, nem sempre, tem a pesca como atividade principal e até, segundo os mesmos, não desenvolvem a atividade, estes mais conhecidos como “pés enxutos”.

O Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SisRGP, possui registrado atualmente 125.827 pescadores no estado da Bahia (BRASIL, 2013). Este crescimento no período de 2010 a 2012 foi de 11,2%. Quando considerado o ano de 1985, este

crescimento é de 92,7%, apenas dos pescadores registrados nos órgão competentes (PLANVASF, 1989).

No que diz respeito ao número de pescadores filiados a colônias ou associações que recebem seguro defeso, é constatado pela pesquisa que quase todos possuem o benefício. Em Barra são aproximadamente 92% e em Xique Xique, segundo a presidente eleita, aproximadamente 90% dos pescadores filiados recebem o seguro defeso.

Nota-se, no entanto, durante as conversas informais com lideranças, que este recurso não está sendo bem empregado, pescadores que não são profissionais também o acessam e pescadores profissionais durante os meses de defeso também pescam, o que não é permitido.

Por lei, as colônias e associações de pescadores são as instituições meio para o recebimento dos direitos previdenciários e trabalhistas dos pescadores profissionais. Neste sentido, percebe-se que estas organizações de representação nos municípios de Barra e Xique Xique não diferem das demais dos outros 5 municípios objeto do estudo, de uma forma geral, deixando a desejar no que diz respeito à defesa dos direitos dos pescadores, tratando com menos importância à organização política da categoria no enfrentamento dos problemas dos pescadores e do rio, dos seus deveres também, passando a trabalhar na linha do assistencialismo como se fosse uma extensão do órgão de previdência, ignorando o que está acontecendo e às vezes sendo conivente com as práticas, quando deixa de denunciar os pescadores irregulares e quando facilita a filiação dos pescadores não profissionais.

As organizações de representação quando questionadas sobre a participação dos pescadores em reuniões e encontros, a resposta de boa participação foi unânime e que a qualidade desta participação tem melhorado com o passar dos anos.

A grande questão é, qual o entendimento que os representantes têm por “qualidade de participação”, já que os fatos identificados neste estudo denunciam a conivência das instituições de representação com irregularidades, p. ex., pesca na época do defeso, pagamento de defeso a quem não é pescador, etc, fato este que não condiz com o exercício de uma participação protagônica por parte do profissional pescador.

Por outro lado, diversos eventos são indicadores de uma mudança de postura, por exemplo: a criação em 1980 da Comissão Pastoral dos Pescadores, ligada a igreja católica; em 1988 a criação do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), preocupada com a autonomia política e sindical da categoria; a realização da I Conferência Nacional da Pesca Artesanal em Brasília/DF, contrapondo às Conferências de Aquicultura e Pesca promovidas pelo Governo Federal; a descentralização do poder das colônias no que tange à representação dos pescadores, fazendo surgir outras representações, também oficiais, como Associações e Sindicatos de Pescadores, a exemplo do CEDEP e APPR, em Pilão Arcado e Remanso, entre outros movimentos provenientes do exercício do direito.

Foi perguntado aos representantes dos pescadores dos municípios de Barra e Xique Xique sobre a adimplência no pagamento da mensalidade dos seus filiados. Como resposta, obteve-se que aproximadamente 90% dos filiados a colônia fecham o ano adimplentes.

A situação de adimplência pode ser interpretada como satisfação da parte dos pescadores para com a sua representação. Segundo OLIVEIRA (2010), no próprio município de Xique Xique, Pilão Arcado e Sento Sé, todos localizados na borda do lago, uma pesquisa indicou que 95,4 % dos pescadores entrevistados consideram importante as organizações de representação.

A situação de adimplência verificada nas colônias de Barra e Xique Xique se refletem na infraestrutura existente. De uma forma geral, as colônias são dotadas de 3 funcionários, salão para reunião, além das dependências básicas como salas para escritório, sanitários, etc. A Foto 60 demonstra a fachada das colônias visitadas.



Foto 60: A – Colônia de Pescadores de Barra Z30; B – Colônia de Pescadores de Xique Xique Z37 (Sérgio Albuquerque).

3.4.11. Características da pesca e da produção pesqueira

É válido reforçar que os resultados e discussões apresentados para os municípios pesquisados, no caso específico da pesca e sua produção, são bastantes semelhantes devido ao espaço de desenvolvimento da atividade ser o mesmo, o Reservatório de Sobradinho.

Poucas fontes de informação estão disponíveis para caracterizar a pesca no ano de 1971. As informações obtidas têm origem nas fontes primárias, buscando da memória dos pescadores mais antigos. Desta forma, perde-se um pouco da precisão, do detalhe da informação. Para os períodos de 1982 e 2012 os resultados serão tratados como um só, pois os petrechos utilizados em ambos os momentos são os mesmos, segundo a pesquisa.

3.4.12. Resultados da Pesquisa Referente a Características da Pesca (petrechos) e da Produção Pesqueira

Características da Pesca (petrechos)

Abaixo é apresentado o Quadro 60 com os petrechos que eram utilizados no período de 1971 pelos pescadores, época em que o rio era de águas correntes, sistema lóxico.

Quadro 60 – Principais características dos petrechos utilizados pelos pescadores e as espécies capturadas nos períodos de 1971

Apetrecho	Característica
Tarrafa	Rede de forma cônica, confeccionada pelo próprio pescador, com malha de 25 mm, fio trançado de caroá. As redes eram de comprimentos variáveis, podendo chegar a até 4 m, com a boca e a quantidade de pesos usados variando de acordo com o seu tamanho. A maioria dos pescadores utiliza um tenso de aproximadamente 15 cm para formar o saco da rede, tendo como maiores capturas a Curimatã, Corvina e Piau.
Rede de caroá ou	Rede de arrasto fabricada com fibra de caroá, a boia de madeira e o peso na corda inferior de cerâmica, possuíam malha 140mm de forma geral, sua

cabaré	dimensão era variada, as identificadas na pesquisa foram com 6, 50 e 150m, com altura de 1,5 e 2m, os peixes que mais se capturava eram Dourado, Surubim, Piau, Pirá e Corvina.
Rede de emalhe tipo caceia	A rede de caceia nada mais é que uma rede de emalhe que trabalha a deriva, normalmente é colocada alguma sinalização para identificar para que direção está indo. Construída de malha de seda, mais conhecida como nylon mole, pescava, Curimatã, Cari, Traíra, Matrinchã, Dourado e Pirambeba.
Covo	Utiliza o princípio da atração com iscas, possuem forma cilíndrica, confeccionados com taliscas da folha da Carnaúba ou Tucun muito utilizado para peixes pequenos como mandim, cascudo, etc, utilizava como isca o cupim.
Cofó	Utiliza o princípio da atração com iscas, possui forma diversas, confeccionado com cipó verdadeiro ou arame no caso da pesca da Piranha, alguns pescadores relataram a utilização de raiz de mandioca para atrair Curimatã, Corvina e Piau e camaleão assado para atrair a Piranha.
Linha de mão e anzol	Linha de nylon de espessura que varia com a espécie a ser capturada, comprimento que varia de acordo com a profundidade do local da pesca e anzol que trabalha preso a extremidade da linha. As espécies mais capturadas eram o Dourado, Piranha, Corvina, Traíra, Mandi, Surubim, Pacomã, Piau e Matrinchã.
Arpão ou Dardo	Vara de madeira que possuía em uma de suas extremidades uma ponta de ferro chamada de Batim, ela é lançada no peixe manualmente pelo pescador de cima de uma canoa.
Arco e flecha	Arco e flecha construídos em madeira e corda de fibra de caroá
Mergo	Este na realidade não era um petrecho e sim um tipo de pescaria realizada nas lagoas, utilizava o mesmo Dardo, só que em vez de ser lançado era movimentado bruscamente por baixo das moitas (vegetação) que ficavam na margem do rio.

Para o período de 1972, foi identificado que a prática da pesca era comumente realizada com a utilização de tarrafas, principalmente nas lagoas marginais e a rede de caroá, também chamada de cabaré, recebia este nome devido a matéria prima utilizada na sua construção, uma fibra de Bromélia chamada popularmente de caroá (*Neoglaziovia variegata*). O covo, o cofó, a linha de mão, o arpão, também conhecido por dardo ou batim, o arco e flecha e o mergo, foram petrechos de pesca utilizados nos anos anteriores a construção da barragem, aproximadamente 1971.

Caroá é uma planta tipicamente da caatinga que serve de alimento para muitos animais silvestres como o caititu, inúmeros pássaros e insetos da caatinga. Suas folhas foram bastante utilizadas pelos pescadores e agricultores para obtenção de fibras empregadas na confecção artesanal de cordas, barbantes e outros utensílios como é o caso das cordas e fios utilizados na maioria dos petrechos de pesca da época (NOBREGA, 2007). Por ser um material de origem vegetal de fácil deterioração e que há pelo menos 40 anos foi substituído pelos materiais sintéticos, nylon, etc, não foi possível encontrar exemplar.

A Foto 61 demonstra apetrechos e equipamentos utilizados na pesca no período de 1971.

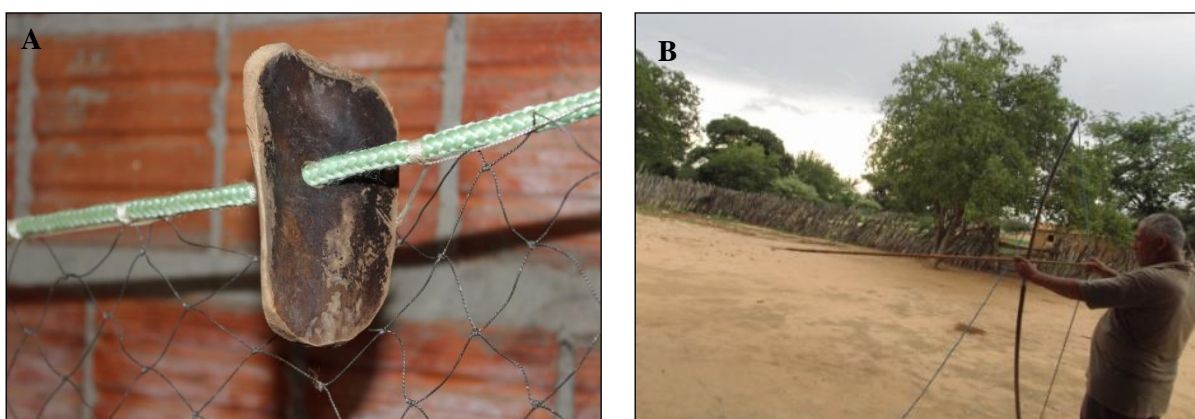


Foto 61: A – Boia vegetal moldada a partir do talo da Carnaúba localizada Xique Xique; e, B – Arco com flecha utilizada nas regiões das ilhas quando o rio cobre a vegetação rasteira, identificada na comunidade de Maravilha – Itaguaçu da Bahia. (Sérgio Albuquerque e Ana Paula).

Mesmo não tendo registrado em imagem a rede de caroá, a foto abaixo demonstra o peso ou, mais conhecido nos dias de hoje, chumbada da rede de caroá, construído de barro cozido, peça



exposta no Museu em Remanso.

Foto 62: Peso utilizado para tencionar a rede para baixo, deixando-a rente ao fundo do rio. Imagem utilizada para ilustrar, Peça do Museu em Remanso (Sérgio Albuquerque)

Foi identificado na pesquisa realizada que dentre os petrechos mais utilizados na época de 1971 estão: a rede de caroá, linha de mão, espinhel ou grosseira, tarrafa e arco e flecha.

A tarrafa não mudou praticamente nada, os materiais e o princípio de funcionamento permanecem os mesmos (Foto 63). Assim como a rede de caçea utilizada em locais com águas mais paradas, também chamado de croa.



Foto 63: Tarrafa localizada na comunidade de Maravilha - Itaguaçu da Bahia (Ana Paula).

A linha de mão continua a mesma utilizada em 1971, confeccionada com linha de nylon duro de espessura que varia com a espécie a ser capturada, comprimento que varia de acordo com a profundidade do local da pesca e anzol preso a extremidade da linha e que também tem relação com a espécie e tamanho que se pretende capturar (Foto 64).



Foto 64: Linha de mão identificada na Sede de Xique-Xique (Sérgio Albuquerque)

Não foi alterado o funcionamento do espinhel e sim os materiais utilizados na confecção, a linha principal passou de corda de caroá para multifilamento de nylon azul.

A rede de caçea nada mais é que uma rede de emalhe que trabalha à deriva, normalmente é colocada alguma sinalização para identificar para onde está sua direção.

Normalmente, as redes de emalhe tipo espera ou molho, possuem entre 80 e 300m de comprimento e malhas iguais ou superiores a 140mm entre nós opostos, nylon 30 monofilamento ou linha de seda multifilamento (seda), empregada durante o dia quando as

águas estão sujas e durante a noite quando as águas estão limpas. No entanto, segundo algumas lideranças locais, podem ser encontradas também redes que, emendadas umas nas outras, chegam a 2.000 - 3.000 metros de comprimento.

A Portaria nº 92, de 6 de novembro de 1995, estabelece normas para o exercício da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, proibindo, dentre outros, a utilização de qualquer aparelho de pesca cujo comprimento seja superior a 1/3 da largura do ambiente aquático. Com isto, a estratégia dos pescadores é de trabalhar com panos de 100 metros, normalmente, e emendar os panos no momento de instalar a rede no rio, transformando-as em redes bastante extensas.

Outras estratégias de pesca que ferem a legislação vigente são utilizadas na região entre Pilão Arcado e Barra, são elas as redes “encapadas”, possuem diversos panos que vão da malha 20 a 07 entalhadas no mesmo cabo. Segundo os pescadores entrevistados, este tipo de rede é mais utilizado de Pilão Arcado a Xique-Xique. Outra forma de pesca predatória é a rede de arrasto, identificada na sede de Xique-Xique, os pescadores denunciaram que este tipo de pesca é bastante utilizado nas lagos e croas.

Abaixo segue uma imagem do Calão, madeira em linha onde se amarra o cabo superior e inferior das mangas da rede de arrasto (Foto 65).



Foto 65: Madeira em linha chamada de Calão utilizada para arrastar as redes. Xique-Xique (Sérgio Albuquerque)

Abaixo é apresentado o Quadro 61 com os petrechos utilizados no período de 1982 a 2013 pelos pescadores no reservatório (sistema lântico).

Quadro 61 – Principais características dos petrechos utilizados pelos pescadores e espécies capturadas nos períodos de 1982 - 2013

Apetrecho	Característica
Tarrafa	Rede de forma cônica, confeccionada pelo próprio pescador, com malha de 25 mm, fio de nylon de 0,25, 0,30 e 0,35 mm de diâmetro. Os cabos usados para entralhar a rede possuem normalmente uma espessura de 2,5 mm, sendo de nylon ou seda. As redes são de comprimentos variáveis, podendo chegar a até 8 m, com a boca e a quantidade de chumbos usados variando de acordo com o seu tamanho. A maioria dos pescadores utiliza um tenso de aproximadamente 15 cm para formar o saco da rede, tendo como maiores capturas a Curimatã, Tilápia, Piau e Traíra.
Rede de espera, travessia ou molho.	Rede de emalhar possuem entre 80 e 300m de comprimento e malhas iguais ou superiores a 140mm entre nós opostos, nylon 30 monofilamento ou linha de seda multifilamento (seda) eram armadas no final da tarde e recolhidas no início da manhã, os peixes que mais se captura são os Dourados, Surubim, Mandí, Pescada, Piau, Piranha, Tilápia, Tambaqui, Curimatã e Pescada.
Espinhel ou groseira	Constituído de uma linha principal de multifilamento de nylon que trabalha no sentido horizontal, desta linha principal conecta-se diversas linhas secundárias, também de multifilamento, dispostas na perpendicular a linha principal. As linhas secundárias são separadas em 1,5m, na sua extremidade dar-se o nó nos estorvos e

	em seguida nos anzóis. Este aparelho é usado para captura de Piranha, Pacu, Dourado e Traíra.
Linha de mão e anzol	Linha de nylon de espessura que varia com a espécie a ser capturada, comprimento que varia de acordo com a profundidade do local da pesca e anzol que trabalha preso a extremidade da linha. As espécies mais capturadas são: Pescada, Piau, Piranha, Surubim, Tambaqui, Tilápia e Tucunaré.
Rede de emalhe tipo caceia	A rede de caceia nada mais é que uma rede de emalhe que trabalha a deriva, normalmente é colocada alguma sinalização para identificar para que direção está indo. Curimatã, Cari, Traíra, Dourado, Pirambeba, Surubim e Tilápia.
Rede de arrasto ou arrastão	Rede de arrasto, constituída de pano de malha fio multifilamento muito utilizada nas lagoas marginais e croas na captura de Surubim, Dourado, Mandi, Piau, Piranha, Piracari e Bodó.

Segundo o Censo Estrutural da Pesca, (BRASIL, 2006), os petrechos mais utilizados nos municípios de Barra, Xique Xique e Itaguaçu da Bahia são: espinhel, linha de mão, caceia, rede de cerco, travessia e tarrafa.

Um artigo publicado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em 2011, acrescenta a citação anterior, sobre os petrechos mais utilizados, o seguinte: covos, figos, carretilha e arpão.

Quando comparado os Quadros 03 e 04, pode ser observado que os petrechos, cofo, flecha e mergo, não são mais utilizados ou quase não são utilizados a partir de 1982.

O desuso do petrecho flecha está relacionado à proibição pela Portaria nº 92, de 6 de novembro de 1995, que estabelece normas para o exercício da pesca na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BRASIL, 1995). O covo quase não se usa, pela produtividade baixa de captura, o cofo também não, pois não há mais o cipó verdadeiro utilizado na sua construção. A rede de arrasto ou arrastão, de grande utilização nas lagoas e no rio antes do represamento, ainda é bastante utilizada na região mesmo com a proibição através da Portaria nº 92.

A referida Portaria IBAMA nº 92 de 06 de novembro de 1995 ainda trás outras restrições a petrechos de pesca, são elas: fiska, gancho e garateia; arpão; armadilhas tipo tapagem, pari, cercada ou quaisquer aparelhos fixos; aparelhos de mergulho; quaisquer outros aparelhos, ressalvado o disposto no artigo 3º da mesma Portaria.

Mesmo com a proibição da Portaria n° 92, segundo as famílias de pescadores entrevistadas, é grande o número de pescadores que utilizam a pesca com malha miúda, malhas menores que 140mm entre nós opostos e a pesca de arrasto nas croa.

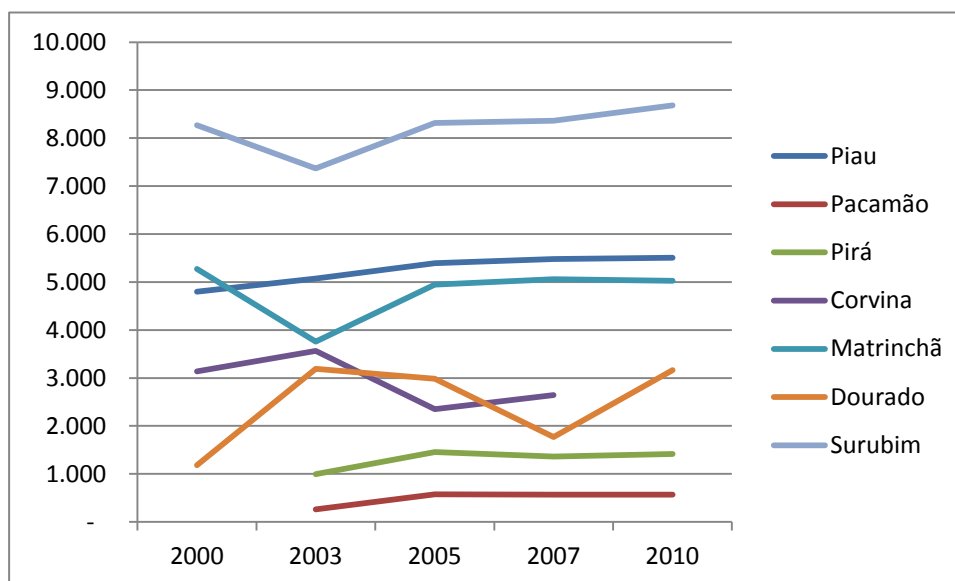
O Artigo 3° da mesma Portaria estabelece que os petrechos permitidos para utilização na pesca no trecho entre as cabeceiras do Rio São Francisco e a Barragem de Paulo Afonso são: rede de emalhar com malha igual ou superior a 140mm; tarrafa com malha igual ou superior a 80mm; tarrafa para captura de iscas com altura de até 2m (dois metros), exceto em lagoas marginais e corredeiras; e, linha de mão, caniço simples, molinete e espinhel.

3.4.13. Características da Produção Pesqueira

É observado, a partir dos Quadros 64 e 65, que algumas espécies não foram citadas nas capturas do período de 1982-2012, são elas: Pirá, Pacamão, Matrinchã, Corvina e Mandim Açú. Além destes resultados, oriundos dos questionários aplicados às famílias de pescadores, acrescentam-se às espécies relatadas em conversas estabelecidas com presidentes de colônia e alguns pescadores mais antigos, são elas: Surubim e Dourado com tamanho acima do permitido para captura, porque os pequenos ainda pescados, mesmo assim, em pequenas quantidades. É válido ressaltar que o fato de não haver citação nos questionários aplicados não significa que as espécies se extinguíram, apenas não foram citadas.

Realizando levantamento nos Boletins de Estatística Pesqueira do IBAMA no período de 2000 a 2010, este último publicado em 02 de março de 2012, observa-se que de forma geral há uma tendência ao equilíbrio nos dados obtidos, exceto para a Corvina que inclusive não é citada na estatística de 2010 (Gráfico - 1). O gráfico abaixo demonstra esta observação para o Brasil, não significando dizer que esta representação é a realidade para a Região do Médio Rio São Francisco.

Gráfico 1 – Evolução da captura de 7 espécies de peixes continentais no Brasil



Em consulta a bibliografias que trouxessem informações da pesca nos períodos anteriores à construção da Barragem de Sobradinho, foram identificadas por ALMEIDA (1970), citado por OLIVEIRA E SOUSA (2010) na década de 50, o total de 152 espécies de peixes nativos da bacia do São Francisco. Entre as espécies mais importantes foram destacadas: curimatã-pacu, dourado, surubim, matrinchã, mandi-amarelo, mandi-açu, pirá, piau-verdadeiro, pacamã, piau-branco, traíra, duas espécies de corvinas, piranha vermelha e piranha preta.

Já as espécies nativas da Bacia do São Francisco identificadas nesta pesquisa, através dos questionários aplicados, foram: curimatã, dourado, surubim, matrinchã, mandi, piau, traíra, piranha vermelha, cabói, corro preto, beba, caranha, camboje e curimatã. Entre as espécies exóticas e com origem em outras bacias hidrográficas, foram identificados respectivamente: tilápia, carpa, tambaqui e pacu, cujos vetores foram as pisciculturas instaladas na região; e, tucunaré e pescada introduzidos em Sobradinho pelo DNOCS no final da década de 70 (ALMEIDA, 1971, *apud*, OLIVEIRA E SOUSA, 2010).

Infelizmente não foi possível registrar imagens do pescado devido ao período de realização deste trabalho. Durante os meses de outubro e fevereiro é decretado o Defeso, período em que a pesca está proibida. Isto não significa que não foi observado, pelo contrário, em todos os três municípios haviam pescados frescos sendo comercializados ao ar livre na feira pública.

O Quadro 62 lista as espécies identificadas na pesquisa para os períodos de 1971 e 1982 – 2012.

Quadro 62: Lista de espécies de peixes que ocorreram durante a pesquisa a dados secundários e primários para os períodos de 1971 e 1982 – 2012

Período	Espécies	
	Nome Popular	Nome Científico
1971	Curimatã-pacu	<i>Prochilodus marggravii</i>
	Dourado	<i>Salminus brasiliensis</i>
	Surubim	<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>
	Matrinchã	<i>Brycon lundii</i>
	Mandi-amarelo	<i>Pimelodus maculatus</i>
	Mandi-açu	<i>Duopalatinus emarginatus</i>
	Pirá	<i>Conostome conirostris</i>
	Piau-verdadeiro	<i>Leporinus elongatus</i>
	Pacamão	<i>Lophiosilurus alexandri</i>
	Piau-branco	<i>Schizodon knerii</i>
	Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>
	Corvina	<i>Pachyurus francisci</i>
	Corvina	<i>P. squamipinnis</i>
	Piranha-vermelha	<i>Pygocentrus nattereri</i>
	Piranha-preta	<i>Serrasalmus piraya</i>
Camboje		
1982 - 2012	Curimatã-pacu	<i>Prochilodus marggravii</i>
	Dourado	<i>Salminus brasiliensis</i>
	Surubim	<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>
	Matrinchã	<i>Brycon lundii</i>

	Mandi-amarelo	<i>Pimelodus maculatus</i>
	Piau-branco	<i>Schizodon knerii</i>
	Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>
	Piau-verdadeiro	<i>Leporinus elongatus</i>
	Piranha-vermelha	<i>Pygocentrus nattereri</i>
	Cabói	Não identificado
	Corró preto	Não identificado
	Cascudo	<i>Hypostomus spp.</i>
	Tucunaré	<i>Cichla spp</i>
	Pescada	<i>Plagioscion sp</i>
	Tilápia	<i>Oreochromis spp.</i>
	Carpa	<i>Cyprinus carpio</i>
	Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>
	Pacu	<i>Piaractus mesopotamicus</i>

Em conversa com os presidentes das Colônias de Pescadores dos municípios de Barra e Xique-Xique, ambos relataram que a produção pesqueira per capita na época de 1971 era significativa, no entanto não existia como conservar inviabilizando a estocagem. Não foi possível mensurar a produção da época devido à falta de informações secundárias e, no caso das informações primárias, não foi obtido registro.

De qualquer forma, devido à ausência de energia na época, imagina-se que a produção de pescado era pequena, pois a única forma de conservação do pescado era a salga, que conservava o pescado durante 15 a 20 dias apenas.

Com o acesso a energia estas limitantes acabaram, o pescador começou a estocar pescado, conseqüentemente, segundo os pescadores, a produção aumentou significativamente, mas depois foi diminuindo a cada ano.

A construção de Três Marias no final dos anos 50 e a construção do Reservatório de Sobradinho na década de 70, estimularam a ocupação humana na região; mudaram o perfil da agricultura; alteraram os regimes de vazão, impedindo a migração dos peixes reofílicos, não mais enchendo as lagoas marginais com a mesma frequência, locais de reprodução e desova de diversas espécies de peixes.

A pesca praticada nas lagoas era bastante comum na época da vazante, o proprietário mandava fechar o local por onde a água entrou, aguardava o rio iniciar o processo de vazante, secando também a lagoa, antes do completo esvaziamento o proprietário chamava os pescadores para coletar os peixes, em seguida este pescado era salgado e então repartido de meia¹³ com os pescadores.

Segundo o Chefe da Unidade da CODEVASF de Xique-Xique, Sr. Charles Fabiano, estima que existam nesta região entre Pilão Arcado e Barra mais de 400 lagoas, entre elas se destaca Itaparica, inclusive é uma Unidade de Conservação. O mesmo relata também que, especificamente os territórios que envolvem os municípios de Xique-Xique, Barra, Morpará, Muquém de São Francisco e Ibotirama, possuem ambientes ainda preservados podendo ser considerados “berçários” naturais porque proporcionam ambientes confortáveis para a reprodução e manutenção dos alevinos.

Neste sentido, o Sr. Dorinaldo Clemente e Sr. Manuel dos Santos, ambos pescadores, mais também presidente e tesoureiro, respectivamente, da Cooperativa dos Pescadores e Piscicultores de Xique-Xique, afirmaram que “... há 4 anos estivemos na localidade conhecida como Sambaíba e Ventura no Município de Barra, e lá tem uma ressaca¹⁴ onde encontramos muitos surubins grandes comendo, isso me deixou muito feliz, o local era difícil de pescar porque tinha muitas árvores, troncos caídos e capins...”

¹³ Processo de pagamento por serviço, muito comum na área rural e da pesca, significa que a metade do que foi produzido é repartido ao meio em duas partes iguais, sendo metade para o proprietário do meio de produção e a outra metade para o trabalhador.

¹⁴ Refluxo de uma vaga, lugar calmo, braço do rio que a água não corre.

Neste território formado por Barra, Xique Xique e Itaguaçu da Bahia também foi relatado pelos pescadores que a construção da barragem inundou algumas áreas de ilhas onde se encontrava as plantações dos ribeirinhos e suas criações. Diferente dos Territórios 1 e 2 o Território 3 foi muito pouco inundado, poucas comunidades tiveram que sair de seus locais, comparado aos demais Territórios. As enchentes existentes neste Território estão mais ligadas aos regimes de chuva do que da influência do reservatório. Há muitas áreas agricultáveis nesta região, ainda podem ser encontradas as florestas de carnaúba (Foto 66), que é um indicativo de terras úmidas, a CODEVASF, por exemplo, implantou nesta micro região um dos maiores projetos de irrigação, o Baixio de Irecê, terra fértil e com bastante água disponível, que na verdade, apesar do nome, está localizado em território do Município de Xique-Xique.



Foto 66: No primeiro plano os Carnaubais, Floresta de Carnaúba, localizada entre Xique-Xique e Barra; ao fundo a Lagoa de Itaparica (Sérgio Albuquerque).

Outro fato relevante relatado pelos pescadores de Itaguaçu da Bahia, que afeta diretamente a pesca das comunidades ribeirinhas do Rio Verde, um dos principais afluentes do Rio São Francisco, são as barragens construídas por fazendeiros, na sua grande maioria irregular. Segundo a população local, relatos obtidos durante a oficina em Itaguaçu da Bahia, o desvio de

água do Rio Verde através das barragens é tanto que, durante boa parte do ano na desembocadura do rio, encontro com o Rio São Francisco, não há água.

Para esta região migraram muitas famílias de Pilão Arcado, Sento Sé e Remanso, como consequência, uma maior pressão sobre o estoque pesqueiro. Hoje, os municípios de Xique Xique junto com Pilão Arcado são os maiores receptores de pescado do Rio São Francisco.

Abaixo, é ilustrada com um imagem de um fotografia cedida pelo frigorífico Comércio de Pescado São Francisco, a abundância de peixe que tanto se referem os pescadores (Foto 67).



Foto 67: Fotografia cedida pelo frigorífico Comércio de Pescado São Francisco, a foto A demonstra um surubim de aproximadamente 70kg e a foto B a abundância de surubins de tamanho comercial (– Rogério Cavalcante).

São por estas e outras razões, tratadas em seguida por este documento, que a produção pesqueira vem sofrendo declínio nas últimas décadas, as fontes oficiais de estatística pesqueira, dados da Sudepe/Codevasf, citado por Godinho e Godinho, 2003, relatam que no ano de 1980 só no reservatório de Sobradinho foram produzidos aproximadamente 13.250 t.. Já o resultado

da estatística pesqueira continental para o ano de 2010 em todo o Estado da Bahia foi de 17.669,9 t. (BRASIL, 2012). Os dados apresentados acima geram certa preocupação, isto porque, apesar dos objetos analisados não serem os mesmos, a informação obtida para o ano de 2010 é de todo o estado da Bahia, que teoricamente contempla a produção do Reservatório de Sobradinho.

Considerando que, na produção de 2010, 17.669,9 t., esteja contemplado hipoteticamente a produção do Lago de Sobradinho de 1980, 13.250 t, a diferença seria de 4.419 t., que pela lógica, deveria ser a produção de todas outras Bacias Hidrográficas do estado da Bahia. É sensato destacar, que na falta da informação da produção pesqueira no ano de 2010 para o Reservatório de Sobradinho, a cautela seja a melhor situação a ser considerada. Desta forma, como é muito improvável que no ano de 2010 toda produção do estado da Bahia, com exceção do Reservatório de Sobradinho, foi de apenas 4.419 t., será considerado neste estudo que a produção de peixes no ano de 2010 no reservatório de Sobradinho foi bastante inferior à identificada no ano de 1980, isso quer dizer, muito menor que 13.250t.

O resultado da pesquisa indica uma queda na produção semanal per capita de pescado da ordem de 70%, quando comparado os períodos de 1982 e 2013.

Analisando um período mais longo, 20 anos, conforme o que foi identificado nas fontes secundárias de informação, apresenta-se um quadro de queda na produção do pescado. No entanto, segundo os Boletins Estatísticos da Pesca e Aquicultura, hoje atribuição do Ministério da Pesca e Aquicultura, no Estado da Bahia como um todo, a produção pesqueira em águas continentais tem crescido lentamente. Os dados de 2001 a 2005 registram um aumento médio de 6,5% ao ano e de 2006 a 2010 esta produção começa a cair numa proporção de aproximadamente 2% ao ano, tendo um acréscimo ao final do período de 10 anos na ordem de 4,5% ao ano.

Infelizmente os dados oficiais estatísticos não nos fornece informação segura quanto a produção pesqueira, pela forma da coleta de informação e pela disponibilidade da mesma, à exemplo, o ultimo Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura foi publicado em Março de 2012 e as informações são referentes a 2010. De qualquer forma é o que se possui de informação válida.

Estes dados oficiais cruzados com as informações de migração das famílias para o setor da pesca validam os relatos das famílias de pescadores e seus representantes legais, colônias e associações, que apontam queda na produção pesqueira. O importante é diferenciar a queda na produção do reservatório como um todo, da queda na produção per capita, as razões tem origem comuns mais também individuais, desta forma que, as soluções devem ser tratadas no âmbito comum, mas também individualizadas.

A pesquisa realizada junto à população dos três municípios objeto do trabalho indica que a Curimatã é o principal peixe capturado, seguido pela Piranha, Tucunaré, Pescada, Mandim, Cascudo, Tambaqui e Corró preto; e por fim são citados o Piau, Dourado e Surubim.

A quantidade diária de peixes capturada variou muito. Entretanto, muito raramente ultrapassou 14 kg/dia, sendo mais comum a produção de 3 a 5 kg/dia. Claro que a produção de peixes segue o regime do rio, época de maior e menor produção. Segundo informações, o melhor período para a pesca é antes da Piracema, agosto, setembro e outubro, porque o defeso inicia no final do mês de outubro, e logo após a piracema, entre março e maio.

Sobre o período de defeso, diversos pescadores relataram a existência de espécies em período de reprodução e até com filhotes (alevinos) antes do período de defeso, julho, agosto, como por exemplo: o surubim e o dourado. A curimatã, que também é outra espécie bastante cobiçada, segundo os pescadores, se reproduz durante o período do defeso.

Durante os trabalhos de pesquisa, foi questionado aos pescadores qual o destino dado à produção de pescado, quer dizer, qual percentual era/é destinado ao consumo da família, quanto à comercialização e quanto à troca. Como resultado tem-se que: em 1971 aproximadamente 60% do pescado capturado pelo pescador era destinado ao consumo da família, 40% levava para as feiras ou entregava à atravessadores, parte destes 40% era trocado por outros produtos que não se produzia na roça; em 1982 o pescador passa a consumir na família aproximadamente 21% e os 79% restantes são destinados a comercialização, não foi mais identificado nesta época a prática do escambo; e, em 2012 o pescado para a família representa apenas 18%, sendo 82% entregue totalmente para os atravessadores.

Para obtenção do pescado, os pescadores se submetem a esforços que podem durar uma noite como também dias. Como resultado várias formas de jornadas de pesca foram identificadas, por exemplo: os pescadores que passam a semana pescando acampados, ou melhor, arranchados no barco, nas ilhas ou nas lagoas, retornando para casa no final de semana; também foram identificados os pescadores que saem e retornam diariamente; e, os que armam redes para a pesca a noite, passando toda a noite de vigia. Para as pescarias realizadas distante da casa do pescador, onde é necessário arranchar próximo ao pesqueiro, o acesso à terra tem sido objeto de conflitos com fazendeiros, inclusive havendo vários tipos de violência contra os pescadores.

3.4.14. Características das Embarcações

Através das informações obtidas nas entrevistas com os pescadores mais antigos e lideranças, se chegou aos tipos de embarcações predominantes na época anterior à construção do reservatório, bem como as embarcações utilizadas nos dias de hoje.

3.4.15. Resultados da Pesquisa Referente a Características das Embarcações

Para o período anterior a construção da barragem, foi identificada a existência de canoa a remo, também chamada de canoa baiana, canoa a pano e barcos motorizados, caso restrito ao transporte de passageiro, movidos a vapor, saía de Juazeiro – BA ou Petrolina – PE em direção a Pirapora – MG.

Grandes partes destas canoas utilizavam um só remo. Os barcos maiores eram construídos tendo como estrutura principal de suporte das tábuas a caverna, peça de madeira em formato de arco onde eram fixadas as tábuas. A madeira utilizada nesta época era o Jatobá (*Hymenaea coubaril*).

Com a chegada da energia, a automação chegou às mãos dos carpinteiros, o Jatobá já não mais existia, as canoas e barcos começaram a ser construídos com madeira de Piquiá (*Caryocar villosum*) (Foto 68).



Foto 68: Canoa produzida em Xique-Xique com madeira de Piquiá (Rogério Cavalcante)

A partir do ano 1982, segundo as informações obtidas nos questionários, as canoas de madeira a remo, chamadas de regata, representavam quase o total dos barcos utilizados pelos pescadores, porém, eram também encontradas canoas de madeira a motor, também chamadas de barco baiano, que podiam ser de popa, chamada de rabeta, movida a gasolina, ou de centro, movido a óleo diesel.

O Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (1989), descreve que estes barcos possuem diversas formas e dimensões que estão relacionadas à autonomia e a influência de pescadores provenientes de vários lugares. As canoas de dois bicos (regata) são as mais encontradas devido à sua melhor adaptação as condições do rio São Francisco e a pesca com rede de espera. Já os barcos a motor são da época pós-barragem de Sobradinho, servem tanto à pesca, como a passageiros e como também a transporte de mercadorias.

Através das observações realizadas nos principais Portos de Xique Xique e Barra, Itaguaçu não foi contemplado porque a sede do município fica distante em aproximadamente 100 km do rio, foram identificados basicamente três tipos de embarcação: regata, comprimento variando de 5 a 7m, movidas a remo; canoas de madeira, medindo entre 8 e 11m de comprimento, com motores de centro a diesel ou motor rabeta; e, os barcos com motor de centro a diesel, servindo como apoio para o gelo, rancho, etc, mais também para transporte de passageiros e mercadorias (Fotos 69 e 70).



Foto 69: A – Canoa motorizada localizada no Porto do Cais de Xique Xique, pode ser identificada na popa local de encaixe para o motor rabeta; B – Regata a remo localizada em Barra (Sérgio Albuquerque)



Foto 70: Barco localizado em Barra, utilizado para o apoio a pesca como gelo, rancho, etc.; transporte de passageiros; e, mercadorias. (Sérgio Albuquerque)

Geralmente os pescadores utilizam na mesma canoa o motor de rabeta, para o deslocamento até o ponto de pesca e o remo, quando vão lançar e recolher a rede de emalhar.

O Censo Estrutural da Pesca (BRASIL.2006) descreve a canoa a remo como a embarcação mais numerosa nos municípios de Barra, Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia.

Os locais de construção e manutenção destas embarcações também foram abordadas neste trabalho, no entanto apenas em Xique-Xique foi identificado um carpinteiro. Também em Xique-Xique foi identificado um pescador fazendo a manutenção do seu próprio barco, tarefa comum entre os pescadores da região (Foto 71). Para o Território 3 não foi identificado nos

dados secundários pesquisados resultados relacionados a este tema, no entanto, até pela estreita relação destas comunidades com o rio, considera-se que existam bem mais carpinteiros e calafates¹⁵ nas comunidades do que foi observado.



Foto 71: Canoa a remo (regata) recebendo manutenção do seu proprietário. (Sérgio Albuquerque)

Ainda foi encontrado em Xique-Xique e Barra, barcos de ferro, utilizados para o transporte de passageiro e mercadorias, mas também serve a pesca (Foto 72). Na sua grande maioria estes barcos são fabricados com chapas de ferro, seu preço é mais em conta, sua manutenção é bem mais simples e barata, além do ferro ser um material mais duradouro.

As fotos abaixo registram as embarcações identificadas para os dois municípios pesquisados.

¹⁵ Profissional encarregado de fechar as fendas existentes entre as tábuas que compõe o barco



Foto 72: Barco construído em ferro localizado em Barra (Ana Paula)

Nas pesquisas relacionadas à propriedade dos meios de produção como petrechos e barcos, foi questionado aos pescadores se os petrechos e embarcações nos períodos de 1971, 1982 e 2012, eram/são próprios, arrendados ou emprestados. Foi identificado que em 1971 os petrechos utilizados eram 100% de propriedade do pescador. Esta realidade se modifica quando a figura do atravessador ganha mais espaço no mercado da pesca, o recorte realizado para 1982 apresenta que 25% dos petrechos utilizados pelo pescador são de origem arrendada, em 2012 esta representação cai para 15%.

Já no caso das embarcações foram encontradas as seguintes situações: em 1971 segundo os relatos dos entrevistados, 100% das embarcações eram de propriedade do pescador; em 1982, este percentual diminui para 60,5%; e, em 2012 passa a ser de 57%, a diferença para os 100%, em ambos os casos, são de embarcações arrendadas pelos atravessadores.

Diversas relações são estabelecidas entre o atravessador e o pescador quando o barco é arrendado ou “emprestado”. O atravessador detém os meios de produção e financia a pesca, viabilizando os vales¹⁶ ao pescador, amarrando o preço da produção e a entrega a ele. O atravessador se utiliza deste procedimento para manter o pescador produzindo para ele, se a produção for boa ele paga o empréstimo e ainda ganha, se não for, fica devendo. Na situação de devedor, o pescador fica sem poder de barganha para negociar sua pescaria, favorecendo o atravessador.

¹⁶ Recurso tomado adiantado pelo pescador para providenciar alimentação para a viagem e para a casa.

O Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (1989), descreve a mesma realidade considerando todo o Vale do São Francisco. Na grande maioria a situação encontrada em 1989 era a seguinte: os donos de barco forneciam os petrechos e a alimentação para os pescadores irem pescar e estabeleciam os preços a ser repassado para ele.

Quando nos referimos à quantidade e tipos de embarcações identificadas na pesquisa, o quadro abaixo demonstra o número de regatas, canoas movidas a remo e a motor, além de Barcos de Pesca identificados no Censo Estrutural da Pesca, 2006, para os municípios de Barra, Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia.

Quadro 63 - Frota Pesqueira por município e forma de propulsão nos Município de Barra, Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia, Estado da Bahia (BRASIL, 2006)

Município	Canoa		Regata	Barco de Pesca
	Remo	Motor		
Barra	911	58	3	1
Xique Xique	1876	182	256	1
Itaguaçu da Bahia	4			

3.4.16. Comercialização e Mercado

O comércio de pescado é uma das atividades mais antigas no mundo, para ser bem sucedido neste mercado é preciso ter bastante conhecimento dos meandros que compõem este negócio.

3.4.17. Resultados da Pesquisa Referente à Comercialização e Mercado

A prática de comercialização do pescado nos municípios de Xique Xique e Barra antes da construção do reservatório de Sobradinho significava uma das principais fontes de renda e alimentação. Itaguaçu da Bahia não é citada porque nesta época sua sede era distrito de Xique Xique.

A economia das comunidades ribeirinhas, principalmente as localizadas distante dos centros urbanos, era regida basicamente pela subsistência e pelo escambo.

O pescado era uma das principais fontes de proteína das comunidades ribeirinhas, como não havia energia o pescado era conservado seco salgado. Para este processo de conservação o peixe era colocado espalmado¹⁷ e empilhado em um tanque pequeno construído de cimento. A ele era adicionado o sal que ficava agindo no peixe durante um período de aproximadamente 24 h, a depender da espessura da “banda” do peixe depois de espalmado. Em seguida os peixes eram estendidos em girais¹⁸ e expostos ao sol para secar. O período de exposição geralmente era de 3 a 5 horas, variando em função das condições climáticas (BARBOSA, *et all*, 2007, p. 47).

“O processo de salga aumenta o poder de conservação do pescado, havendo inibição da atividade enzimática, tanto de enzimas próprias do pescado como de bactérias. Há ainda uma redução no desenvolvimento de micro-organismos aeróbicos, em face da diminuição da solubilidade do oxigênio na salmoura, ou pela desinfecção direta do produto com íons Cl⁻. Porém, o princípio de conservação consiste na retirada de umidade tissular, paralelamente à entrada de sal”.

Diante destas condições de infraestrutura não se estocava peixe durante muito tempo, a salga conservava o pescado durante aproximadamente 15 a 20 dias. Esta era a principal forma de apresentação do pescado à época antes da construção da Barragem de Sobradinho.

A figura do atravessador nesta época já existia, porém em pequeno número. O pescado era comercializado principalmente pelos próprios pescadores nas feiras de Juazeiro e Xique Xique, também ocorria a troca direta por outros produtos como açúcar, café, etc, produtos que não se produzia na roça.

¹⁷ Corte ventral realizado transversalmente no sentido da região abdominal até a nadadeira caudal, o peixe é aberto ao meio.

¹⁸ Espécie de mesa, construída com varas de madeira, possuindo pequenos espaços entre elas para facilitando o escoamento da água dos peixes e evitando que estes caiam no chão.

Com a construção da barragem de Sobradinho a situação mudou, claro que o mercado de peixe não tem relação direta com a construção do reservatório, mais sim indireta, toda consequência da sua construção, como as espécies produzidas, os investimentos atraídos pelo acesso à água, o aumento da população, a infraestrutura de estradas, etc, foram fatos diretamente relacionados à construção da barragem. Estes fatos sim tiveram e ainda tem relação direta com o mercado de compra e venda do pescado de uma forma geral. Uma das principais mudanças foi a dominação do mercado pelo atravessador, figura que possui uma estrutura financeira diferenciada, conhecimento do mercado, trabalha na perspectiva do financiamento da pesca, amarrando a produção e o pescador a ele.

Por volta do ano de 1982, na tentativa de ordenamento da pesca na Bacia do Rio São Francisco, mais precisamente no reservatório de Sobradinho, foi construído no município de Xique Xique o Terminal Pesqueiro, um iniciativa do Governo do Estado da Bahia, sob a coordenação da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, ligada a Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional do Estado – SEDIR. Esta iniciativa não se limitou apenas ao município de Xique Xique, foram construídos mais dois terminais, um no município de Sobradinho e outro em Remanso, ambos tratados nos relatórios anteriores.

A partir do ano de 1988, a gestão dos Terminais Pesqueiros passou para a Bahia Pesca, empresa vinculada a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia – SEAGRI.

O Terminal Pesqueiro de Xique Xique, segundo a responsável pela unidade, nos dias de hoje, não está prestando nenhum tipo de serviço aos pescadores. Há algum tempo atrás ainda fornecia gelo.

Segundo a PLANVASF, 1989, de uma forma geral, no Vale do São Francisco, o sistema de comercialização do pescado praticado na região era ineficiente no que diz respeito à higiene, manipulação, transporte, conservação e processamento do produto, incidindo negativamente na renda do pescador.

Na grande maioria dos casos a comercialização tem início no desembarque, quando surgiu o primeiro atravessador, que segundo o mesmo Programa, pode ser dono de uma embarcação, caminhão ou frigorífico. Esta produção pode ser vendida a outro atravessador que transporta

para os centros consumidores como o interior da Bahia, Maranhão, Ceará, Alagoas, Pernambuco e Minas Gerais.

Segundo a pesquisa realizada, os mercados locais em 1982, dependendo do tamanho, eram abastecidos pelo pescador, mais também por intermediários e pequenos frigoríficos. Os produtos mais comercializados eram o pescado fresco e congelado.

Para o ano de 2012, o atravessador ganha mais força e aparece, quase que em 100% das citações, como o principal cliente dos pescadores. Já os atravessadores têm como cliente, outros atravessadores, mercados públicos, grandes centros consumidores dos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e interior da Bahia, e também frigoríficos locais, não diferenciando muito da situação encontrada em 1982.

Já os frigoríficos locais, que para este território só foi identificado em Xique Xique, comercializam diretamente com feirantes de Sergipe e com distribuidores de Minas Gerais.

De uma maneira geral, o pescado é comercializado fresco e resfriado. Em poucos casos, foi identificado o pescado congelado. Este, geralmente é comercializado quando há uma grande produção, por exemplo, Curimatã na época das águas sujas, a produção é tão grande que o preço diminui significativamente, desta forma os comerciantes preferem estocar até diminuir a produção e melhorar os preços.

Segundo OLIVEIRA, 2010, em pesquisa realizada nos municípios de Pilão Arcado, Xique Xique e Sento Sé, apenas 14% dos pescadores vendem sua produção diretamente ao consumidor através das feiras livres e mercados públicos.

A pesquisa identificou locais de comercialização do pescado localizados em Barra Sede, em Itaguaçu da Bahia Sede, mais principalmente em Xique Xique. Neste podem ser encontrados pontos de comercialização, segundo a Colônia de Pescadores de Xique Xique Z37, na Sede, Marreca Velha, Pedrinhas, Vicente e Mato Grosso (Quadro 64).

Quadro 64: Pontos de comercialização do pescado em Barra, Xique Xique e Itaguaçu da Bahia, segundo entrevistas com comerciantes locais

Município	Localidade	Estrutura de Comercialização	Quantidade
-----------	------------	------------------------------	------------

Barra	Sede	Box de Peixe no Mercado Público	4
		Lonas de peixe no chão da feira próxima ao Mercado Público	6
Xique Xique	Sede	Box de Peixe no Mercado Público	6
		Bancadas de peixe no CEASA	8
		Frigoríficos	4
		Peixarias	5
	Marreca	Pontos de recepção do pescado	3
	Vicente	Pontos de recepção do pescado	1
	Mato Grosso	Pontos de recepção do pescado	1
Pedrinhas	Pontos de recepção do pescado	1	

Vale destacar, que devido ao período de defeso as informações coletadas não foram obtidas diretamente com o proprietário destas estruturas de comercialização. Com exceção das empresas frigoríficas que estavam funcionando porque trabalham com pescado de outros países, as demais estruturas estavam fechadas ou negociando pescado seco salgado. Haviam algumas estruturas, como as lonas estendidas no chão, que negociavam peixes, mais fomos orientados por pessoas locais a não registrar imagens e nem questionar os comerciantes por questão de segurança.

Abaixo são imagens de alguns pontos de comercialização que se registrou durante a pesquisa (Foto 73).





Foto 73: A – Banca de peixe seco salgado na CEASA, Xique Xique; B – Mercado Público de Barra; C – Frigorífico em Xique Xique; e, D – Mercado Público de Xique Xique (Sérgio Albuquerque, Ana Paula e Rogério Cavalcante).

3.4.18. Política Pública

As pesquisas realizadas para este subtema que trata da Pesca em seu aspecto jurídico não identificou nenhuma nova lei para os Municípios Barra, Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia. Desta forma não será apresentado nenhum resultado para este tópico, tornar-se-á redundante expor a legislação Federal e Estadual já contemplada no relatório do Território 1.

3.4.19. Infraestrutura de Conservação, Beneficiamento e Transporte

Foram identificados nos municípios de Barra, Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia através dos questionários aplicados, diversas infraestruturas e formas de conservação, beneficiamento e transporte do pescado, nem todos os estabelecimentos foram pesquisados, pois estavam fechados devido ao período de defeso. Os questionários foram aplicados apenas junto aos representantes do Terminal Pesqueiro, 2 frigoríficos e 3 fábricas de gelo.

3.4.20. Resultados da Pesquisa Referente à Infraestrutura de Conservação, Beneficiamento e Transporte.

O Quadro 65 abaixo apresenta por município uma breve descrição de cada uma das estruturas identificadas de apoio à pesca.

Quadro 65: Infraestruturas de conservação, beneficiamento e transporte existentes em funcionamento na Sede dos municípios de Barra, Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia e nas comunidades dos respectivos municípios.

Município	Local / Comunidade	Fonte de Informação	Identificação	Nº	Área de Atuação	Característica Geral da Infraestrutura
Barra	Sede	Primária	Box em Mercado Público	4	Municipal	Box alugado pela prefeitura no Mercado Público ao peixeiro, local insalubre, conservação do pescado em isopores com gelo.
		Primária	Fábrica de gelo em escamas	1	Municipal	Produção de gelo em escamas, produção de 10t/dia.
	Amarracouro	*Secundária	Câmara fria	1	Municipal	Capacidade de estocagem de 5t
Xique Xique	Sede	Primária	Box em Mercado Público	6	Municipal	Box alugado pela prefeitura no Mercado Público ao peixeiro, conservação do pescado em isopores com gelo e freezers.
		Primária	Baú térmico	2	Nacional	Galpões cobertos com baús térmicos, basquetas para transporte e balança. Capacidade de 3t.
		Primária	Câmara fria	7	Nacional	Capacidade de estocagem de média de 80 toneladas, diversas basquetas, isopores e balança.
		Primária	Terminal Pesqueiro	1	Regional	Várias são as estruturas existentes, porém nada funciona.
		Primária	Fábrica de Gelo	2	Micro	Produção de 18t/dia

					Região	
		Primária	Peixaria	5	Municipal	Conservação do pescado em isopores com gelo e freezers.
		Primária	Beneficiamento	1	Regional	Salga de peixe
	Marreca Velha	*Secundária	Ponto de recepção do pescado	3	Regional	Estruturas montadas em pequenas salas, possuem freezers, basquetas e isopores.
	Vicente	*Secundária	Pontos de recepção do pescado	1	Regional	Estruturas montadas em pequenas salas, possuem freezers, basquetas e isopores.
	Mato Grosso	*Secundária	Pontos de recepção do pescado	1	Regional	Estruturas montadas em pequenas salas, possuem freezers, basquetas e isopores.
	Pedrinhas	*Secundária	Pontos de recepção do pescado	1	Regional	Estruturas montadas em pequenas salas, possuem freezers, basquetas e isopores.
	Porto da Palha	*Secundária	Fábrica de Gelo	2	Micro Região	Produção de 6t/dia
		*Secundária	Câmara fria	3	Micro Região	Produção de 60t
		*Secundária	Câmara de resfriamento	1	Micro Região	Produção de 6t
Itaguaçu da Bahia	Sede	Primária	Box em Mercado Público	2	Municipal	Box alugado pela prefeitura no Mercado Público ao peixeiro, local insalubre, conservação do pescado em isopores com gelo.

*Censo Estrutural da Pesca, 2006

A pesquisa realizada no âmbito do trabalho “Identificação, Caracterização e Avaliação do Modo de Vida das Comunidades Pesqueiras Reassentadas Motivadas pela Implantação da UHE Sobradinho”, além do levantamento *in loco*, identificou através das informações secundária a

existência de infraestruturas de conservação, beneficiamento e transporte existentes na sede dos municípios e também nas comunidades.

Na sede do município de Barra foi identificado apenas a estrutura do Mercado Público e uma fábrica de gelo da Cooperativa Barra Pescado, uma unidade de beneficiamento de peixes de cativeiro que também produz gelo. Através de pesquisa a fontes secundárias, foi identificado também em Barra, na comunidade de Amarracouro, 1 câmara fria com capacidade de estocar 5 toneladas de pescado.

Em Xique-Xique é onde está concentrada grande parte da infraestrutura de apoio à pesca, na sede do município foi identificados boxes de peixe no Mercado Público, câmara de resfriamento, câmara fria, terminal pesqueiro, peixaria e beneficiamento realizando salga.

Através da consulta a informações secundárias, foi identificado que nas comunidades de Marreca Velha, Vicente, Mato Grosso, Pedrinhas e Porto da Palha, existem pontos de recepção do pescado, câmara fria, câmara de resfriamento e fábrica de gelo (Foto 74).



Foto 74: A – Câmara de resfriamento e câmara fria, Frigorífico Ribeiro em Xique-Xique; e, B – Corredor de acesso a câmaras frias da empresa Comércio de Pescado São Francisco em Xique-Xique (Rogério Cavalcante)

O Terminal Pesqueiro de Xique-Xique possui potencial para trabalhar no apoio a pesca dos municípios da circunvizinhança, mas infelizmente está sucateado, nada funciona, apenas o escritório da Bahia Pesca, hoje é a instituição responsável pela administração do Terminal (Foto 75).



Foto 75: Terminal Pesqueira de Xique-Xique (Sérgio Albuquerque)

As fábricas de gelo são estruturas essenciais na cadeia produtiva do pescado, o gelo é utilizado para a conservação, melhorando a qualidade / sanidade do pescado ofertado. Em Xique-Xique e em Barra, segundo os pescadores entrevistados, este elo da cadeia é dominado pelos donos dos frigoríficos, com exceção de Barra.

Outra forma de conservação do pescado, fato não identificado visualmente nos Territórios 1 e 2 deste trabalho, e que foi identificado em Xique-Xique, é o processo de salga de peixe. Nesta época a salga é realizada com espécies de peixes oriundos da Argentina e Foz do Iguaçu, segundo o proprietário de um dos frigoríficos. A foto do ambiente foi registrada mais nenhuma das pessoas que estavam trabalhando quisera prestar informações. A foto foi registrada de um ponto distante, apenas é possível detectar o amontoado de peixes no chão do galpão, diversas caixas de papelão vazias empilhadas na rua e um ambiente totalmente insalubre (Foto 76).



Foto 76: Ponto de beneficiamento de salga do pescado em Xique-Xique (Sérgio Albuquerque)

Este peixe que está sendo salgado é o mesmo pescado comercializado na banca do CEASA, demonstrado na Foto 73 A.

Segundo depoimento da comunidade local, as estruturas de apoio à comercialização do pescado existentes nas comunidades e algumas na sede dos municípios são construídas em alvenaria, atualmente precária, possuem energia e água encanada mais não possuem tratamento dos resíduos que são gerados. Estas informações não foram constatadas porque os estabelecimentos estavam fechados devido ao período de defeso. Internamente, na sua grande maioria, segundo também informações, são dotadas de freezers, balança e basquetas para o transporte do pescado, as mais estruturadas possuem câmara fria e até mesmo fábrica de gelo, como pode ser observado no Quadro 65.

Já os frigoríficos identificados nas sedes dos municípios de Xique Xique e Barra possuem estruturas bem montadas, como é o exemplo do frigorífico Comércio de Pescado São Francisco, Frigorífico Ribeiro e Cooperativa Barra Pescado (Foto 77).



Foto 77: A - Câmara fria; e, B – Motores e condensador identificados nos frigoríficos de Xique-Xique (Rogério Cavalcante)

Não diferente do que foi identificado nos demais municípios, objeto deste diagnóstico, a distribuição de gelo nas comunidades que não possuem estrutura é realizada por barcos, que levam o gelo até elas. A Foto 78 demonstra este tipo de transporte, um barco motorizado que possui maior autonomia de deslocamento e capacidade de carga, leva o gelo para abastecer as regatas que ficam arranchadas pelas ilhas no rio.



Foto 78: Embarcação do município de Barra, utilizada para apoio aos pescadores arranchados nas ilhas, (Ana Paula)

Foram identificados no item que trata da Comercialização e Mercado, segundo depoimento dos proprietários dos frigoríficos, diversas formas de transporte do pescado. Os mais estruturados como os frigoríficos, utilizam caminhão refrigerado, os menos providos de estrutura possuem caminhonetes com isopores ou lonas com gelo, etc, (Foto 79).



Foto 79: Caminhão refrigerado do frigorífico Comércio de Pescado São Francisco (Rogério Cavalcante).

Itaguaçu da Bahia é o município mais desprovido de infraestrutura de apoio à pesca, o fato tem relação direta com a importância econômica da atividade para o município. Foi identificado apenas o mercado público com poucos boxes de peixe.

A figura do atravessador no meio da pesca nos municípios estudados também é bastante significativa, ele se equivale ao agente bancário, trabalha no financiamento da pesca. Não diferente do que foi identificado nos demais Territórios já pesquisados, o atravessador oferece ao pescador um preço mais barato pelo pescado. Para o pescador, a existência do atravessador traz a sensação de tranquilidade porque garante a compra do produto. Outro ponto positivo, segundo opinião do pescador, é que o atravessador garante o rancho, os petrechos, o barco e dinheiro, para deixar em casa antes de ir para a pescaria, onde passa às vezes semanas.

Esta possibilidade financeira faz com que o atravessador seja o cliente preferido do pescador, eliminando do mercado outras possibilidades mesmo que estas paguem o preço melhor.

3.4.21. Piscicultura

A produção da aquicultura continental no Brasil aumenta de forma significativa a cada ano, como exemplo, no triênio 2008-2010, foi observado um incremento de cerca de 28,4%, passando de 282.008,1 t/ano para 394.340,0 t/ano (BRASIL, 2010).

Para o Estado da Bahia a produção de pescado proveniente da aquicultura continental em 2010 foi de 16.256,6 t/ano, este valor significa um incremento na produção na ordem de 28% considerando a produção do ano de 2008 que foi de 11.709,6 t/ano (BRASIL, 2010).

Diversas políticas públicas, programas, projetos e instituições foram responsáveis por estes números alentadores apresentados acima. Por exemplo, em 1989, através da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, a época ligada ao Ministério da Agricultura e como parte do Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco – PLANVASF, foi elaborado o Programa para o Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura. O referido programa realizou um estudo com base em vários documentos e relatórios técnicos, de caráter preliminar, elaborados no âmbito do PLANVASF. Com base no estudo realizado concluiu-se que (...) “aquicultura no Vale tem amplas condições de se consolidar pelas

potencialidades que apresenta, tanto na parte extensiva como na semi-intensiva, mas ha ainda problemas que deverão ser superados” (BRASIL, 1989, inserir página).

A partir da identificação dos problemas e com o objetivo de superá-las o Programa para o Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura, sugere que, no caso específico da aquicultura, devem ser estimulados o cultivo racional de espécies comerciais; a implantação de estruturas e treinamento para fins de salga, secagem, defumação e resfriamento; a implantação de estruturas de comercialização, distribuição, estocagem, conservação de pescado e fabrico de gelo; organização e fortalecimento das colônias e associações; organização e fortalecimento do cooperativismo; e, comercialização de insumos através de postos de revenda (BRASIL, 1989).

Políticas são criadas e programas e estudos são realizados apontando a aquicultura como uma alternativa para geração de renda e alimento. Um dos estudos realizados diz respeito ao apoio ao desenvolvimento da pesca e aquicultura na Bacia do Rio São Francisco, desenvolvida com a finalidade de subsidiar o Plano Decenal, ligado ao Projeto de Gerenciamento Integrado das Atividades Desenvolvidas em Terra na Bacia do São Francisco. O referido documento indica que “O incremento da produção pesqueira e aquícola no Rio São Francisco poderá ocorrer através do repovoamento (adição de espécies autóctones na área objeto de manejo) ou através do cultivo intensivo de peixes em gaiolas ou tanques-rede” (BRASIL, 2004).

Através da política de Desenvolvimento Rural Sustentável, desenvolvida desde 2003 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a sociedade civil organizada, através de processo democrático de escolha e definição de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável do Sertão do São Francisco, decidem por priorizar a aquicultura como um das atividades a ser apoiada com investimentos e recursos (BRASIL, 2008). A aquicultura, em especial a piscicultura, é legitimada pela população rural da região do médio São Francisco como uma das alternativas para geração de renda e alimento, contribuindo para o desenvolvimento da região.

A política de desenvolvimento da aquicultura é reforçada em 2009 pela Lei Federal nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, apelidada de “A nova Lei da Pesca”, que trouxe diversos avanços

para a atividade, como o próprio reconhecimento da aquicultura comercial, equiparação das aquiculturas aos produtores rurais, etc. (BRASIL, 2009).

A CODEVASF vem apoiando a criação de polos de aquicultura em áreas com potencial para seu desenvolvimento, o Polo de Piscicultura de Petrolina/Juazeiro e a Unidade de Xique, desenvolvem trabalhos de apoio à piscicultura e, segundo estudos desenvolvidos por esta instituição, considerando-se apenas a utilização de 0,1% do Lago de Sobradinho, com seus 519.400 ha, e produtividade média de 150 kg/m³, a produção de pescado poderá superar 779.100 mil toneladas de pescado/ano (BRASIL, 2004).

Estudos realizados pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, em dissertação de Mestrado, estabelece a capacidade de suporte para o Reservatório de Sobradinho em 163.154 toneladas por ano de pescado, considerando como limitante principalmente os aportes de nutrientes (nitrogênio e fósforo) (COSTA, 2004).

A CODEVASF juntamente com a Bahia Pesca, Embrapa e CHESF vem acompanhando algumas iniciativas de produtores rurais e ou pescadores que criam peixes no reservatório de Sobradinho.

Com o objetivo de identificar quantas e onde estão localizadas estas pisciculturas, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF solicitou um levantamento das pisciculturas existentes no reservatório de Sobradinho, mais especificamente, para este trabalho, os empreendimentos localizados nos municípios de Barra, Xique Xique e Itaguaçu da Bahia.

O referido levantamento envolveu os temas da piscicultura relacionados a:

- Organização;
- Produção;
- Comercialização; e,
- Entraves para seu desenvolvimento.

O Quadro 66 apresenta a lista dos empreendimentos identificados contendo o nome, número de associados, estrutura de produção, quantidade de estruturas de produção, volume ou área que

certas estruturas de produção ocupam, espécie produzida, situação de licenciamento e coordenadas.

Ressalta-se para o tema piscicultura que os empreendimentos que foram identificados atendem o objeto geral do estudo “Identificação, caracterização e avaliação do modo de vida **das comunidades reassentadas motivadas pela implantação da UHE Sobradinho** nos municípios de Sobradinho, Barra, Xique-Xique, Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Sento Sé e Itaguaçu da Bahia”. Desta forma, não foram objeto de identificação e estudo os empreendimentos que **não** possuíam no quadro de trabalhadores, sejam eles associados, cooperados, empregados ou proprietários, família oriundas do reassentamento motivadas pela implantação da UHE Sobradinho.

O quadro abaixo apresenta as iniciativas de criação de peixes identificadas nos municípios de Barra e Xique-Xique, em Itaguaçu da Bahia não há iniciativas de criação de peixes.

Quadro 66: Empreendimentos identificados no município de Barra e Xique-Xique contendo, comunidade/localidade, nome, número de associados, estrutura de produção, quantidade e volume ou área que ocupam, espécie produzida e coordenadas

Município	Comunidade / localidade	Nome	Número de associados	Estrutura de produção	Nº de estruturas de produção	Nº de estruturas em produção	* Volume (m ³) ou área (m ²) ocupada	Espécie produzida	Produção (kg/mês)	Coordenadas
Barra	Lagoa de Água Branca	Barra Pescado – Cooperativa dos Piscicultores e dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar da Barra	9	Tanques - rede	200	80	320	Tilápia	5.000	S 11°06'54,2" W 043°11'10,6"
	Barro Vermelho	Grupo informal	14	Tanques - rede	42	25	168	Tilápia	3.200	S 10°55'02,8" W 042°59'43,1"
Xique Xique	Fazenda Prainha	Cooperativa dos Pescadores e Piscicultores de Xique Xique	13	Tanques - rede	40	18	24	Tilápia	240	S 10°50'32,7" W 042°44'2 7,5"

*Quando a estrutura de produção for tanques-rede lê-se sua dimensão em volume portanto m³, caso a estrutura de produção for viveiro escavado lê-se sua dimensão em área, portanto.

Vale ressaltar que segundo informações obtidas na Unidade da CODEVASF Xique Xique, que trabalha no apoio aos produtores de peixes do entorno, existem mais 7 iniciativas de criação de peixes em cativeiro no município de Xique-Xique, sendo 1 em tanques-rede localizada próximo a Cooperativa dos Pescadores e Piscicultores de Xique-Xique; e, 6 em tanques escavados, localizadas no trecho entre Nova Iguira ou Marreca Nova e Marreca Velha.

Como pode ser observado no Quadro 66, às iniciativas de criação de peixes possuem o modelo de gestão e organização associativa formal e informal. Os demais empreendimentos identificados através de informações de terceiros são de iniciativa individual, apenas um proprietário.

Abaixo é mostrado um mosaico com imagens das pisciculturas visitadas (Foto 79).



Foto 80: A e B – Piscicultura Barra Pescado, Barra; C – Piscicultura de grupo informal em Barro Vermelho, Barra; e, D - Piscicultura da Cooperativa dos Pescadores e Piscicultores de Xique Xique (Sérgio Albuquerque e Ana Paula)

Os inícios das atividades destes empreendimentos nos dois municípios estão concentrados entre os anos de 2007 e 2009.

Todas as pisciculturas identificadas tem sua origem na política de difusão de tecnologia, os tanques-rede são doados, geralmente pela CODEVASF ou Bahia Pesca, a grupos de pescadores e ou agricultores organizados em cooperativas ou associações. A cada grupo de 25 famílias foram doados 40 tanques-rede (módulo), juntamente com insumos, ração e alevino, a assistência técnica é garantida pela Bahia Pesca. A CODEVASF normalmente é responsável pelos custos de investimento, infraestrutura e insumos.

“A aquicultura em gaiolas e/ou tanques-rede tem despertado o interesse de populações tradicionais que vêm buscando, através do associativismo, a obtenção de crédito e apoio para a aquisição do material necessário ao desenvolvimento da atividade” (BRASIL, 2004, p. 6).

As informações obtidas junto aos associados e cooperados dos empreendimentos de piscicultura ora pesquisados, proporcionou identificar que aproximadamente, em números médios, 44% dos participantes desistiram da atividade.

A partir das informações obtidas de número de tanques-rede e número de associados/cooperados de cada empreendimento, foi realizado um cálculo para identificar qual a razão de nº de TR/associado. Como resultado, esta razão variou de 1 até 9 tanques por cada associado, é interessante observar que as associações que possuem a maior razão de TR/associados, possuem também uma estrutura mais organizada, a exemplo do que foi observado neste Território 3 cita-se a Barra Pescado. Este fato tem relação diretamente ao grau de satisfação por parte dos associados, em função da renda gerada, já que a unidade de produção é o Tanque-rede. Notou-se que nas associações mais organizadas houve no passado um maior número de desistências, chegando aos dias de hoje próximo a uma razão de tanques-rede/associado satisfatória, recentemente não havendo mais desistências.

No caso da Barra Pescado, além do fato colocado acima, houve também um apoio muito grande do município, do SEBRAE, da Colônia de Pescadores de Barra e um ponto fundamental a ser considerado, existe um técnico dentro do negócio, que administra e gerência tecnicamente o empreendimento.

Em pesquisa realizada no Baixo São Francisco pela Brasilconsult, cujo objeto foi a avaliação sócio – econômica dos pescadores do Baixo São Francisco, algumas das considerações elencadas no tocante a piscicultura faz referência a:

“Redimensionar a estrutura oferecida para cada unidade de produção constituída atualmente por seis (6) tanques-rede para vinte (20) pescadores. Este subdimensionamento dos materiais, enseja baixa rentabilidade per capita, impossibilita os parceiros de se dedicarem integralmente à atividade e gera expectativa desfavorável ao empreendimento” (CHESF, 2003, p. 17).

No que diz respeito à regularização da atividade de criação de peixe, os empreendimentos devem estar licenciados e os criadores devidamente cadastrados no Registro Geral da Pesca – RGP, ligado ao Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura - SINPESQ. Durante a pesquisa realizada nas pisciculturas, foi identificado que nenhuma das pisciculturas está em situação regular junto ao licenciamento ambiental. Consulta realizada em 04 de julho de 2012 ao Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira - SisRGP, constatou apenas dois registros de aquicultor para o estado da Bahia.

A liberação do registro de aquicultor é dependente direto da existência do licenciamento ambiental do empreendimento, significa dizer que os produtores de peixes dos municípios de Barra e Xique Xique não podem requerer o cadastro de aquicultor enquanto não obtiverem a licença ambiental das suas respectivas pisciculturas. O que impressiona nesta consulta ao SisRGP é que a informação obtida no sistema diz respeito a estado da Bahia e não só aos dois municípios.

Somando a produção dos 3 empreendimentos, totalizam 8.440kg/mês de pescado produzido, utilizando para isto estruturas que somam 512 m³, distribuídas em 123 tanques-rede. Para efeito de cálculo, considerando para os tanques-rede uma produtividade média de 100 kg/m³/ciclo de seis meses e multiplicando estes dois últimos valores, 512 m³ por 100 kg/m³, chega-se a uma produção de 51,2t./ciclo de seis meses, significando uma produção mensal de 8.533kg/mês, que representa quase a mesma produtividade hoje alcançada pelos empreendimentos. Observa-se nestes dados que a produtividade está compatível com capacidade de produção instalada nos empreendimentos.

Foi observado que boa parte dos tanques-rede dos três empreendimentos estão parados, fora d'água, pode-se afirmar que não é por uma deficiência no mercado de alevinos, nem de ração, pois a oferta é grande destes dois itens na região, por exemplo: só sob a gestão da CODEVASF, existem 9 Centros Integrado de Recurso Pesqueiro e Aquicultura, localizados nos municípios de Três Marias, Gorutuba, Xique-Xique, Ceraíma, Bebedouro, Betume e Petrolina, todos produzindo alevinos (CODEVASF, 2010); além dos diversos representantes de fábricas de ração presentes na região. Afirma-se também que o problema não é de mercado, pois foi observado que diversos restaurantes locais vendem tilápia em filé, além da Cooperativa Barra Pescado atender ao PNAE, através da CONAB.

O grande entrave das pisciculturas está na gestão técnico financeira associativa e no apoio técnico, inicialmente quando junta-se um grupo, na realidade não é um grupo, são pessoas com um interesse, mais que não se veem como grupo, não exercitam o cooperativismo; segundo, até dominam a questão econômica de uma forma geral, mais quando envolve contas técnicas, que se faz necessário compreender parâmetros técnicos, não se tem o domínio. As instituições de assistência técnica que trabalham diretamente com a piscicultura estão presentes nos municípios de Sobradinho, Remanso e Xique-Xique, no entanto, estas unidades são responsáveis por atender diversos municípios circunvizinhos.

Foi constatado nos 3 empreendimentos visitados, vontade dos integrantes das associações em ampliar a produção, porém são impossibilitados diante da ausência de licença ambiental e apoio técnico suficiente.

No âmbito da pesca, a criação de associações e cooperativas vem sendo destacado pelo Governo Federal como um canal importante de produção, organização de produção, agregação de valor e de comercialização da produção (CALLOU, 2006). Esta relação entre associativismo e pesca nos dias de hoje, é uma estratégia inteligente frente à competitividade que caracteriza a globalização da economia. Nesse contexto, a união de forças via associativismo e cooperativismo constitui uma prerrogativa para a sustentabilidade da unidade produtiva e do negócio (PIRES, 2003, apud, OLIVEIRA, 2011).

Diferente dos outros dois Territórios, que apresentam um potencial imenso para o desenvolvimento da piscicultura em Tanques-rede, no Território 3 apenas poucas áreas se dão a

esta atividade. Esta limitante está relacionada à profundidade, poucas regiões possuem, durante todo o ano, profundidade adequada para implantação de Tanques-rede. Uma destas áreas é o Canal de Ipueira ou Lagoa de Ipueira, mesmo assim com a limitação, às vezes impossibilidade, de acesso devido à ocupação irregular da margem do canal.

Segundo observações do Chefe da Unidade da CODEVASF de Xique Xique, devido a estes fatores, a condição de disponibilidade de água, ao tipo de solo e ao relevo existente, a região apresenta excelentes condições ao desenvolvimento da piscicultura em viveiros de terra.

Em relação à espécie preferida para a produção em cativeiro, a tilápia, *Oreochromis niloticus*, variedade Chitralada, é a única espécie utilizada nas pisciculturas visitadas. Espécie exótica originária do continente Africano é responsável por aproximadamente 39% da produção proveniente da aquicultura continental no Brasil. O tambaqui também é uma espécie utilizada por piscicultores, mas estes foram relatados pela CODEVASF.

Também foi pesquisado no âmbito deste trabalho o tema relacionado à comercialização, o Quadro 67 apresenta os resultados obtidos para este tema.

Quadro 67 – Breve perfil da comercialização dos empreendimentos de piscicultura localizados no âmbito do estudo

Município	Comunidade / localidade	Nome	Possui ponto de venda	Forma de venda	Principal comprador	Destino da Mercado ria
Barra	Lagoa de Água Branca	Barra Pescado – Cooperativa dos Piscicultores e dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar da Barra	Sim	Filé e inteiro fresco eviscerado e congelado	Restaurantes, comunidade local e CONAB através PNAE	Municipal
	Barro Vermelho	Grupo informal	Não	Inteiro fresco e eviscerado	Atravessador, Barra Pescado	Barra e Xique Xique

Xique Xique	Fazenda Prainha	Cooperativa dos Pescadores e Piscicultores de Xique Xique	Não	Filé e inteiro fresco eviscerado	Atravessador, Barra Pescadores e restaurantes	Barra e Xique Xique
-------------	-----------------	---	-----	----------------------------------	---	---------------------

O quadro acima demonstra que apenas a Barra Pescado possui ponto de comercialização. Das 3 associações/cooperativa identificadas, 3 comercializam o peixe inteiro fresco e inteiro fresco eviscerado; 2 comercializam o filé; e, 1 comercializa o peixe congelado. Segundo o diretor técnico da Barra Pescado, Sr. João Batista, o local onde há a manipulação do pescado, filetagem, evisceração, etc, está em processo de licença pela vigilância sanitária. (Foto 81).



Foto 81: A – Fachada da Barra Pescado município de Barra; e, B – Balcão de manipulação do pescado identificado na Barra Pescado (Sérgio Albuquerque)

O mercado da compra e venda do pescado de uma forma geral nos municípios trabalhados é disputado pelos atravessadores, donos de restaurantes, população local e instituições do governo, em proporções diferentes, sendo o maior consumidor o órgão do Governo Federal, CONAB, que compra o filé do pescado para merenda escolar através do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos - PNAE.

De uma forma geral, a realidade do mercado da piscicultura no Território 3 não reflete a realidade no Brasil, principalmente no que diz respeito à Tilapicultura. As estatística

demonstram que o estado do Ceará, além de ser o maior produtor de tilápia do Brasil, também é o maior consumidor, isto está relacionado ao potencial existente no estado e ao intenso trabalho de marketing implementado. Para se ter uma ideia, a tilápia esta presente nos pequenos e grandes supermercados ofertado em forma de filé, posta, inteiro ou até mesmo vivo, este apenas em poucos estabelecimentos; sem falar nos restaurantes da orla da praia, disputando com o pescado de origem marinha; e, até nas barracas de praia (JUNIOR e JUNIOR, 2008).

Tratando com o público pesquisado sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento da piscicultura, foi constatado, de forma unânime, a licença ambiental dos empreendimentos como o principal ponto a ser solucionado, no entanto, questões relacionadas à organização, apoio a comercialização, aproveitamento de subprodutos do pescado, acesso a energia, vias de acesso e assistência técnica, também foram mencionados nas entrevistas.

3.4.22. Instituições de Apoio a Pesca e Piscicultura

Este tópico irá tratar das instituições governamentais e não governamentais de assistência técnica que possuem atuação nos municípios objeto da pesquisa.

Abaixo é apresentado um quadro com o município onde a instituição está sediada, o nome da instituição, o objeto da instituição e ações desenvolvidas na região.

Município Sede	Instituição	Objeto	Ações
Xique Xique	Bahia Pesca	Fomentar a aquicultura e a pesca.	Gestão do Terminal Pesqueiro Articulação Capacitações de boas práticas de manipulação do pescado e meio ambiente. Levantamento da produção pesqueira e sócio econômica dos pescadores. Assistência técnica aos piscicultores.
	CODEVASF	Promover o desenvolvimento e a revitalização da bacia do rio São Francisco com a utilização sustentável dos recursos naturais e estruturação de atividades produtivas	Aplicação de novas tecnologias, fomento, capacitação e treinamento de produtores rurais, além da realização de pesquisas e estudos socioeconômicos e ambientais. Repovoamento do rio com espécies nativas da Bacia do Rio São Francisco. No ano de 2012 foram introduzidos 30.000 alevinos de

		para a inclusão econômica e social.	Curimatã. Reprodução e doação de espécies para piscicultura, no ano de 2012 foram doados 560.000 alevinos de tilápia e 50.000 de tambaqui.
	Universidade do Estado da Bahia – UNEB, curso de Engenharia de Pesca	Ensino, pesquisa e extensão.	O curso de Engenharia de Pesca está no seu 2º ano, não foram identificadas ações diretas com a população pesqueira e criadores de peixe.

3.4.23. Consequências da UHE Sobradinho

O questionário aplicado aos pescadores e seus representantes, assim como aos “expertos”, buscou abordar os fatos positivos e negativos considerados pelo entrevistado.

Os fatos positivos relatados foram:

- Aumento da produção do peixe devido a maior lâmina d’água;
- A energia que trouxe as fábricas de gelo e os frízeres, possibilitando estocar, com isso obter uma maior produção por pescaria (viagem);
- O reservatório trouxe mais água para a população.

O aumento na produção do pescado é citado como um dos fatos positivos que ocorreu com a construção da barragem, infelizmente não se pode comprovar estatisticamente, pois não há dados de desembarque disponíveis. No entanto esta constatação pode ser averiguada pela época de implantação dos frigoríficos que, no caso de Xique-Xique, foi na década de 80. Sendo assim, pode-se concluir que, mesmo que temporariamente, o aumento na lâmina d’água ocorreu sim no aumento da produção de peixes.

Outra citação positiva e bastante relevante do ponto de vista da sanidade, possibilidade de conservação do alimento, formação de estoques, transporte, etc, foi o acesso à energia. Fato que pode ter sido acelerado com a chegada da Usina ou não, já que é constatado nos dias de hoje diversas comunidades que não possuem energia elétrica proveniente de outras fontes, solar por

exemplo. De uma forma ou de outra, o acesso à energia traz um diferencial extraordinário no que concerne as possibilidades para os elos da cadeia produtiva mais diretamente ligados à produção do pescado.

Antes do reservatório, quando não havia energia, segundo os relatos, a salga era o procedimento realizado para a conservação do pescado. Além de trabalhoso, este procedimento que utiliza o sal como agente inibidor da proliferação de bactérias que deterioram o peixe, retira também a umidade. Com a umidade, quer dizer água, perde-se aproximadamente 50% do peso do peixe e conseqüentemente valor.

Seja em função da construção da Usina ou não, o acesso à energia se mostra um marco referencial na produção do pescado no Reservatório.

Os fatos negativos relatados pelos entrevistados foram:

- Interferência nos regimes de chuva especificamente nos municípios objeto do atual trabalho;
- Período de defeso não contempla as espécies mais nobres do rio, como por exemplo, o Dourado e o Surubim;
- Introdução de espécies exóticas e não endêmicas da Bacia do São Francisco;

Segundo alguns expertos entrevistados, a existência de um espelho d'água imenso, acarreta alteração nos regimes de chuva. Esta afirmação é especulatória, não possui rigor científico algum, no entanto é válido ser registrada, pois parte de observações empíricas de pessoas que nasceram na região. Sendo fato, é um impacto relevante, considerando o ambiente desta microrregião que, praticamente não sofre influência da inundação do reservatório, onde a abundância da pesca e da agricultura está relacionada as lagoas existentes, que são mais de 400 segundo dados extraoficiais da CODEVASF.

Segundo os pescadores mais antigos, o período de defeso iniciando no final de outubro não contempla o surubim e o dourado, que desovou entre julho e setembro. Já a curimatã, que também é outra espécie bastante cobiçada, se reproduz durante o período do defeso.

A introdução de espécies exóticas e não endêmicas da Bacia do São Francisco trouxe também pontos negativos, segundo os pesquisados, estes jamais serão solucionados, ambas as espécies, Pescada e Tucunaré, assim como a Tilápia e o Tambaqui, oriundos da fuga de pisciculturas existentes na região, se adaptaram muito bem as condições do reservatório, passando a ocupar o espaço de alguns peixes nativos da Bacia do São Francisco.

A introdução de espécies exóticas e não endêmicos da Bacia do São Francisco foi do ponto de vista ecológico um erro, as espécies como Tucunaré e Pescada são espécies bastante vorazes, piscívoras, que encontraram neste tipo de ambiente, lântico, o habitat ideal para alimentação e reprodução.

No entanto, do ponto de vista da produção, estas espécies representam uma fatia significativa do pescado do lago. Nos Territórios 1 e 2 estão entre as 4 espécies mais capturadas.

Dentro deste mesmo tópico “Consequências da UHE Sobradinho”, foram perguntados aos agentes institucionais e “expertos” o que eles fariam para melhorar a situação da pesca. Como resposta obteve-se o seguinte:

- Implantação de ponto fixo de fiscalização nos principais portos de desembarque, intensificando a fiscalização, como por exemplo: em Xique Xique, Portos do Ceasa e das Pedras, e Marreca Velha; e, em Barra, Porto da Sede do Município;
- Municipalização da fiscalização, a exemplo do que está sendo realizado no Município de Barra;
- Rede de esgotamento sanitário;
- Recuperação da Mata Ciliar;
- Suspender a pesca durante uns 6 anos;

-
- Identificação e estudo detalhado de todas as lagoas existentes nesta microrregião, e caso se aplicarem, criação de Unidades de Conservação;
 - Ampliar o período de defeso, fechando em agosto e abrindo em janeiro.
 - Trabalho forte de base focando a organização dos pescadores no que diz respeito à gestão de recursos humanos, financeiros e mercado.

4. ANÁLISES DOS RESULTADOS E CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

4.1. Consolidação das Proposições para os Segmentos História, Arquitetura e Urbanismo.

A História das comunidades que sofreram deslocamento com a implantação da Barragem de Sobradinho é sempre desoladora. Porém as cidades que fazem parte do território 3 (Barra, Itaguaçu da Bahia e Xique-Xique) não podem ser colocadas dentro desse cenário. Pelo que foi percebido durante as atividades na área através de relato como também do levantamento bibliográfico sobre esses municípios, essas cidades não sofreram diretamente o impacto da implantação da Barragem de Sobradinho, com exceção feita a comunidade Marreca Velha em Xique-Xique, que foi parcialmente inundada e a população transferida para outra localidade hoje denominada Marreca Nova, porém essa comunidade, na sua maioria, voltou para seu lugar de origem e continuam cotidianamente suas vidas, o mesmo processo que ocorreu com a parte da população de Pilão Arcado.

Segundo relato do Sr. Sócrates Teixeira, cidadão de Barra, apenas se ouviu falar no assunto no período de implantação, mas algumas pessoas nem tiveram conhecimento. O mesmo não vê uma relação direta do município de Barra com a Usina de Sobradinho, mas sim com a Usina 3 Marias e seus afluentes à jusante que podem vir a afetar a área. Ainda segundo o entrevistado, a relação de Sobradinho com os municípios de borda de lago pode residir nas questões ambientais, como na diminuição de chuvas e de peixes.

De acordo com os dados obtidos nas pesquisas de campo e nas fontes documentais, não se identificou uma relação direta entre as transformações sociais, culturais e urbanísticas com a implantação da Usina de Sobradinho. Apesar de algumas famílias terem sido relocadas para áreas rurais localizadas no território 3, não representam uma parcela significativa na dinâmica do município. Contudo algumas queixas e sugestões foram registradas durante a pesquisa:

1. Melhoria das estruturas que ainda existem hoje nessas comunidades para melhora de vida no que diz respeito à urbanização¹⁹;

¹⁹ Foi apontada a necessidade de mais duas casas de farinha no município de Itaguaçu da Bahia pelos participantes da oficina.

2. Estimular a utilização de barcos como vapor como fonte de transporte local e como elemento fortalecedor do turismo na região lembrando a história da região;
3. Elaboração de estudo aprofundado sobre as alterações climáticas, causas e consequências dos municípios envolvidos em relação ao aquecimento global e implantação da usina de Sobradinho.

4.2 Vetores de Desenvolvimento e proposições Genéricas para o Desenvolvimento Econômico

➤ **Agricultura irrigada, industrialização e exportação de produtos derivados.**

Na agricultura irrigada, a partir das águas do Rio São Francisco, se destaca a fruticultura, com produção de manga, uva e coco. Aí se produz uma espécie de uva de mesa sem sementes, destinada exclusivamente ao mercado externo. Essa uva é produzida de maneira orgânica, ou seja, sem a aplicação de químicas elaboradas artificialmente.

A região do Submédio São Francisco é responsável por 95% de toda a uva produzida na Bahia. Tradicional na produção de uvas de mesa, a região entra na produção de vinhos finos com o polo vinícola de Casa Nova, que produz mais de um milhão de garrafas de vinho por ano (a produção de vinho do Vale do São Francisco é a segunda maior do país).

A região tem um grande diferencial que confere vantagens comparativas e competitivas, pois os produtores estão melhorando cada vez mais suas videiras, com a substituição das parreiras tradicionais pelo cultivo de uvas sem sementes, condição necessária para aumentar ou manter os níveis de exportação. A uva produzida na Bahia tem conquistado espaços significativos no mercado internacional, colocando o Estado em primeiro lugar no ranking das exportações nacionais da fruta (SEAGRI, 2006).

➤ **Agricultura Orgânica**

A agroecologia e a produção orgânica de alimentos, a agregação de valores aos produtos agropecuários através do beneficiamento e/ou transformação industrial e a distribuição e comercialização por canais mais diretos ao consumidor e institucionais, sob gestão dos agricultores, se colocam como alternativas importantes para a viabilização das unidades de produção familiar.

Isto ocorre por serem capazes de aumentar a renda das famílias, por possibilitar o domínio dos meios de produção, apropriação e adaptação de tecnologia, por se basearem na localização descentralizada nas comunidades rurais que são espaços de moradia, por permitir a inclusão de pessoas aos processos de produção/ transformação/ beneficiamento/ classificação dos produtos (o que reduz o custo) e por utilizar mão de obra local, com geração de oportunidades de ocupação.

Em relação ao uso de agrotóxicos nas lavouras, existem pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA Semiárido para produção de cultivos orgânicos de cebola, melancia e melão.

Segundo o Agrônomo Rebert Coelho Correia da EMBRAPA Semiárido, existe um plano de ação para que os produtos orgânicos substituam, gradativamente, os produtos cultivados de forma tradicional, ou seja, com uso elevado de agrotóxicos. Foram dois anos de testes até que os pesquisadores da EMBRAPA chegassem ao manejo orgânico de cebola com aproximadamente 38 toneladas por hectare de bulbos comerciais. A quantidade foi superior à média registrada com os métodos tradicionais de cultivo na região, que é de 20 toneladas por hectare. O resultado demonstra a viabilidade técnica da alternativa e possibilita aos agricultores da região as portas para o mercado de orgânicos (EMBRAPA, 2009).

➤ **Agricultura Familiar**

Para o desenvolvimento da Agricultura Familiar, alguns instrumentos podem ser construídos como referências metodológicas: A rede de agricultores de produtos orgânicos, a rede de agroindústrias familiares de pequeno porte e a rede de comercialização.

Estas redes podem atuar em forma de redes interconectadas e interdependentes, a fim de atingir escala de produção, redução de custos, agregação de valores, racionalizando as funções, rompendo com o isolamento das experiências e da lógica competitiva do mercado tradicional e, assim, construindo novas relações sociais com o mercado que valorizam o ser humano.

Estas referências metodológicas possuem marcos teórico descrito abaixo:

1 – Ter a agroecologia como um modo de vida e um modelo tecnológico. Este conceito implica em ter a agroecologia como norte teórico e como base para o desenvolvimento sustentável, garantida através da certificação participativa, que é regida por normas próprias.

2 – Ter a agregação de valor dos produtos via processo de transformação artesanal, verticalizando uma ou mais cadeias produtivas sem perder o enfoque sistêmico e a diversificação das propriedades. A agregação de valores implica em trabalhar com diretrizes, como:

- Processo de agregação de valor centrado em micro e pequenas unidades agroindustriais de caráter familiar associativo e/ou cooperativo.
- Modelo descentralizado, com várias micro e pequenas unidades por ramo de atividade localizadas em várias comunidades de vários municípios, o que facilita a operacionalização da matéria-prima.
- Estímulo à cooperação entre os agricultores, com manutenção da diversidade dos agricultores e da produção.
- Produzir majoritariamente a matéria-prima a ser processada na unidade pelos agricultores sujeitos do processo.
- Produção de produtos transformados de origem conhecida, com identidade orgânica e/ou mercado justo.

- Utilização majoritária da mão de obra familiar dos cooperados (quem planeja é o mesmo que executa). Este fator garante o fluxo dos recursos dentro do sistema produtivo.

3 – Ter a comercialização por mercados solidários. Os processos de produção e transformação devem estar descentralizados em pequenas unidades, enquanto que a comercialização procura atender à necessidade de abastecimento, onde o Estado tem a função de orientador e regulador da oferta da produção. Outro pressuposto é a comercialização em canais mais alternativos que não os caracterizados como instrumentos de controle dos agricultores, como cooperativas familiares, feiras, venda direta, institucional, etc.

4 – Ter a descentralização do processo como um princípio, a fim de promover o desenvolvimento regional mais uniforme.

5 – Ter como pressuposto a tecnologia de baixo custo. As práticas agrícolas convencionais, com o cultivo intensivo do solo, a monocultura, a aplicação de fertilizantes sintéticos, a irrigação, o controle de pragas e ervas daninhas, a manipulação de genomas, geram custo social, econômico e ambiental muito grande, além da dependência dos agricultores como sujeitos. A geração e manutenção da tecnologia pelos agricultores geram protagonismo e independência a um custo mais baixo.

➤ **Exploração de caprinos e Ovinos**

A exploração de ovinos e caprinos na região é uma opção viável e rentável, não somente para médios e grandes produtores, mas principalmente para pequenos, por ser uma atividade que não exige altos investimentos em infraestrutura, além de apresentar rápido retorno de capital investido. A região tem vocação natural para o pastoreio, em particular para a exploração da caprinovinocultura.

As explorações de caprinos e ovinos no Nordeste são conduzidas de forma ultra extensiva, com alimentação deficiente, manejo e profilaxia inadequados, o que implica em baixa

produtividade, baixo nível de desfrute e, conseqüentemente, insatisfatórios resultados econômicos e financeiros. No entanto, com a adoção de tecnologias adequadas e práticas de manejo racionais (alimentação, profilaxia, etc.), aliadas a um programa de melhoramento genético dos plantéis, o produtor poderá colocar no mercado, sem maiores dificuldades, a produção de leite, carne e pele e obter razoável resultado financeiro.

As peles dos caprinos e ovinos tropicais poderiam representar importante fonte de renda para os criadores, porque são consideradas as melhores do mundo. No entanto, as práticas adotadas no sistema de produção predominante na região (manejo inadequado e parasitas) e, principalmente, no abate, processo de retirada da pele (esfolagem) e pré-processamento, fazem com que essa importante matéria-prima apresente inúmeros defeitos, reduzindo substancialmente o seu valor comercial, com evidentes prejuízos para o produtor.

Neste cenário, a Bahia se destaca como o primeiro Estado em número efetivo de animais, detendo 42,16% destes 90% e a Região Nordeste da Bahia detém aproximadamente 90% dos 42,16% do Estado, posicionando-se, assim, como a região do Brasil que comporta o maior número de caprinos (5,4 milhões de animais). As carnes caprina e ovina (destacadas fontes de proteínas) são das principais consumidas na Bahia, a pele é de excelente qualidade, o leite tem alto valor nutritivo e de mercado e os derivados lácteos tem larga aceitação.

Contudo, estes animais têm sua eficiência questionada quanto à sua taxa de crescimento, rendimento e qualidade da carcaça, embora se saiba, com base nas tabelas de Souza (1999), Souza Neto (1987) e Kasprzykowski (1982), que é possível assegurar a estes ruminantes uma condição explorável mais racional.

Diversos estudos conduzidos pelas instituições de pesquisa (principalmente a EMBRAPA) e algumas experiências criativas de alguns produtores têm comprovado ser possível elevar acentuadamente o nível de produtividade dos caprinos e ovinos. Mais importante, é que este incremento pode ser conseguido com adoção de práticas simples de alimentação e manejo do rebanho e dos pastos.

➤ **Áreas de Potencial Turístico ou de Preservação**

A criação de áreas turísticas em reservatórios artificiais é de relevante importância para desenvolver as populações ribeirinhas e aumentar a arrecadação dos municípios banhados pelas águas do reservatório.

No Brasil o turismo é praticado amplamente em locais com abundância de água, tais como praias, lagos, rios e estâncias hidrominerais. Dessa forma, as diversas regiões que têm recursos hídricos próprios para balneabilidade desenvolvem um processo de expansão das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e à demanda de lazer das populações urbanas.

Conforme destacado no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial da Usina Hidrelétrica de Sobradinho (BA) - Pacuera, elaborado pela NEOCORP em 2009, “o governo da Bahia por meio da Secretaria de Turismo vai promover encontros e debates com as prefeituras dos municípios que margeiam o rio São Francisco para a delimitação e revitalização de novas rotas turísticas para o estado da Bahia. E está contemplada, no conjunto destas discussões, a criação da Zona de Turismo Lagos do São Francisco”.

A Zona de Turismo Lagos do São Francisco será constituída pelos seguintes municípios: Paulo Afonso, Rodelas, Glória, Santa Brígida, Juazeiro, Sobradinho, Casa Nova, Curaçá, Remanso, Pilão Arcado e Barra. Essa Zona Turística apresenta rica diversidade de atrativos, entre os quais se destacam os monumentos naturais, represas e usinas hidroelétricas, a cultura sertaneja e o polo de fruticultura irrigada e vinicultura, desenvolvido recentemente e já considerado um dos mais importantes do País. A esses atrativos, somam-se características fisiográficas que permitem a prática de diferentes modalidades de esportes radicais (rapel, canyoning, tirolesa, bungee-jump e base-jump, asa-delta, escaladas e rallies, entre outros), os quais têm gerado um fluxo turístico significativo para a região.

A criação dessas Zonas Turísticas vai ao encontro das maiores tendências verificada no cenário turístico mundial, constituirão de complementaridades e sinergias às demais modalidades de turismo já praticadas na Região Nordeste. O ecoturismo é apontado como a modalidade com maior crescimento atual e potencial e a interiorização do turismo, que constitui uma estratégia de desenvolvimento.

A seguir, serão destacados os principais atrativos turísticos da área do estudo.

➤ **Xique-Xique**

Em Xique-Xique a principal atração turística é o Parque Aquático Ponta das Pedras (PAPP) que fica situado próximo ao Hospital Julieta Viana.

Toda a população da região frequenta este parque durante os domingos, que é o dia em que o Parque funciona. Nele há piscinas infantis com alguns brinquedos e também piscinas para adultos. Logo atrás do parque é possível ver o Rio São Francisco.

4.2.1 Algumas medidas necessárias para combater os entraves ao desenvolvimento econômico a serem implementadas pelos gestores governamentais

De modo sucinto, elencam-se a seguir algumas das medidas que, se implementadas, facilitarão ao processo de exploração dos vetores de desenvolvimento existentes no Território.

- Promover uma articulação dinâmica da economia com os segmentos da sociedade que têm condições de contribuir com o processo de desenvolvimento local.
- Minimizar a vulnerabilidade da base econômica às calamidades climáticas, pelas ações humanas que protejam o meio ambiente, assim como pela presença de políticas públicas que atendam às demandas sociais.
- Introduzir e incentivar inovação tecnológica na agricultura e na pesca.
- Promover programas de geração de trabalho e renda.
- Combater a existência de atividades predatórias dos recursos naturais: pesca predatória e uso de defensivos agrícolas.
- Adotar medidas de racionalização e gestão do uso dos recursos hídricos de forma que atenda à demanda da população, bem como ao trabalho de educação ambiental.
- Aprimorar a política de segurança alimentar como forma de garantir o mínimo para a sobrevivência da população, com especial atenção às famílias remanejadas.

4.2.2. Sugestões de melhorias manifestadas nas Oficinas-Seminário a serem reivindicadas junto aos gestores governamentais

Remanso

- “Resolver o problema de energia para comunidades das margens do Rio”.
- Investir em capacitação para agricultura e motivação para os jovens permanecerem no campo.
- Iniciativa de profissionalização do turismo.
- Estrutura de beneficiamento da produção de fruticultura.

4.3. Segmento Sociologia

Estende-se aqui que a principal temática trazida como contribuição analítica do segmento sociológico para os municípios do Território-3, estaria centrada na diferenciação que público alvo deste Território possui em relação aos demais, ou seja, o fato de não terem sido remanejados para áreas tuteladas pela CHESF.

Não obstante, independente de serem migrantes ou remanejados, todos foram afetados por consequência da criação da barragem de Sobradinho e tornaram-se endividados sociais deste processo. Todavia entende-se que deverá haver níveis diferenciados de responsabilização da CHESF para com estas categorias, pois a companhia não poderia garantir às famílias que optaram por migrar para outras áreas as mesmas condições oferecidas às famílias remanejadas para áreas de seu domínio. No entanto, não seria objetivo deste estudo definir os termos dessa responsabilidade, mas sim deixar esta situação clara para quem tiver acesso ao relatório.

Conclui-se também que em relação ao tema “modos de vida”, o fato de ser uma família de migrante ou de remanejados para uma área “assistida / tutelada” pela CHESF também pode, em

alguns casos, implicar em padrões diferenciados de mudança social, causados em função da condição em que se deu a mudança da família. Um exemplo clássico desta afirmação reside na história de vida do Sr. Barrinha, um dos expertos entrevistados na pesquisa, que demonstrou o quanto fez diferença em sua vida o fato de ter migrado para Xique-Xique e continuado como sendo um ribeirinho do Rio São Francisco, ao invés de ter sido remanejado para uma agrovila construída pela CHESF, no seu município de origem, longe da margem do rio.

Embora seja possível identificar situações opostas, nas quais os ribeirinhos que foram remanejados estejam em situação mais favorável do que os migrantes, o fato é que estas duas modalidades de deslocamentos implicam em diferentes estratégias de sobrevivência, influenciando assim diretamente nos estilos e "modos de vida" destas populações.

Outra importante conclusão analítica deste território nos dá conta de que o impacto direto causado pela UHE de Sobradinho em relação faixa do Rio São Francisco, que banha os municípios do Território-3, é sutil e praticamente imperceptível para maioria da população local. Embora alguns estudiosos²⁰ sobre tema afirmem que houve mudanças consideráveis tais como: redução da correnteza do Rio; alteração da disposição de sedimentos em sua calha; e mudanças em relação ao regime de chuvas, causados pelo processo de evapotranspiração ocorrido no lago que foi criado.

Não obstante, sugere-se que procurar estabelecer um debate desmistificador e transparente sobre este tema com a população local, poderia constituir-se numa atitude de grande responsabilidade social, a ser promovida pelos órgãos de controle e/ou responsáveis pela gestão da barragem de Sobradinho.

Uma vez que adentramos na ceara das proposições, seria pertinente concluir esta análise sociológica, trazendo o registro de algumas sugestões e proposição de ações que contribuiriam para melhoria das condições de vida da população migrante e/ou remanejada para os municípios do Território-3, identificadas a partir da realização das oficinas-seminários. Estas proposições seriam:

²⁰ Constatação obtida através do depoimento dado na oficina-seminário, pelo Biólogo e atual Secretário do Meio-Ambiente do Município de Barra, o Senhor Anderson Teixeira do Nascimento.

- Um primeiro aspecto que abrangeria todos os municípios seria criar mecanismos de intervenção estatal, para tentar resolver o problema da falta de acesso à energia elétrica para as comunidades situada as margens do Rio;
- Com relação à produção agrícola, defende-se o investimento em capacitação voltado à agricultura sustentável, de base agroecológica, buscando diversificar e agregar valor aos atuais sistemas de produção, bem como incentivo ao aproveitamento racional da produção de frutas dos municípios, através do beneficiamento da produção. Outra importante ação seria criar iniciativas de fortalecimento institucional das organizações sociais e associativas do município, buscando assim promover a motivação para que os jovens permaneçam no campo e procurem entender a importância da renovação das lideranças em suas comunidades;
- Na saúde, além da necessidade óbvia de melhoria do sistema como um todo, identificou-se a importância do trabalho que os agentes comunitários de saúde desenvolvem nos municípios, principalmente na zona rural. Todavia, são profissionais mal remuneradas e que trabalham com uma precária estrutura de apoio logístico. Neste sentido defende-se a proposição de melhoria de salários e estrutura para os agentes comunitários de saúde;
- Também na área de educação seria redundante falar sobre a necessidade de melhoria da estrutura física e qualidade do ensino. Não obstante, existem algumas ações simples, que poderiam ser implantadas com baixo custo pelos próprios municípios e parceiros mais próximos. Uma destas ações poderia ser a qualificação da matriz curricular de ensino para as populações rurais e ribeirinhas, na medida em que pudessem ser incorporados temas e matérias voltadas para o desenvolvimento específico para estas áreas;
- Com relação ao turismo, urge a necessidade de profissionalização desta área e criação de uma política sustentável para gerir o patrimônio ecológico e potencial turístico destes municípios, formado por dunas, balneários, brejos, pela cultura do artesanato, manifestações folclóricas, do sincretismo religioso, e diversas outras opções de lazer existente nos municípios que vem sendo subutilizadas;

- A maioria dos participantes das oficinas realizadas em Barra e Itaguaçu colocam a necessidade de se estruturar uma política de tratamento de resíduos sólidos nos municípios. Não existe aterro sanitário, e o lixão tem se tornado uma péssima alternativa de descarte dos resíduos produzidos. Também criticam a precariedade do sistema saneamento básico, uma vez que todo o esgoto está sendo despejado no Rio. O poder público de Barra informa que está sendo construído um sistema de tratamento da água de esgoto. Já em Xique-Xique identifica-se uma melhor estrutura de gerenciamento dos resíduos sólidos e esgotamento sanitário;

Por fim, cabe ressaltar que será ainda realizado um trabalho de unificação dos relatórios elaborados em referências aos três Territórios pesquisados, o que certamente implicará em ajustes e complementação ao estudo em questão que trata dos municípios de Barra, Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia. Neste momento serão também incorporadas novas informações advindas da pesquisa feitas com as famílias, as quais não foram totalmente sistematizadas até a data de conclusão deste relatório, mas entendemos que irão enriquecer consideravelmente a versão final e consolidada da análise sociológica sobre os "modos de vida das comunidades remanejadas do entorno do reservatório de Sobradinho".

4.4. Segmento Pesca

Como resultado dos levantamentos realizados destaca-se os pontos positivos e negativos identificados no Território 3.

Pontos positivos observados:

- Existência de infraestrutura de apoio à pesca como fábricas de gelo, unidades de conservação, beneficiamento e transporte em Barra e Xique Xique.
- Existência de centros de ensino, pesquisa, extensão e fomento a atividade de pesca e piscicultura.

- Iniciativas de processamento, beneficiamento e comercialização do pescado por parte dos pescadores/piscicultores.
- Apoio do poder municipal, SEBRAE, Colônia dos Pescadores de Barra, CODEVASF e Bahia Pesca a iniciativa de criação e processamento de peixes da Cooperativa Barra Pescados.
- Mercado de peixe bem estabelecido nos municípios de Barra e Xique Xique.
- Existência do comércio de petrechos de pesca nos municípios de Barra e Xique Xique.
- Bom acesso rodoviário aos principais pontos de desembarque de pescado.
- Inserção do pescado na merenda escolar do município de Barra, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
- Poder municipal de Barra assumindo a responsabilidade da fiscalização da pesca no período de defeso com o auxílio da Polícia Militar.
- Potencial natural instalado para reprodução de peixes e manutenção de formas jovens, proveniente das diversas lagoas existentes na microrregião.
- Potencial natural existente para o desenvolvimento da piscicultura em viveiros de terra.

Pontos negativos observados:

- Prática da pesca ilegal utilizando malha miúda (140 mm), arrastão e rede “encapada”.
- Realização da pesca durante o período de defeso.
- Ingestão por parte dos pescadores dos recursos financeiros gerados pelo seu trabalho, criando um vínculo de dependência financeira com o atravessador.
- Poucas iniciativas identificadas de criação de peixes em cativeiro.
- Assoreamento da calha do rio.

- Ausência do IBAMA foi relatada que de outubro, início do defeso, até o ultimo dia desta pesquisa, a instituição não realizou nenhuma vistoria em Xique Xique, considerado um dos maiores portos de desembarque de pescado do Rio São Francisco.
- Ausência de esgotamento sanitário.
- Ausência da fiscalização da vigilância sanitária nos estabelecimentos de comercialização deixando a desejar a sanidade do pescado e do ambiente.
- Ausência de números estatísticos para a pesca no Reservatório de Sobradinho.
- Insuficiência de assistência técnica para os pescadores e piscicultores.
- Burocratização dos instrumentos de licenciamento da atividade de piscicultura e processamento do pescado.
- Ausência de articulação entre os órgãos de representação dos piscicultores e pescadores; instituições de ensino, pesquisa e extensão; instituições de fomento e assistência técnica; e, poder municipal, no que concerne ao desenvolvimento da atividade de pesca, da piscicultura e a preservação do Rio São Francisco.

Como proposição aos pontos positivos e negativos observados segue:

- Apoiar e capacitar através da assistência técnica as iniciativas de processamento, beneficiamento e comercialização do pescado por parte da Cooperativa Barra Pescado, para que através do exemplo outros pescadores e pescadoras se mobilizem adotando a prática associativa como uma ferramenta para transpor as dificuldades diante o mundo competitivo.
- Ampliar a aquisição de subprodutos do pescado através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
- Orientar os grupos produtores de peixes a acessar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, CONAB, fortalecendo as iniciativas de processamento, beneficiamento e comercialização do pescado existente.

- Desenvolver estudos e levantamentos que visem gerar informações para a construção, de forma participativa, de normas e implantação de ações que tenha como fim o ordenamento da atividade pesqueira no Reservatório de Sobradinho. A exemplo cita-se: estudos sobre a biologia reprodutiva das espécies nativas da Bacia do São Francisco que ainda não dominadas, para que se possa reproduzi-la em cativeiro para fins de repovoamento; monitoramento limnológico periódico do reservatório; monitoramento da ictiofauna e da dinâmica populacional; levantamento minucioso da produção pesqueira; e, caracterização de áreas de reprodução de peixes no Rio São Francisco e tributários. Todo este processo deve considerar as peculiaridades e as necessidades dos pescadores artesanais e de subsistência, visando garantir sua permanência e sua continuidade.
- Envolver o município numa força tarefa conjunta com o IBAMA e a Vigilância Sanitária nos principais portos de desembarque de pescado, inibindo a pesca de indivíduos abaixo do tamanho mínimo permitido, fiscalizando a sanidade dos pontos de recepção do pescado, realizando a coleta de informações para estatística pesqueira e inibindo a pesca durante o período de defeso.
- Construção do sistema de esgotamento sanitário nos municípios.
- Identificação e estudo das lagoas como potencial regenerativo da ictiofauna do São Francisco.
- Criação de Unidades de Proteção Ambiental nas lagoas identificadas com potencial.
- Programa integrado de desenvolvimento da piscicultura, envolvendo todos os entes municipais, estaduais e federais que possuem interface e desenvolvem algum tipo de ação nos municípios objeto do trabalho. Reavaliando os programas da EMBRAPA, CODEVASF, CHESF e BAHIA PESCA de incentivo a aquicultura em Tanques rede e viveiros em terra, tendo como referência os erros e acertos das experiências já em andamento em todo o São Francisco.

-
- Reavaliação dos instrumentos de licenciamento ambiental, desburocratizando-os e tornando o processo mais acessível para os pequenos produtores e pescadores.
 - Aumento no quadro de funcionários das instituições públicas que prestam assistência técnica.
 - Implantação do programa de revitalização do São Francisco.

5 BIBLIOGRAFIA

Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, Vol.VI. Secretaria da Cultura e Turismo. IPAC. Salvador, 1999.

ARAÚJO, Nerivaldo Alves. Na cadência das águas do Velho Chico: o samba de roda e a construção de novos espaços simbólicos na cultura ribeirinha. (UNEB), XII Congresso Internacional da ABRALIC Centro, Centros – Ética, Estética. Curitiba, 2011.

NASCIMENTO. Sócrates Teixeira do. Carta de Barra.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. 2008.

SANTOS, Carlos. Crônicas Xique Xiquíssimas. 2004.

_____ Crônicas Xique Xiquíssimas, V. II, 2011.

O São Francisco: A Razão e a Loucura. Entrevista de Dom Luis Flávio Cappio. Estudos Avançados. 2006.

BARBOSA, J.M.; LIMA, H.C. SILVA JÚNIOR, E.J.; MOTA, A.D.S.; MENDONÇA, I.T.; SILVA FILHO, E.J., Beneficiamento e Comercialização do Pescado na Região de

BRASIL – Ministério da Pesca e Aquicultura – Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2010. Brasília, 2012.

BRASIL, Portaria nº 92, de 6 de novembro de 1995. Disponível em:
<<http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/legislacao>>. Acessado em 25 de junho de 2012.

BRASIL, Presidência da República, Ministério da Pesca e Aquicultura. Incentivo a Comercialização. Disponível em:
<http://www.mpa.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=381&Itemid=755>
. Acessado em: 05 de julho de 2012.

BRASIL, Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente. Censo Estrutural da Pesca 2006. Brasília (DF): abril de 2007. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/documentos-recursos-pesqueiros/documentos-tecnicos-recursos-pesqueiros>>. Acessado em: 05 de julho de 2012.

BRASIL, Presidência da República, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. Projeto Político Estrutural. Brasília (DF): julho de 2003.

CALLOU, A.B. F., A VOZ DO MAR – Construção Simbólica da Realidade dos Pescadores Brasileiros pela Missão do Cruzador “José Bonifácio” (1919-1924). Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett; BERGONSI, Sandra Suely Soares; MC INTYRE, Jimmy Peixe. O cooperativismo pesqueiro no Brasil e as linhas de financiamento: uma estratégia de desenvolvimento local. In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett, (org.). Associativismo e Desenvolvimento Local. Recife, PE: Bagaço, 2006, p. 111-126.

CODEVASF, 2010. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/desenvolvimento-territorial/recursos-pesqueiros-e-aqueicultura/>. Acessado em: 05 de julho de 2012.

CODEVASF, 2012. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/desenvolvimento-territorial/arranjo-productivo-de-aqueicultura-do-lago-de-sobradinho/>. Acessado em: 04 de julho de 2012.

COSTA, B.D.F., 2004, Caracterização ambiental e dimensionamento da capacidade de aproveitamento do Reservatório de Sobradinho para a instalação de tanques-rede., Universidade Federal Rural de Pernambuco, Tese de Doutorado, Recife-PE, 2004, p. 64

IBAMA. Estatística da Pesca 2000 – Brasil: grandes regiões e unidades da Federação. Brasília, 2001.

IBAMA. Estatística da Pesca 2003 – Brasil: grandes regiões e unidades da Federação. Brasília, 2004.

IBAMA. Estatística da Pesca 2005 – Brasil: grandes regiões e unidades da Federação. Brasília, 2006.

IBAMA. Estatística da Pesca 2007 – Brasil: grandes regiões e unidades da Federação. Brasília, 2008.

Itapissuma, Pernambuco. Departamento de Pesca e Aqüicultura, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Revista Brasileira de Engenharia de Pesca Pesca, jan. 2007. Disponível in: <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/REPESCA/article/viewFile/32/27>, Acessado in: 09 de julho de 2012.

JUNIOR, C.A.; JUNIOR, A.S.V., Cultivo de tilápia no Brasil: origens e cenário atual. Apresentação Oral. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/9/178.pdf> >. Acessado em: 05 de julho de 2012.

NÓBREGA, M. M. S., Compósitos de Matriz Poliéster com Fibras de Caróá *Neoglaziovia variegata*: caracterização mecânica e sorção de água. Tese (Doutorado em Engenharia de Processos). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.

OLIVEIRA, L. M. S. R.; SOUZA, J. M., (Des) Caminhos da Pesca no Sub Médio São Francisco. RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano XII, Ed. Esp. Dezembro de 2010, Salvador, BA, p. 86 – 90.

OLIVEIRA, L. M. S. R.; SOUZA, J. M.; CUNHA, A. R. A., A Pesca Artesanal como Sobrevivência das Populações Tradicionais dos Municípios Sento Sé, Pilão Arcado e Xique Xique no Estado da Bahia. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Apresentação Oral. 07 a 10 de agosto de 2011.

OLIVEIRA, Manuella Carolina Costa; LIMA, Filipe Augusto Xavier; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. Cooperativismo Agrícola: um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar? O caso da COPAG. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE – Brasil. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/761.pdf>>, Acessado em: 29 de junho de 2012.

PLANVASF – PLANO DIRETOR PARA O DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Programa para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura. Brasília: Planvasf, 1989. 192p.

Convenção 169 da OIT - Organização Internacional do Trabalho, 1989.

FADE/UFPE, Estudo Ambiental - Usina Hidroelétrica de Sobradinho. Recife 2003

NEOCORP LTDA, Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial da Usina Hidroelétrica de Sobradinho. Dezembro de 2009.

O'DWYER, Eliane Cantarino (org). Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Rio de Janeiro, FGV/ABA 2002.

ROCHER, Guy. Introdução a Sociologia Geral: A Ação Social. Editora Presença, 1989

ANDRADE, Manuel Correia de - *Tradição e Mudança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CHESF, *Especificações Técnicas DEMG Nº 009/2010*, Setembro 2010.

CHESF - *Informações Sobre Comunidades Remanescentes de Quilombolas e Populações Tradicionais no Entorno do Reservatório de Sobradinho*, Relatório Técnico, Julho 2007.

CHESF - *Reservatório de Sobradinho. Reassentamento de Populações: Dados e Informações*. Biblioteca Municipal de Sobradinho: Sobradinho, 2008.

CHESF - *Sobradinho: novos horizontes para o sertanejo*. Revista Veja. São Paulo, Número 637, Páginas 112-113, 30 de junho 1982.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS - *Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões*. Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Londres, 2000.

DAOU, Ana Maria Lima - *Políticas de Estado e organização social: a barragem de Sobradinho*. Dissertação de mestrado defendida no PPGAS/ UFRJ, 1988.

DUQUÉ, Ghislaine - *A experiência de Sobradinho: Problemas fundiários e colocados pelas grandes barragens*. Cadernos do CEAS, nº 91. Salvador, maio/junho de 1984.

EDCARLOS MENDES e GUIOMAR GERMANI, *Desterritorialização sob as Águas de Sobradinho: Ganhos e Desenganos*, RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador – BA, Dezembro de 2010.

FADE / UFPE - *Usina Hidroelétrica de Sobradinho – Estudo Ambiental*, Março de 2003.

GERMANI, Guiomar I. - *Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro*. Revista GeoTextos, vol. 2, n. 2, Salvador: EDUFBA, 2006.

HAESBAERT, Rogério - *Territórios alternativos*. Niterói, Contexto, 2002.

IBGE - *Censos Demográficos* de 1991, 2000 e 2010.

IBGE – *Censos Agropecuários* de 1995 e 2006.

IBGE e PNUD - *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*.

LINS RIBEIRO, Gustavo - *Proyectos de gran escala: hacia un marco conceptual para el análisis de una forma de producción temporaria*. Tese de Mestrado em Antropologia. Universidade de Brasília. 1985.

NEOCORP LTDA. - *Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial da Usina Hidrelétrica de Sobradinho (Ba) Pacuera*, Quinto Relatório Técnico, Volume I – Textos, Dezembro 2009.

PEREIRA, Rosa Maria Viana - *O papel da igreja na resistência camponesa de Sobradinho. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais*. Salvador: Universidade Federal da Bahia-UFBA, 1987.

SANTOS, Milton - *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton - *Espaço e Sociedade: Ensaios*. Petrópolis, Vozes, 1979.

SIGAUD, Lygia Maria - *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho*. Museu Nacional/ UFRJ, 1986.

SIGAUD, Lygia; MARTINS-COSTA, Ana Luiza; DAOU, Ana Maria - *Expropriação do camponato e a concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado*. Museu Nacional/ UFRJ, 1987.

SIQUEIRA, Ruben - *Do que as águas não cobriram um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho*. João Pessoa, UFPB / Dissertação de Mestrado de Ciências Sociais, 1992.

TAFACKI, Maria Cristina - *Grandes projetos hidrelétricos e território: um estudo comparativo de Paulo Afonso e Sobradinho*. Dissertação de mestrado defendida no IPPUR/ UFRJ. 1994.

VAINER, Carlos B. & ARAUJO, Frederico G. B. de - *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro, CEDI, 1992.